

## Repositório ISCTE-IUL

---

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2018-05-23

Deposited version:

Post-print

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Almeida, P. P. (2014). Crime e segurança: 100 contributos para as políticas públicas de combate à criminalidade. Lisboa. bnomics.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Almeida, P. P. (2014). Crime e segurança: 100 contributos para as políticas públicas de combate à criminalidade. Lisboa. bnomics.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

---

### Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

---

**Coleção: Portugal + seguro**

---

# **Crime e Segurança**

**100 Contributos para as  
Políticas Públicas de Combate à  
Criminalidade**

**PAULO PEREIRA DE ALMEIDA**

**BNOMICS | 2014**

# Índice

---

- 1) Introdução ao tema
- 2) A guerra da PSP e da GNR nas estradas
- 3) Greves e cortes na segurança
- 4) O caso do GNR que matou em 2008
- 5) Os imigrantes são criminosos?
- 6) CGTP, segurança e a guerra com o governo
- 7) Os sindicatos de polícia devem acabar?
- 8) A verdadeira derrota do governo nas eleições
- 9) Um governo e autarquias de costas voltadas na segurança
- 10) A Lisboa insegura de António Costa
- 11) Racismo, xenofobia e segurança
- 12) A polícia anda “cega”
- 13) O primeiro-ministro desapareceu?
- 14) O sexo e a segurança
- 15) E quando os ricos roubam?
- 16) Os "terroristas" norte-americanos
- 17) O big brother venceu
- 18) Escutas e as "quintas" do crime
- 19) O 'efeito csi' na justiça
- 20) As “falsas” estatísticas do crime
- 21) Um país de selvagens?
- 22) Um governo mal aconselhado
- 23) A PSP está de parabéns
- 24) A politização da segurança
- 25) É urgente fundir as secretas
- 26) Um ato de coragem do MAI
- 27) As “purgas” nas secretas
- 28) Segurança e cortes nas FAs
- 29) Há crime na sua rua?
- 30) Suicídios nas polícias
- 31) Crise e conflitos sociais
- 32) 100 dias de PSD na segurança

- 33) Polícias, greves e sindicatos
- 34) O sonho de Bush
- 35) A revolta nas polícias
- 36) A crise das secretas
- 37) Jornalismo e espionagem
- 38) Poderão PSD e CDS entender-se?
- 39) Uma reforma falhada
- 40) Os erros do PSD
- 41) Programas, polémicas e segurança
- 42) O PSD, o PS e a segurança nacional
- 43) A segurança interna está doente
- 44) Sem segurança a economia definha
- 45) Polícia na idade da pedra
- 46) Nuclear: mitos e verdades
- 47) Uma guerra na europa?
- 48) A GNR é útil?
- 49) Um país em estilhaços
- 50) Quando a polícia tem de matar
- 51) O direito a usar uma arma
- 52) 2010 foi um ano perdido
- 53) Uma polícia que não pode prender
- 54) A Wikileaks inaugurou o terrorismo digital
- 55) Serviços secretos, blindados e NATO
- 56) Vender o pânico
- 57) Uma mentira na segurança
- 58) E agora? As polícias e a crise
- 59) Crise e investimentos na segurança
- 60) A “greve” dos polícias
- 61) O “verão negro” da segurança
- 62) A privatização das polícias
- 63) Portugal está, novamente, a arder
- 64) A (in)utilidade da PJ
- 65) Liderança e serviços secretos
- 66) Forças armadas: inúteis ou indispensáveis?
- 67) O que fazer com a PJ?

- 68) Morrer na praia
- 69) Morrer na estrada
- 70) Figura inútil?
- 71) Uma polícia única?
- 72) Os números do crime
- 73) A polícia do futuro
- 74) E se acontecer uma catástrofe maior?
- 75) Há, ou não, dinheiro para garantir a segurança?
- 76) Para quando uma ASAE na segurança interna?
- 77) Segurança, terrorismo e informações
- 78) Haverá um problema na ASAE?
- 79) Começar de novo
- 80) Que futuro para o observatório da segurança?
- 81) Cidadãos e segurança de proximidade
- 82) Onde está o big brother?
- 83) A face visível do terror
- 84) Nobel, guerra e paz
- 85) Escutas e privacidade
- 86) O perigo das redes sociais
- 87) O “polícia automático”
- 88) Gripe A: quem vacinar primeiro?
- 89) Ter uma estratégia é importante
- 90) Equívocos na segurança interna (iii)
- 91) Uma sentença exemplar
- 92) Equívocos na segurança interna (ii)
- 93) Equívocos na segurança interna (i)
- 94) Crimes e “vaga” securitária
- 95) Afinal, quem protege a polícia?
- 96) Redes virtuais são espaço sem lei
- 97) No bom caminho
- 98) Um debate morno
- 99) A culpa dos números
- 100) Terrorismo, segurança e alarme público

1.

## INTRODUÇÃO AO TEMA – 02-01-2014

---

A segurança – direito fundamental dos cidadãos e, em simultâneo, obrigação essencial do Estado – ocupa um lugar central nas nossas vidas e é um parâmetro obrigatório da avaliação da qualidade de vida democrática. A paz pública, a segurança dos portugueses e a prevenção da criminalidade são tarefas prioritárias de qualquer governo. Trata-se, contudo, de uma área sensível mas na qual debater alternativas se torna premente.

Trata-se – pois - de responder a questões como: *De que modelo de polícia precisa Portugal?; Podemos ter uma PSP, GNR e PJ separadas ou devem ser aglutinadas numa Polícia Nacional?; Os cidadãos têm direito a conhecer os crimes que ocorrem na sua zona?; Ainda precisamos de Forças Armadas?; Para que servem as Polícias Municipais?; Como têm os sucessivos governos financiado a Segurança Interna?; Há perigo real de um atentado terrorista em Portugal?; Devem os polícias poder fazer greve?; As Redes Sociais são uma ameaça à nossa segurança?*, entre muitas outras.

Reunindo textos publicados no DIÁRIO DE NOTÍCIAS (Coluna *Pensar a Segurança*) e no EXPRESSO que abordam as questões que consideramos centrais para pensar quer a segurança interna em Portugal, quer a segurança nacional no contexto da inserção geopolítica e geosecuritária do nosso País, o título da obra – *Crime e Segurança. 100 Contributos para as Políticas Públicas de Combate à Criminalidade* – é, simultaneamente, um convite à reflexão e à discussão destes temas.

*Crime e Segurança. 100 Contributos para as Políticas Públicas de Combate à Criminalidade* é também uma obra de consulta dos interessados nas mais recentes e principais tendências nas áreas da segurança interna e da defesa e segurança nacional, das políticas públicas e da criminalidade.

## 2.

### **A GUERRA DA PSP E DA GNR NAS ESTRADAS – 15-11-2013**

---

Num artigo muito interessante da jornalista Valentina Marcelino o DN publicou – esta segunda-feira – uma manchete acerca da “Guerra nas Estradas” que estará – uma vez mais – a “travar” a reorganização da PSP (Polícia de Segurança Pública) e da GNR (Guarda Nacional Republicana). Trata-se, bem entendido, de mais uma questão que - não sendo nova - resulta da continuada indefinição de um modelo de polícia e de policiamento para Portugal.

Ora a verdade é que - perante os inúmeros avanços e recuos nesse modelo – se vai deixando arrastar uma situação que causa perplexidade, confusão, desperdícios, e também muitas fricções entre as duas Grandes Polícias (PSP e GNR, bem entendido). Mas como é que tal foi possível? Como é que esta situação se tem arrastado ao longo das duas últimas décadas? Na realidade, a resposta é até muito simples: ninguém está inocente e, ao longo de todo esse tempo, os Altos Responsáveis da PSP e da GNR têm feito valer os seus argumentos perante os diversos governos e, assim, travado ou modificado o curso de “hipotéticas” “reformas”. Têm assim conseguido – perante governos e governantes hesitantes e com assessores com agendas escondidas ou tendenciosas – que tudo se tenha, basicamente, mantido na mesma. Assim sendo, e de quando em vez, há alguma agitação com um hipotética “fusão” da PSP e da GNR (incluindo ou excluindo a PJ – Polícia Judiciária, consoante os “proponentes”), há alguma turbulência com a repartição de funções e de competências, e assistimos a alguns “confrontos” nos jornais e nos meios de comunicação.

Contudo – e seguindo o famoso “Princípio de Lampedusa” – tudo termina como exatamente começou. É claro que existem – no meio de tanto ruído e de tanta hesitação – profissionais honestos e com uma genuína vontade de mudar. Desconfio, no entanto, que perante o atual estado das coisas esses mesmos se comecem a perguntar se essa seriedade compensa. É que – nos últimos tempos – a discussão tem oscilado entre o “conceito estratégico de segurança nacional” e a tutela de “vias de comunicação” como pontes e estradas. Com a discussão a este nível, dificilmente se esperará que esta guerra da PSP e da GNR nas estradas termine. Aliás – e bem pelo contrário - é previsível que suba de tom perante os cortes orçamentais anunciados para 2014.

### 3.

## **GREVES E CORTES NA SEGURANÇA – 08-11-2013**

---

Quando se pensa no papel das Polícias da segurança interna e na segurança nacional (duas áreas distintas, entenda-se) é de esperar que estas desempenhem o seu trabalho com meios e com dignidade. Na verdade, o mitigar do papel das Polícias Cíveis (como a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Polícia Judiciária (PJ)) em favor do papel dos militares na segurança é – estou cada vez mais convicto – um sinal de terceiro-mundismo. É – objetivamente – um incremento da ideia de repressão dos cidadãos, em detrimento da aposta na prevenção e na proximidade, muito embora também nestas últimas – sejamos justos - a Guarda Nacional Republicana (GNR) desempenhe um papel de relevo.

Mas a verdade é que não é possível – nem desejável – deixar passar em claro aquela que tem sido uma estratégia (pelo menos aparente) de menorização da PSP e da PJ por certos responsáveis no presente governo de coligação PSD-CDS. Ora esta menorização tem, como não podia deixar de ser, consequências para a motivação das Forças e Serviços de Segurança (FSS) assim como para a eficácia das respetivas operações. Aliás, ainda esta semana o Diário de Notícias (DN) deu conta da interrupção de uma ação policial da PJ para a hora de almoço. Na peça – da autoria do jornalista Carlos Rodrigues Lima -, podia ler-se que “Segundo informações recolhidas pelo DN, as próprias buscas da Judiciária não começaram, como habitualmente, às sete manhã, mas apenas a partir das nove horas devido à greve. E à tarde os inspetores prometem terminar a operação - esteja ela ou não concluída - às 18h. Uma informação confirmada ao DN por Carlos Garcia, presidente da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal”. Seria caricato, se não fosse tão grave.

A somar a este ambiente de mal-estar na PJ, estão as potenciais paralisações anunciadas pela PSP, o descontentamento na GNR e também – paradoxalmente – o enorme mal-estar dos militares com os anunciados cortes para a defesa. Sem ter apresentado uma ideia concreta de “reforma” das FSS, e depois de ter poupado em 2013 as Polícias em cortes, eis que para 2014 o governo PSD-CDS se prepara para reduzir dramaticamente o orçamento em segurança interna e defesa nacional. Uma política que – ironicamente – mais pareceria de um governo de esquerda radical do que de um governo de centro-direita. Contudo – e nos tempos que correm – esta é uma distinção cada vez mais difícil. O que até se percebe. Mas que dificilmente se tolera.

#### 4.

### **O CASO DO GNR QUE MATOU EM 2008 – 01-11-2013**

---

Em 2008, um militar da GNR (Guarda Nacional Republicana) esteve envolvido numa perseguição policial. Ao abrir fogo o militar da Guarda matou um adolescente de 12 anos. Uma ação discutível, já que este adolescente acompanhava o seu pai numa tentativa de furto, ficando no ar a ideia de que ele poderia ter sido usado como “escudo humano”. Na altura, o Ministro da Administração Interna (MAI) Rui Pereira ordenou um inquérito à IGAI (Inspeção Geral da Administração Interna) e considerou que a legislação que regulamenta o recurso a armas de fogo em ação policial “não carece” de qualquer “revisão”, isto segundo o que Jornal Público de 13 de Agosto desse ano de 2008 noticiou. Recordava-se então que – justamente de acordo com um decreto-lei de 1999 -, um polícia pode utilizar a arma de fogo para “repelir a agressão atual ilícita contra o agente ou terceiros, se houver perigo iminente de morte ou ofensa grave à integridade física”, para “prevenir a prática de crime particularmente grave que ameaça vidas humanas” e para “proceder à detenção de pessoas que represente essa ameaça e que resista à autoridade ou impedir a sua fuga”.

Em 2013, o mesmo militar da GNR – de seu nome Hugo Hernano – foi, no passado mês de Outubro, condenado a 9 anos de cadeia por homicídio simples. A esta condenação o tribunal acrescenta o dever de pagar 60.000 euros de indemnização à mãe da vítima e 20.000 euros de indemnização ao pai da vítima. Por sua vez, o pai do adolescente morto nessa ação policial também foi condenado a dois anos e meio de cadeia por resistência e coação, desobediência e falsidade de declaração, segundo noticiou o Jornal Correio da Manhã. Trata-se de um criminoso com cadastro, foragido da Cadeia de Alcoentre.

Estes são – note-se bem – os factos desta situação. Mas são também factos a circunstância da Página do Facebook criada num movimento de solidariedade para com o militar da GNR estar a caminho de 70.000 seguidores. E são ainda factos as inúmeras mensagens e comentários de apoio a Hugo Hernano. Todavia – e para além dos factos – fica a mensagem política que esta sentença parece transmitir. Qual? A que me parece óbvia: uma condenação pesada para um polícia no cumprimento do seu dever, num momento em que a desmotivação e a falta de horizontes no País e nas nossas Polícias é um dado.

Hugo Hernano merecia melhor. A sua defesa – é um facto – vai recorrer. Aguardemos.

## 5.

### OS IMIGRANTES SÃO CRIMINOSOS? – 25-10-2013

---

Recentemente fomos surpreendidos com as notícias do “Caso Leonarda” em França. Leonarda é uma adolescente de 15 anos que tem estado no centro das atenções pela ameaça de deportação como imigrante ilegal. Na Grécia, o sistema político não sabe muito bem o que fazer com os elementos da Aurora Dourada. Para alguns, esta é uma formação partidária nacionalista que esses mesmos querem ilegalizar, apelidando-a de extrema-direita. Da Sicília, chegam relatos de mortes constantes de pessoas que tentam imigrar para o “espaço Schengen”. Fazem-no para fugir aos conflitos armados nos seus países.

Assim, e numa altura em que os protestos em Portugal ameaçam subir de tom e estão anunciadas greves para breve, não será de estranhar que os imigrantes possam vir a ser um alvo e um motivo de associações a problemas de segurança e de criminalidade. Trata-se – bem sei – de um tema sempre delicado. Mas considero que, justamente por esse facto, deve ser falado e pensado sem preconceitos. Além do mais, e para quem – como eu – sempre defendeu uma discussão aberta acerca dos problemas da segurança, penso ser da mais elementar justiça dar alguns contributos para a questão. Na verdade tenho – por experiência própria – assistido a um aumento significativo da presença de imigrantes ciganos romenos e búlgaros (comunidades nas quais se inclui Leonarda, a cidadã de 15 anos alvo da polémica em França), a par de outras etnias e nacionalidades que têm escolhido Portugal como destino. Estas são muitas vezes – e infelizmente – comunidades e pessoas desenraizadas, nos limites da exclusão e da falta de condições de vida as quais – inevitavelmente – vão potenciar situações de marginalidade ou, no melhor dos casos, de dependência económica.

Ora, e num contexto de crise e de escassez de recursos como o atual, o eventual aumento da xenofobia e dos comportamentos racistas deveriam – obviamente – merecer a especial atenção da parte dos responsáveis pela execução das políticas públicas. Porquê? Porque não são apenas os portugueses que têm de aprender a tentar conviver com essas diferenças mas também porque são aqueles que se diferenciam a perceber que têm de saber adaptar-se ao País. Só assim se poderá – a meu ver – evitar a eclosão de movimentos xenófobos e de um aumento do sentimento de insegurança. No fundo, o que está em causa é tratar de forma igual o que é igual e de forma diferente o que é diferente, mas com o respeito pelas normas, leis e costumes de Portugal. Evitando então – e obviamente – o risco de confundir os imigrantes com criminosos. Para bem de todos...

6.

## **CGTP, SEGURANÇA E A GUERRA COM O GOVERNO – 18-10-2013**

---

Recordo-me de ter assistido – ao longo dos últimos anos – a um considerável número de eventos realizados em pontes em Lisboa, quer eventos desportivos, quer eventos com carácter menos público como a filmagem de anúncios publicitários televisivos. Não me ocorre – contudo – que a realização de uma manifestação de cidadãos organizada por uma instituição que - legitimamente – os representa tenha ocorrido em semelhante local. Todavia – e posto isto – foi com estranheza que assisti à tomada de posição do atual ministro da administração interna (MAI) Miguel Macedo relativamente à solicitação da CGTP (uma Confederação Sindical tida como próxima do Partido Comunista Português) para a realização de uma manifestação que atravessaria a Ponte sobre o Tejo (também designada como Ponte 25 de Abril).

Foi um ministro irritado e escudando-se em argumentos formais e técnicos que – para surpresa de muitos – tentou justificar o que – à partida – não me parece muito justificável. Argumentou o ministro Miguel Macedo que existem três pareceres técnicos que desaconselhavam (por razões de segurança) a realização da manifestação da CGTP. Ora – e tal como o próprio nome indica – trata-se de pareceres e, logo, de pontos de vista técnicos que o MAI poderia – ou não seguir. Além do mais – e justamente por essa razão – a decisão teria de acabar por ser de natureza política mas, e também neste ponto, o ministro demonstrou a sua falta de argumentos e escudou-se na ideia de que – no pós-25 de Abril de 1974 – nunca existiu semelhante tipo de manifestação na Ponte sobre o Tejo. Ora – e uma vez mais – também esta linha de raciocínio não colhe, para não dizer que constitui quase um atentado à inteligência de quem a ouve. Na verdade, e se fosse este o caso, também nunca teria sido efetuada a filmagem de qualquer spot de publicidade ou jamais teriam sido realizadas maratonas neste tipo de infraestrutura. Jamais – entendamo-nos – até à primeira vez que, para o caso da CGTP, poderia ter sido esta.

No final deste braço de força resta – sejamos justos – o bom senso da organização da referida Central Sindical, que demonstrou um respeito pelas regras democráticas e uma capacidade de entendimento dos eventuais (mas nunca comprovados) riscos para a segurança. São – pois – tempos curiosos estes, em que o sentido de responsabilidade de um governo que conduz o país a uma crispação e a um ambiente de pré guerra civil é – infelizmente – menor do que a daqueles que, com razão, pretendem fazer ouvir o seu descontentamento.

7.

## **OS SINDICATOS DE POLÍCIA DEVEM ACABAR? – 11-10-2013**

---

Depois de algum tempo a tentar passar invisível, os mais recentes acontecimentos irão certamente requerer uma tomada de posição do atual ministro da administração interna (MAI) Miguel Macedo. Na verdade – e depois do reforço relativo da posição da Coligação Democrática Unitária (CDU), de que faz parte o PCP (Partido Comunista Português) na votação das eleições autárquicas de 29 de Setembro – já era, pois, de esperar um aumento da contestação. Assim sendo, a marcação de um protesto para a ponte 25 de Abril pela CGTP (central sindical próxima do PCP) pode vir a ser um momento de tensão política e social para o qual, inevitavelmente, o MAI terá de ter uma resposta.

No atual contexto de anúncio de mais cortes nos rendimentos dos portugueses, que se somam aos cortes de quase dez por cento aplicados à Função Pública (FP) pelo anterior primeiro-ministro José Sócrates em Janeiro de 2011, é, portanto, de esperar que este aumento da contestação social venha a requerer uma intervenção policial cuidada. Ora é precisamente aqui que – a meu ver – se deve voltar a pensar na questão dos sindicatos e das associações sindicais. Sendo esta – note-se bem – uma reivindicação há muito feita pelos profissionais da Polícia de Segurança Pública (PSP) e da Guarda Nacional Republicana (GNR), ela constitui também um argumento fácil muitas vezes apresentado de uma forma quase infantil, para distinguir a PSP da GNR.

Geralmente argumenta-se que a PSP tem direito à liberdade de associação sindical e mais de uma dezena de sindicatos e – por isso – em momentos de crise social aguda estes profissionais estariam mais dependentes dos sindicatos e menos dependentes da hierarquia. Pelo contrário, argumenta-se que a GNR, que apenas tem direito à liberdade de associação profissional e não tem direito à greve, estaria assim mais disponível para atuar numa situação de tumulto social. Trata-se – em meu entender – de uma argumentação falsa e capciosa, que visa esconder outras motivações e rivalidades entre as nossas duas Grandes Polícias que – por conveniência – o poder político tem cultivado. Além do mais – e numa época em que impera a demagogia no ideário político – importa recordar que nem todos os sindicatos são iguais e existem certamente movimentos sindicais independentes, responsáveis e – sobretudo – que não são uma mera correia de transmissão dos interesses partidários. E – estes sim – constituem o verdadeiramente bom sindicalismo, que importa preservar, estimular e valorizar nas Polícias. E tanto na PSP como – naturalmente – na GNR.

8.

## **A VERDADEIRA DERROTA DO GOVERNO NAS ELEIÇÕES – 04-10-2013**

---

Em 21 de janeiro de 2011, há cerca de pouco mais de dois anos e meio, ocorreu um enorme problema técnico na divulgação dos resultados eleitorais das eleições presidenciais. O então ministro da administração interna (MAI) Rui Pereira decidiu – e, a meu ver, muito bem – abrir um inquérito ao sucedido, recusando as explicações técnicas de um então funcionário. Este funcionário – na altura com a responsabilidade de diretor-geral – acabaria por vir a demitir-se num processo cujos contornos (ainda) estão por apurar de forma completa. De qualquer modo – e é sempre bom recordá-lo – os partidos agora do governo de coligação PSD-CDS pediram na altura a demissão do ministro do PS, o que não veio a acontecer. Por tudo isto, valerá seguramente a pena estabelecer uma comparação temporal e, assim, perceber melhor o que se passou nas eleições autárquicas de 29 de setembro passado.

Em primeiro – e como se depreende – a tutela dos organismos que conduzem o processo eleitoral compete, no caso de Portugal, ao MAI e, portanto, as responsabilidades políticas, em geral, mas também algumas das operacionais, em particular, cabem ao atual ministro Miguel Macedo. Foi – portanto – com uma grande surpresa que ouvimos este responsável governamental anunciar, cerca de 72 horas antes, que seria natural a existência de atrasos na divulgação dos resultados destas últimas autárquicas. Uma afirmação que – pese embora poder ter alguma fundamentação técnica e operacional – não pode deixar de ser surpreendente, dado que vem da parte de um dos principais responsáveis por todo o processo. Tanto mais que – como também me parece evidente – se tratava de uma questão assaz delicada pois, e na verdade, era previsível uma vitória do principal partido da oposição ao governo PSD-CDS, o PS.

Em segundo – e tal como já se temia – existiu mesmo um atraso na divulgação dos resultados eleitorais o que – a acreditar nas palavras do responsável socialista Miguel Laranjeiro – viria a motivar um pedido posterior de explicações ao governo. Agora – e passados quase três anos – não pode, pois, deixar de ser confrangedor observar que, trocando de posições, os três principais partidos do chamado arco da governação (PSD, CDS, e PS) não se entendem em matérias tão fundamentais e (quero acreditar) simples. Ora isto é que constitui – em meu entender – mais uma verdadeira derrota do governo. Mas uma derrota que – como se depreende – facilmente se poderia ter evitado.

## 9.

### **UM GOVERNO E AUTARQUIAS DE COSTAS VOLTADAS NA SEGURANÇA – 29-09-2013**

---

Perante a falta – continuada – de um modelo para a segurança interna e uma tentativa – semífracassada – de implementar um modelo de segurança nacional, o atual governo decidiu extinguir os governos civis há já algum tempo. Para além disso, pouco ou nada se sabe acerca dos Contratos Locais de Segurança (CLS) uma iniciativa bem conseguida do anterior ministro da administração interna Rui Pereira.

Na verdade, os CLS constituíam um caminho – ainda que preliminar – para termos uma política de segurança integrada ao nível do cidadão e para – de uma forma que se procurava inteligente – conseguir envolver um conjunto de atores na elevação dos níveis de segurança das autarquias. Acontece que o governo do Partido Socialista (PS) tinha assinado mais de 100 (cem) CLS, sendo que o atual governo de coligação entre o Partido Social Democrata (PSD) e o Centro Democrático e Social (CDS) abandonou – inexplicavelmente e provavelmente por um continuado mau aconselhamento e assessoria – este modelo. E quais foram – podemos então perguntar legitimamente – as consequências desta opção política? Para as avaliar, socorro-me de uma citação de um texto retirado do Fórum da Guarda Nacional Republicana (GNR) assinado por António Soares em 4 de Abril deste ano de 2013: “O Governo apresentou o Relatório Anual de Segurança Interna 2012, com os números de criminalidade que apontam para uma redução da criminalidade geral de 2,3%, face a 2011 e uma diminuição de 7,8% da criminalidade violenta e grave. Mas as estatísticas revelam outra realidade: triplicaram as intervenções das Forças de Segurança nos chamados "bairros problemáticos" ou "zonas urbanas sensíveis" e aumentaram os casos de delinquência juvenil e roubo a residências. Ao aumento das intervenções nas "zonas urbanas sensíveis" não será alheio o facto de o Ministério da Administração Interna ter abandonado os Contratos Locais de Segurança, celebrados pelo anterior Governo, que consubstanciaram estratégias de cooperação, à escala territorial, envolvendo Estado, Autarquias e Sociedade Civil.”

Perante a ausência de uma verdadeira estratégia de segurança que envolva as comunidades, e perante os sucessivos erros políticos e precipitações dos assessores e do atual ministro da administração interna Miguel Macedo não surpreende – portanto – que o atual governo PSD-CDS e as autarquias continuem de costas voltadas nesta matéria. Uma situação que – já todos percebemos – persiste mas que – para os cidadãos envolvidos – se lamenta.

10.

## **A LISBOA INSEGURA DE ANTÓNIO COSTA - 20-09-2013**

---

Nas eleições autárquicas deste mês de Setembro existe um favoritismo de alguns candidatos, no qual se inclui o atual presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML), o candidato do Partido Socialista (PS) António Costa. Contudo – e se deixarmos de lado a inevitável influência dos meios de comunicação social nos resultados (e na imagem) dos políticos – estou certo que podemos encontrar um conjunto de preocupações em matéria de segurança que ficam como herança de António Costa. Nesta pesada herança podemos – em meu entender – colocar seguramente tanto indicadores situacionais e objetivos como também indicadores subjetivos.

Quanto a indicadores objetivos de uma Lisboa insegura estes são, hoje, bem visíveis na falta de cuidado na manutenção dos espaços públicos, na falta de aplicação da legislação referente à venda de bebidas alcoólicas, nos graffiti que descaracterizam a cidade e – sobretudo – na falta de limpeza e de organização na recolha de resíduos urbanos. Para além destes – e para cúmulo – só agora assistimos a algum cuidado (estamos próximos de eleições...) na manutenção dos pavimentos e na sua pintura, depois de largos meses onde vias de circulação rodoviária tão importantes como a segunda circular chegaram a apresentar buracos, com as respetivas consequências para a falta de segurança dos automobilistas. Já relativamente a indicadores subjetivos de uma Lisboa insegura, os inquéritos recentes e as reações das populações são – a meu ver – o que melhor traduz esta falta de cuidado com a segurança urbana. Sendo certo que em Lisboa e no Porto se concentra mais de 50% da criminalidade participada às Polícias, a verdade é que não se viu durante este mandato de António Costa qualquer preocupação visível com o aumento do patrulhamento policial de proximidade ou com os chamados comportamentos anti-sociais. Além disso – e para cúmulo – houve greves de trabalhadores de estabelecimentos comerciais em protesto contra a falta de condições de segurança, pais a fecharem escolas em protesto contra o tráfico de droga, e presidentes de juntas de freguesia a temerem que os populares fizessem justiça pelas próprias mãos e se organizassem em milícias.

Bem sei – naturalmente – que terão existido algumas medidas positivas tomadas durante este último mandato de António Costa enquanto presidente da CML. Mas também acredito que são – no momento presente – o oportunismo e a oportunidade política que movem o futuro do candidato do PS, um residente em Sintra que – todos sabemos – ambiciona outros cargos políticos...

11.

## **RACISMO, XENOFOBIA E SEGURANÇA - 13-09-2013**

---

A intervenção da troika em Portugal – e ao invés do que aconteceu na Grécia – não teve repercussões xenófobas ou racistas e, portanto, o crescimento de partidos políticos como a “Aurora Dourada” na Grécia (ainda) não se verificou.

Ora sendo esta uma temática que – estou consciente – apresenta uma considerável delicadeza, também não me parece que este seja – por si só – um motivo para fugir ao tema. Até porque – e a meu ver – por detrás de argumentos ligados a (aparentes) diferenças entre raças e culturas se encontram, muitas vezes, agendas políticas e económicas, interesses, tentativas de manipulação de opiniões, e opções de governos. Assim sendo, creio que deveria ser objeto de reflexão atual e futura a forma como se tem conduzido a integração das chamadas “minorias étnicas” na sociedade portuguesa e como, além disso, se tem vindo a lidar com as agora designadas “zonas urbanas sensíveis”.

Num plano de políticas públicas de segurança interna em que o modelo de policiamento de proximidade continua – infelizmente – a ser pouco mais do que uma miragem, importaria – no contexto de crise recursos em que vivemos – estimular os resultados dessas políticas de integração. Mas existe – todavia – um equilíbrio que se me afigura sempre como delicado. Ou seja: num País como Portugal em que existe uma tolerância relativa para a pequena criminalidade e – por vezes – mesmo para uma criminalidade mais grave, como é possível equilibrar as leis penais com uma “brandura de costumes” e um certo “espírito multicultural”? Num País onde a população tem sempre acolhido muito bem as minorias de imigrantes que nos escolhem para tentar melhorar de vida, também não me parece correto que essas minorias continuem a pensar apenas em “receber” sem dar um contributo para o crescimento e a prosperidade de Portugal.

Este é – evidentemente – um debate polémico mas que – temo – estará mais cedo ou mais tarde na agenda da segurança e da política nacional. Valerá – portanto – a pena pensar um pouco nele e dar sinais políticos de alguma clareza, como foi o caso da intervenção prontamente musculada no caso da tentativa de roubo com tomada de reféns a uma agência bancária em Agosto de 2008, uma intervenção que – estou seguro – ficará na história das Forças e dos Serviços de Segurança como exemplar. E que deu – note-se bem – um sinal claro do que toleramos e da linha que nos separa daquilo que não podemos aceitar.

12.

## **A POLÍCIA ANDA “CEGA” - 06-09-2013**

---

Nas conversas que mantenho com os Altos Responsáveis pelas polícias há um tema recorrente e que deve – em meu entender – merecer a nossa atenção e preocupação. Um tema que – como estamos habituados a “proteger” o ladrão e a “punir” o polícia - tem vindo a ser sucessivamente esquecido e a enfraquecer a capacidade de atuação das nossas FSS (Forças e Serviços de Segurança).

Trata-se dos meios de vigilância ao dispor das FSS, os quais têm vindo a diminuir substancialmente, nos casos mais graves, ou não têm acompanhado a evolução das sociedades e das suas dinâmicas, nos casos menos graves. Na verdade, os passos dados neste sentido em Portugal têm sido ténues e relativamente curtos, o que só pode favorecer quem não está do lado da lei. Aliás, e no século XXI, num tempo em que a maioria da criminalidade ocorre fora dos espaços públicos, fora das ruas, em espaços fechados (reais ou virtuais) é obrigação dos responsáveis policiais e dos decisores políticos dotar de recursos e de tecnologias adequadas as nossas FSS, modernizando as suas estruturas e facilitando-lhes o acesso à vigilância. Só por uma atitude de enorme ingenuidade e de profunda ignorância é que – ao contrário do que acontece no setor privado – se pode continuar a travar (também a arripio do que se passa no resto da Europa e do Mundo civilizado) o avanço dos meios de prevenção por via da videovigilância e da monitorização das comunicações. É que o atraso – que ameaça transformar-se em estrutural – relativamente a estes meios está, preocupantemente, a interferir com a ação das FSS e a diminuir a eficácia no combate à criminalidade. Concretamente no que toca aos programas de videovigilância, o sucesso dos programas implementados no Porto e em Lisboa deve ser um incentivo para a sua manutenção e para a sua expansão. E se alguns dos obstáculos que existiam já foram – e muito bem – removidos pela ação deste governo (como era o caso dos pareceres vinculativos da Comissão Nacional de Proteção de Dados), ainda subsiste uma cultura e uma mentalidade passadista que importa combater e contrariar.

Aliás – e em jeito de conclusão – importa perguntar a quem convém uma polícia “cega” quando – e em sentido inverso – no privado proliferam sem controlo e sem regulação estes mesmos meios de vigilância. E – quanto a estes últimos – não me recordo ver estes “velhos do restelo” reclamar. É que – como sempre suspeitei – a ignorância e a irresponsabilidade estão normalmente do lado da argumentação fácil e populista. Até um dia...

13.

## **O PRIMEIRO-MINISTRO DESAPARECEU? - 30-08-2013**

---

Pelo excelente trabalho de acompanhamento que o DN tem feito acerca da tragédia dos fogos florestais deste Agosto de 2013 ficámos ontem a saber que – lamentavelmente – morreu mais uma bombeira. Trata-se da quinta vítima este ano e da quarta no mês de Agosto, num Verão que se está a revelar particularmente trágico para a proteção civil e para a floresta.

Estou consciente que – dirão alguns – quando estão em causa assuntos desta delicadeza este pode ser um momento menos bons para fazer política. Ora, e apesar de toda a consideração que tenho sobre essa linha de raciocínio, discordo. Penso até - bem pelo contrário - que é justamente em momentos de crise e delicados que se devem revelar os bons políticos. E os líderes capazes.

Pergunta-se – então e inevitavelmente – onde está o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho? E o que tem feito o ministro Miguel Macedo, que tutela a pasta da Administração Interna e os Bombeiros Portugueses, perante esta crise? A resposta é, no mínimo, confrangedora. Não só praticamente não vimos – até agora - uma palavra de solidariedade, uma visita conjunta dos dois responsáveis políticos aos locais mais afetados pelos incêndios como – e para cúmulo – parecemos estar a assistir a uma guerra surda de acusações acerca dos meios que existem no terreno, da sua adequação, ou – ao invés – da sua insuficiência. Num momento em que os portugueses estão cada vez mais afastados e indignados com o atual governo PSD-CDS, em particular, e com os políticos que temos, em geral, qualquer oportunidade de demonstração de sentido de estado e de proximidade às populações seria bem-vinda. Esperar-se-ia – portanto – que tanto o ministro Miguel Macedo como o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho já tivessem assumido a dimensão do problema e, em vez de esperarem que a tempestade passe pensando certamente nas sondagens de opinião e de popularidade, estivessem junto dos profissionais, dos voluntários, e das populações para as quais foram eleitos para servir.

Mas assistimos aqui – e uma vez mais – a um espetáculo triste e pouco edificante, ao qual os respetivos intervenientes fariam bem em poupar-nos. Na verdade, se – de um modo diferente e construtivo – comesçassem por apresentar soluções e revelassem algum planeamento nas políticas públicas de segurança e de proteção, creio que esse seria um passo de gigante. Incompatível com políticos que procuram passar entre os pingos da chuva mediática.

14.

## O SEXO E A SEGURANÇA - 23-08-2013

---

Apesar dos tabus que rodeiam o tema, a questão do sexo e da forma como este tem sido – ao longo dos tempos da humanidade – usado para fins operacionais é, em meu entender, uma questão central quando pensamos a estruturação da segurança.

Em boa verdade, penso que continua a ser preocupante – e isto considerando que estamos já a caminho da segunda metade da segunda década do século XXI – que, quer a orientação sexual quer a forma como o sexo é empregue para obter informações ou fazer passar notícias, não sejam objeto de um debate amplo nas nossas sociedades. É como se se considerasse “natural” que certas pressões sobre indivíduos (masculino ou feminino) sejam conseguidas através da chantagem moral e de “trocas de favores”, ao mesmo tempo que também é visto como “normal” que a pressão sobre um (ou uma) companheiro (ou companheira) de alguém seja um expediente para se conseguir atingir um fim previamente determinado. Tal foi – aliás e justamente – o que aconteceu recentemente no chamado “Caso Snowden”.

Estou – obviamente – consciente da delicadeza deste tema. E não posso – evidentemente – deixar de admitir que muitos crimes, atentados, ou outro tipo de matérias essenciais para a segurança nacional foram evitados ou resolvidos com o recurso ao sexo como arma, como moeda de troca, ou como fator de persuasão. Mas também não posso – de forma consciente – deixar de me espantar com a facilidade e com a naturalidade com que o tema parece ser encarado. E se acrescentarmos a este os inúmeros preconceitos – escondidos mas presentes nos discursos dos indivíduos – que muitas vezes continuam a fazer escola nas instituições da segurança, então acredito que temos aqui um tema para debate.

Num século em que, depois de muito esforço, de muitas lutas, e de muito tempo despendido, as mulheres, em particular, e os restantes grupos de género, em geral, continuam a encarar este tipo de estratégias e de estratagemas como algo de comum este é, convenhamos, um sinal de atraso. Um atraso cultural, civilizacional e estrutural a que – espero – algumas das futuras gerações possam vir a dar uma resposta cabal. É que, e em matéria de igualdade de género, conviria que os direitos fossem mesmo iguais mas que – e sobretudo – funcionassem em ambos e em todos os sentidos.

15.

## **E QUANDO OS RICOS ROUBAM? - 16-08-2013**

---

A recente estreia em Portugal do último filme da realizadora Sofia Coppola acerca de um grupo de adolescentes que comete uma série de roubos em gang constitui um bom pretexto para reflexão. É igualmente uma oportunidade para fazer um - necessariamente breve - balanço acerca das políticas públicas dirigidas aos jovens em matéria de segurança.

O filme é - como disse - um bom pretexto para análise e reflexão pois trata da história de um grupo de jovens-adultos (todos criminalmente imputáveis, portanto) que - apesar de terem um nível de vida relativamente confortável -, se dedicaram a furtar e a revender objetos de valor estimado em 3 milhões de dólares. O gang - que ficou conhecido por bling ring, título do filme - apresentou também uma outra particularidade: dedicou-se ao furto de objetos pessoais e de joias de estrelas de cinema e da sociedade norte-americana, residentes na área da Grande Los Angeles. Esses itens furtados eram ainda usados pelos membros do bling ring em festas e eram por eles expostos nas redes sociais. Assim sendo, o interesse da abordagem - sob o ponto de vista cinematográfico, mas também sob o ponto de vista da segurança - está em observar até que ponto aquilo que sob o ponto de vista criminal constituiu um ilícito relativamente grave transformou - em termos sociais - um grupo de criminosos organizados e com um modus operandi específico em estrelas de novelas da vida real, gerando mesmo uma significativa onda de simpatia pelo grupo. E se é bem verdade que - no final da onda de assaltos - ninguém saiu magoado e ninguém foi roubado (nunca foi usada violência e as vítimas estavam sempre fora de casa), também deve ser tido em conta o facto de se tratar de crimes que indiciaram um padrão de desvio e de marginalidade associado a gangs. Chegados a este ponto, a questão que se coloca - então - é a de sempre: se se tratasse de outras pessoas, de classes mais baixas, teriam o mesmo tratamento pela imprensa? Pelo sistema?

Por fim - e como disse - o filme é também um bom pretexto para se fazer um curto balanço das políticas públicas dirigidas aos jovens em matéria de segurança. Nesta matéria - e se pensarmos em Portugal - o cenário é de um quase deserto neste tipo de ação dos poderes públicos (excetuando talvez o Programa Escolhas, pois a filosofia dos Contratos Locais de Segurança parece ter sido abandonada pelo atual governo). Esse deserto, esta ausência, é algo que - admitindo que os jovens de hoje serão, obviamente, os adultos de amanhã - se virá a pagar caro num futuro não muito distante. Até porque quando os ricos roubam algo vai mal em matéria de valores numa sociedade complexa mas - necessariamente - moderna.

16.

## OS "TERRORISTAS" NORTE-AMERICANOS - 09-08-2013

---

Os casos de fuga de informações classificadas (entenda-se: secretas) de importantes bases de dados norte-americanas pertencentes a agências dos Estados Unidos da América que deveriam ter procedimentos altamente seguros são - em meu entender - reveladoras de um novo tipo de "terrorismo" digital. Um fenómeno para o qual essas agências e instituições não parecem, de todo, preparadas. São - além do mais - um desafio para os mais altos responsáveis da política norte-americana, sobretudo para o seu Presidente Barack Obama.

Vamos - portanto - por partes. Além do duvidoso interesse das informações inicialmente reveladas pelo site WikiLeaks e fornecidas por Bradley Manning, uma pergunta que poderá fazer neste momento, volvidos mais de dois anos e depois de divulgados mais de 700 mil documentos, é: será que algo mudou com estas (perigosas) revelações de segredos diplomáticos? E a resposta parece-me - igualmente - óbvia: nada de substancial mudou, e se houve algo que aconteceu, foi o risco acrescido para inúmeras vidas humanas e um desequilíbrio de algumas (já por si difíceis) relações diplomáticas. Depois - e mais recentemente - podemos analisar as informações trazidas ao público mundial por Edward Snowden. Nestas, e a acrescentar ao risco evidente de criação de um clima de crispação diplomática e política entre diversos países, há um crescente cinismo no modo como foram tratadas que - obviamente - justifica uma questão semelhante à anterior: o que é que se alterou com estas (arriscadas) revelações de procedimentos classificados? Para já, e segundo os últimos desenvolvimentos, estas conseguiram um aumento da crispação na relação política entre os Estados Unidos da América e a Rússia; e, depois, um conjunto de acidentes diplomáticos em cadeia, dos quais o caso português envolvendo o ministro Paulo Portas e o avião do Presidente Evo Morales da Bolívia é mais um exemplo.

Trata-se, pois - e em boa verdade -, de dois casos que nos devem fazer refletir acerca do modo como podem as sociedades e os sistemas políticos lidar com este novo tipo de "terrorismo" digital e com os seus propósitos. Ora o que se espera é, assim sendo, uma elevação dos níveis de bom senso e de cuidado no recrutamento de especialistas: deixar nas mãos de pessoas com pouco mais de 20 anos informações e jogos de risco desta natureza são - convenhamos - a manifestação de uma significativa imaturidade política. Um espetáculo a que - sejamos honestos - a única superpotência mundial do início de século XXI nos poderia poupar...

17.

## **O BIG BROTHER VENCEU - 02-08-2013**

---

Existe um conjunto não negligenciável de pessoas que – de uma forma explícita ou mais velada – têm procurado contrariar em Portugal a implementação – séria – de um programa nacional de videovigilância. São as mesmos que, normalmente, tentam invocar as liberdades e as garantias dos cidadãos mas que esquecem (de propósito ou de um modo inconsciente) as enormes vantagens de um registo filmado da ocorrência de um crime.

São também estes os mesmos que defendem uma suposta perspectiva garantivista dos direitos e das liberdades, esquecendo, de caminho, que a liberdade de uns termina – como é sabido – onde começa a liberdade dos outros. Provavelmente – e ainda bem que assim é – tratar-se-á de cidadãos que verdadeiramente nunca foram confrontados com a situação limite de rapto de um familiar próximo, ou com uma ocorrência ou incidente de polícia e criminal mais grave. Só este comodismo de plateia pode explicar – em meu entender – esse conjunto de entraves que têm progressivamente sido criados e cultivados no nosso País, fazendo de Portugal um exemplo de défice nestas matérias, mau grado os esforços (muito bem vindos) dos dois últimos Ministros da Administração Interna, Rui Pereira e Miguel Macedo.

Contudo – e aí é que estão as boas notícias para quem pensa de forma diferente – o big brother venceu. E saiu vitorioso não na sua aceção e conceção de uma vigilância não regulada mas porque provou – nos últimos meses – a sua verdadeira utilidade. Para os paladinos de uma suposta defesa da privacidade, a resolução da investigação aos atentados de Boston, nos Estados Unidos da América, e ao recente e trágico acidente ferroviário, em Espanha, são uma derrota definitiva.

Doravante, quem se pretende continuar a opor a uma regulação séria do assunto e tentar contrariar a difusão destes mecanismos de prevenção da criminalidade está pois – e em definitivo – a ser cúmplice dos crimes que ocorreram. Pela minha parte, esta é uma das responsabilidades que dispenso.

18.

## **ESCUTAS E AS "QUINTAS" DO CRIME - 28-07-2013**

---

Nas discussões acerca da segurança e da criminalidade é recorrente falar-se na existência de "blocos" ou de "cilindros", quase inamovíveis e que não partilham entre si informação. Refiro-me - concretamente - a organismos nas FSS (Forças e Serviços de Segurança) que se fecham e que procuram, a todo o tempo, ganhar mais competências para a sua tutela, o que - na sua lógica - significa mais poder.

Este argumento não podia ser mais falacioso e deve - em meu entender - ser desmontado. Na verdade pode-se argumentar, numa primeira perspetiva, que essas repartições de funções, de competências e de especificidades resultam da história, da lei e da doutrina que fundam essas FSS. Assim sendo pode-se, naturalmente, argumentar que, pelo menos até um certo ponto, faz sentido a existência de organismos separados, com tutelas diversificadas ao mais alto nível político e que têm - eles próprios - uma especificidade que justifica a sua existência. Mas, e também como argumento válido numa segunda perspetiva, se pode justamente defender, com propriedade e com fundamento, que essas repartições de funções e de competências resultam em "quintas", em unidades orgânicas e em competências (de investigação criminal, de escutas, por exemplo) que deveriam ser mais transversais, em benefício do melhor funcionamento das FSS e - em última análise - em benefício do próprio combate à criminalidade.

Vem tudo isto a propósito da mais recente polémica acerca das escutas e dos órgãos de polícia que devem estar autorizados a poder fazê-lo. Independentemente dos desenvolvimentos tecnológicos recentes e dos meios postos à disposição de cada FSS pelos sucessivos governos de Portugal, a realidade é que os argumentos apresentados pela atual ministra da Justiça só parecem ter um fim: a autojustificação da existência da Polícia Judiciária (PJ) enquanto órgão dependente da tutela desse ministério e - por essa via - de justificação de mais poder para a titular da respetiva pasta da Justiça. Trata-se - portanto - de mais um caso em que o mau exemplo vem de cima. Ora se a PJ é certamente das polícias mais qualificadas que temos, também será justo perguntar o que se tem feito para dignificar este OPC (Órgão de Polícia Criminal)? Será que a inauguração de uma nova sede, com melhores e muito merecidas condições de trabalho, justifica só por si o papel atual da PJ na sociedade? Ou não seria preferível pensar na sua integração funcional em outro ministério, na dignificação do seu ensino, da sua formação e dos seus profissionais? São questões que - por agora - ficam no ar e a que voltaremos nas próximas semanas.

19.

## O 'EFEITO CSI' NA JUSTIÇA - 30-03-2012

---

O programa do atual governo de coligação PSD-CDS previa uma reforma da justiça a partir do que se designou como uma “restauração do modelo das ‘profissões jurídicas’, em que as diferentes profissões – juízes, de magistrados de Ministério Público, de advogados, de notários, de conservadores, de solicitadores, de funcionários judiciais, de agentes de execução e de outros auxiliares da Justiça – se possam rever, com regras claras, e os cidadãos nelas”. Contudo – e a avaliar pelas mais recentes estatísticas referentes à imagem que os portugueses têm da justiça e dos seus profissionais – este é um objetivo que se encontra longe de ser alcançado.

Como é sabido a justiça - e, muito em particular, a perceção que os cidadãos comuns têm da sua aplicação - é um elemento essencial na prevenção da criminalidade. Como? Simplesmente porque aumenta o chamado “controlo social interno” dos potenciais desviantes e criminosos fazendo, na prática, com que estes pensem duas vezes antes de perpetrarem um crime ou, a um nível mais elementar, contribuam para os chamados “comportamentos antissociais”. Assim sendo, esperar-se-ia aqui uma melhor dotação de meios e uma clarificação do papel de cada um dos agentes do SSI (Sistema de Segurança Interna), no qual entendo que se deve incluir a PJ (Polícia Judiciária), para além das duas Grandes Polícias (PSP – Polícia de Segurança Pública, e GNR – Guarda Nacional Republicana). Mas é aqui que – lamentavelmente – se inicia uma confusão que persiste na atuação deste governo. E isto por duas ordens essenciais de razões. Em primeiro, a atuação do governo em matéria de segurança interna continua confusa porque existia um projeto anterior às eleições de 5 de Junho de 2011 que previa a criação de uma Polícia Nacional (PN), que seria “idêntica à atual Polícia de Segurança Pública (PSP), vocacionada para a segurança pública nos maiores centros urbanos, retirando-lhe a valência de operações especiais (GOE), mas incorporando a Polícia Judiciária (PJ) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)”. Ora este projeto foi, aparentemente, abandonado por uma conhecida precipitação de um assessor do governo e constituiu um lamentável erro político que – ao que parece – hipotecou por agora uma possibilidade de reforma (que teria sido positiva) do SSI. Em segundo, a atuação do governo em matéria de segurança interna continua igualmente confusa dado que – perante uma crescente pressão da sociedade civil – a Polícia Judiciária se encontra desprovida dos meios e dos mecanismos legais e forenses para uma atuação mais eficaz no terreno. E é exatamente neste ponto que entra o designado “efeito CSI” (do acrónimo *Crime Scene Investigation*): este designa a mudança da perceção e das representações sociais dos cidadãos comuns em relação às polícias científicas, agora muito consideravelmente baseadas nas séries televisivas que apresentam a solução para crimes complexos como algo de rápido e (aparentemente) fácil, concretizado a partir de um acervo de meios policiais e de uma justiça que funciona.

Todavia – e como facilmente se depreende – este “efeito CSI” na justiça e nas polícias portuguesas tarda a fazer sentir os seus efeitos reais. Mas – e mais grave – o que fica depois das cinzas desta reforma falhada são o conjunto de anticorpos e de resistências institucionais que – de futuro – dificultarão ainda mais a urgente e necessária cooperação entre agentes do SSI, com a PJ incluída. Erros que, no longo prazo, se pagarão caro mas que – e sobretudo – se fazem sentir ao cidadão comum todos os dias. E mais a cada dia que passa...



20.

## **AS “FALSAS” ESTATÍSTICAS DO CRIME - 16-03-2012**

---

Em matéria de Segurança Interna o País foi surpreendido a semana passada com o anúncio de uma eventual diminuição da criminalidade participada às Forças e Serviços de Segurança (FSS) pelo atual ministro da Administração Interna Miguel Macedo. Trata-se – em meu entender – de uma afirmação surpreendente e que deve – em abono de uma atitude de honestidade intelectual que sempre defendi – ser bem explicada. Porquê? Por diversas razões das quais vou destacar apenas quatro.

Em primeiro lugar, porque falar de criminalidade em sentido lato induz em erro as pessoas. Se é certamente verdade que esta estatística agregada constitui um indicador global, não é menos verdade que nela se reúnem um conjunto muito diverso de crimes, desde os “simples” (mas que podem ser muito incómodos para as pessoas) “crimes contra o património”, até aos “crimes violentos e graves” (os quais certamente deixam nas vítimas uma marca indelével que a justiça dificilmente consegue apagar). Assim sendo, seria do mais elementar bom senso parar de falar em “criminalidade” - em sentido lato - e introduzir alguma profundidade no discurso, falando inclusive em “comportamentos antissociais” e escarpelizando melhor quais os tipos de crimes e regiões em que estes se encontram concentrados. Porque – como todos sabemos - a criminalidade se concentra no litoral e se distribui de forma heterogénea pelo País.

Em segundo lugar, importa explicar bem o que se entende por uma “diminuição” da criminalidade associando os tipos de crimes aos locais onde estes ocorreram. Neste particular – e como facilmente se entende – existe uma perceção subjetiva do crime muito diferente para quem vive em zonas urbanas degradadas e sensíveis, relativamente a quem vive no conforto de um condomínio fechado. Ora se podemos argumentar que se poderá tratar aqui de uma falsa perceção da realidade, a verdade é que um acesso a todos os cidadãos aos mapas do crime nas suas zonas seria um passo importante no sentido da transparência do governo.

Em terceiro lugar, importa lembrar que existe – há mais de um ano e depois de uma anunciada e falhada reforma da segurança nacional – um sentimento de desmotivação crescente nas FSS. Ora – e por maioria de razão – poderemos perguntar se uma suposta diminuição da criminalidade não se deve a uma menor proactividade das Polícias e dos cidadãos, os primeiros porque têm falta de meios e de motivação para o trabalho, e os segundos porque têm uma perceção de grave ineficácia do sistema de justiça e – antes disso – do próprio sistema de apresentação e de condução dos processos de queixas. Tudo isto no quadro de um governo que – como já todos percebemos – se encontra muito mal assessorado em matéria de segurança nacional, onde se somam os erros e as contradições. Aliás, e neste particular, o fecho mal planeado dos Governos Cívicos e os custos a ele associados é apenas um exemplo entre outros a que voltaremos em futuras crónicas.

Por fim, e tal como – numa demonstração de rigor – apontou o atual ministro da Administração Interna, ao chamado sentimento de insegurança subjetiva das populações e das comunidades não se pode responder com a mera estatística. Certo. Mas então a pergunta que se pode colocar é – obviamente – a seguinte: o que é que o MAI tem para apresentar aos portugueses, para além de um mero conjunto de números divulgados de forma esporádica e com atrasos?



21.

## UM PAÍS DE SELVAGENS? - 02-03-2012

---

As políticas públicas de segurança visando o combate às chamadas “incivilidades” têm sido muito esquecidas em Portugal. Só assim se compreende – muito embora não se tolere - a proliferação de “graffiti” nas nossas cidades, muros, estradas e – para cúmulo – nas autoestradas. Trata-se, em meu entender, de um movimento (quase) imparável. Se continuarem ausentes os sinais punitivos e em sentido reprovador das autoridades em relação a estes atos de vandalismo, estes dificilmente terão um fim à vista. Os graffiti irão continuar a contribuir para a degradação do espaço público e para o aumento dos sentimentos de insegurança e de medo das nossas populações e das nossas comunidades.

Além disso – note-se bem – os espaços públicos são, por definição, pagos com o dinheiro de todos os contribuintes e, portanto, são de todos e para usufruto de todos. Mas também no que toca aos espaços privados estes são – naturalmente – propriedade de cidadãos anónimos ou de empresas que, em muitos casos, prestam um serviço que deveria ser de qualidade e informativo. E se já há espaços informativos (painéis, semáforos, estações de metropolitano, entre outros) quase cobertos por esta forma de vandalismo tal é – deveras – muito preocupante: estas são sinais que indiciam a existência de jovens em potenciais carreiras de desvio e de crime. Têm existido – bem sei – tentativas de legalização deste tipo de atos de vandalismo, procurando confiná-las a espaços específicos. Mas a realidade é que também nestes casos os programas de remoção dos graffiti falharam e – mais grave – de acordo com os dados de um estudo realizado nos Estados Unidos da América, concretamente no Estado da Califórnia, o vandalismo nas áreas circundantes aos espaços criados especificamente para graffiti aumentou em 300%. Assim sendo, percebe-se bem que dificilmente se poderão confundir graffiti com qualquer forma de arte (urbana ou outra). Os graffiti são – bem entendido – uma forma de vandalismo e, como tal, de crime. Ora a pergunta inevitável é a de saber como tem sido, até agora, possível evitar e combater este crime? Na verdade, e do que se pode depreender das experiências internacionais, estes atos de vandalismo e de degradação das cidades, espaços e vias públicas só serão travados com uma política de envolvimento das comunidades, como um dos componentes integrantes de uma política de policiamento de proximidade e de “tolerância zero” a este tipo de fenómeno. Nesta matéria as boas práticas internacionais demonstram que, sendo os graffiti um crime e um problema social, só a partir do envolvimento de todos os interessados (Forças e Serviços de Segurança, empresas públicas e privadas, famílias e cidadãos) é possível encontrar meios e motivação para terminar com as zonas de graffiti e transformá-las em zonas limpas.

Em Portugal, parece-me que os Contratos Locais de Segurança, muito dinamizados pelo anterior Ministro da Administração Interna Rui Pereira, podem ser um espaço para se começar a pensar numa solução para este flagelo. Mais: o custo de remoção de graffiti está bem documentado, e de acordo com os dados de um outro estudo realizado nos Estados Unidos da América, também no Estado da Califórnia, este foi de cerca de 28 milhões de dólares em 2006. Trata-se – obviamente – de um preço muito elevado a pagar por algo que – simplesmente - não deveria existir.

22.

## **UM GOVERNO MAL ACONSELHADO - 17-02-2012**

---

O atual governo de coligação PSD-CDS continua – infelizmente – a somar um conjunto de erros políticos e de comunicação em matéria de segurança nacional. As últimas duas semanas forma marcadas por um aumento da contestação das Forças e Serviços de Segurança (FSS), a que se juntam – uma vez mais – as Forças Armadas (FAs), num cenário de preocupante convergência nos últimos meses em Portugal. Um cenário que – recorde-se – também tem sido bastante negativo, e mesmo penoso, para os Serviços de Informações da República (SIR). Existe – naturalmente – uma explicação possível para este acumular de decisões: a crise atual e a escassez de recursos. Mas esta parece-me uma explicação demasiado simplista, para não dizer facilitista. E isto por três ordens essenciais de razões, que tocam as FSS, as FAs e os SIR. Analisemos, então, cada um destes casos em particular.

No caso das FSS o governo regista uma preocupante falta de capacidade de decisão, que começou ainda antes das eleições com a apresentação de um projeto de reforma (falhada, porque mal explicada) às estruturas legítimas de representação dos profissionais da Polícia Judiciária (PJ). Esse erro político básico do PSD continuou depois das eleições, com a manutenção da generalidade das estruturas dos Ministérios da Administração Interna e da Justiça, sem que se definisse de forma clara qual o caminho para uma possível reforma do Sistema de Segurança Interna (SSI). Entretanto, e de um modo preocupante, acumularam-se as situações de dificuldades económicas para os profissionais das FSS, que só agora o atual ministro da Administração Interna parece pretender tomar em conta, com a nomeação de uma nova Direção Nacional para a PSP e a eventual revisão dos problemas de carreiras nesta Força de Segurança e na GNR. De caminho, ficaram as afirmações produzidas por alguns assessores do governo em matéria de segurança nacional que chegaram a provocar um enorme ruído e que – como é evidente – em nada contribuem para uma discussão fundamentada acerca destas matérias. Aliás – e para cúmulo – chegou a ser posta em causa a legitimidade da coordenação do programa de segurança nacional do PSD, que havia sido da responsabilidade de Ângelo Correia. No caso das FAs (uma outra área importante da segurança nacional) o cenário atual também parece continuar a ser o de uma indefinição nas carreias e no estatuto remuneratório destes profissionais. Ora, e sem querer por em causa o facto de alguns dos problemas serem herdados do anterior governo do PS, a realidade é que a estratégia e medidas do governo para o sector carecem de explicação e de melhor comunicação. Aliás – e para ser mais claro – parece-me que necessitam de um debate e de uma preparação mais alargada, longe do centralismo em um ou dois assessores de circunstância, seguramente sedentos de algum protagonismo mas cuja (aparente) boa vontade não substitui um planeamento sério em conjunto com as altas chefias militares e – obviamente – com as associações representativas do sector. Finalmente, e em matéria de SIR, o exemplo do mau aconselhamento e da falta de orientação do governo são por demais evidentes. Elas passam não apenas pela ausência de um modelo concreto para as informações em Portugal como - e bem mais grave – parecem indiciar uma vontade de perpetuação de um modelo iniciado em 2004 mas que está, por muitos motivos, desadequado da nossa realidade.

Se somarmos a atual contestação às indecisões e erros políticos do governo em matéria de segurança nacional compreenderemos – de forma clara – que estas só podem resultar de um mau aconselhamento político. Um mau aconselhamento que – mais cedo ou mais tarde – terá os seus custos políticos.

23.

## **A PSP ESTÁ DE PARABÉNS - 03-02-2012**

---

A demissão pelo atual Ministro da Administração Interna (MAI) Miguel Macedo do anterior Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP) abriu um potencial novo ciclo. Na verdade – e apesar dos inúmeros problemas que enfrenta – a PSP tem agora uma oportunidade (que dificilmente se repetirá) de modernização e de resolução de questões internas. Assim sendo, a decisão do MAI terá sido politicamente oportuna se se pensar que a PSP enfrentava um ambiente de contestação interior à agora demitida Direção Nacional o que – numa organização em que a coesão e a liderança são pilares fundamentais – se começava a afigurar altamente pernicioso.

Além disso, a PSP também foi vítima de algumas decisões políticas passadas que – no médio prazo – criaram um conjunto de dificuldades internas de gestão e – mais grave - fomentaram desigualdades entre elementos mais antigos nas carreiras e elementos mais jovens. A realidade é que o anterior governo PS criou uma tabela de remunerações para a PSP (tal como também fez para a Guarda Nacional Republicana (GNR), assunto de que falaremos numa próxima crónica), mas suspendeu posteriormente a sua aplicação. Esta situação – que tem tanto de inconcebível como de politicamente irresponsável – assemelha-se a uma empresa que diz que vai aumentar todos os trabalhadores, cria uma tabela nova, novos salários, e depois diz que essa tabela fica suspensa na sua aplicação. Entretanto – e por concurso feito já de acordo com a nova tabela – entram novos trabalhadores e – a estes últimos – é então aplicada essa nova tabela, pois a anterior já foi revogada. Resultado: agentes novos a poderem ganhar mais do que agentes mais antigos, pois os novos entram a ganhar pela nova tabela. Confuso? Talvez. Mas – e sobretudo – inacreditável. Depois, e já no quadro do atual governo de coligação PSD-CDS, foram igualmente suspensos concursos internos na PSP. Foi assim que – e a título de exemplo - Comissários da PSP, concorrentes à categoria de Subintendente, em procedimento concursal iniciado em 2010 vieram a público e “manifestam a sua profunda indignação e mal-estar pelo recente ato de suspensão do concurso (...) da PSP (...) situação suscetível de criar uma enorme crise na organização, devido à falta de quadros para o preenchimento dos cargos funcionais existentes e necessários ao desempenho da missão policial (...) os profissionais alertam, ainda, para a falta de equidade de que estão a ser alvo, comparativamente com as outras forças e serviços de segurança e forças armadas”, como se pode ler numa das suas missivas enviadas para o MAI. E mais: dado que estes problemas afetam hoje toda a PSP, têm surgido posições convergentes das suas estruturas sindicais mais representativas, como a Associação Sindical de Oficiais de Polícia (ASOP), a Associação Sindical dos Profissionais de Polícia (ASPP), o Sindicato Nacional de Polícia (SNOP) e o Sindicato dos Profissionais de Polícia (SPP), para citar apenas algumas.

Por tudo isto, a nomeação de Paulo Valente Gomes para Diretor Nacional da PSP foi – em meu entender – uma boa escolha, que subscrevo. Além disso, o já empossado Diretor Nacional deu uma primeira prova de competência, escolhendo uma equipa na qual se destacam Paulo Pereira Lucas, o Diretor Nacional Adjunto para a Unidade Orgânica de Operações e Segurança, José Ferreira de Oliveira, o Diretor Nacional Adjunto para a Unidade Orgânica de Recursos Humanos, e Pedro Lopes Clemente, Diretor do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), um

Instituto a necessitar de uma reforma profunda. Veremos se – com as pessoas certas – a PSP conseguirá ganhar o futuro. Por ora, está de parabéns pelas escolhas.

24.

## **A POLITIZAÇÃO DA SEGURANÇA - 20-01-2012**

---

O DN de ontem publicou um artigo – da autoria da jornalista Valentina Marcelino – acerca de uma “guerra” numa OGN (Organização Não Governamental) na área da segurança. Ao longo do artigo, nas diversas intervenções registadas pelo bom trabalho jornalístico, foi patente o desconforto (por muitos assumido no anonimato) pelo hipotético regresso do último Ministro da Administração Interna do governo de José Sócrates à presidência dessa ONG. Tratando-se, neste caso, do Ministro Rui Pereira (que, deve ser dito, deu um contributo muito positivo para a visibilidade e para algum avanço científico da segurança interna em Portugal) – que é um alto responsável da família política do Partido Socialista (PS) – entende-se que essa nova presidência possa ser vista como uma tentativa de partidarização dessa ONG. Ora – e tratando-se, justamente, de uma ONG – é, portanto, suposto ser independente do governo e, para além disso, representar tanto quanto possível uma pluralidade de tendências de pensamento, sejam elas políticas ou de outra ordem da sociedade civil.

Assim sendo, compreende-se bem que o ex-Ministro da Administração Interna e Coordenador do Programa de Segurança Nacional do Partido Social Democrata (PSD) – Ângelo Correia – tenha anunciado de forma clara que será sua intenção abandonar esse organismo, considerando que existe uma partidarização pela parte do PS. Devo, com total transparência, afirmar que eu próprio fiz o mesmo em tempo oportuno, pois sempre afirmei (e escrevi) que esse organismo goza hoje de uma reputação duvidosa junto de alguns dos meios da segurança. Tratou-se, no meu caso, de uma demonstração de coerência intelectual e de princípios, muito embora (e como está à vista do País considerando casos recentes) não confunda o perfil ético (ou a sua ausência) de algumas pessoas com a totalidade de uma organização. E estou também bem ciente de que a situação atual do País exige que as atenções se concentrem em outras áreas bem mais prioritárias para a nossa sobrevivência enquanto sociedade democrática, livre, e de bem-estar para todos. Contudo, esta circunstância não invalida um argumento central: o de que se deve abandonar a politização de modo a que se possa ter um discurso cientificamente fundamentado acerca da segurança nacional. Sem alarmes sociais ou facilismos motivados pela sede de protagonismo mediático. Até porque – em particular nos últimos sete anos – existe um ambiente de desconfiança dos portugueses em relação ao discurso oficioso da segurança, tendo-se enraizado em certos sectores da sociedade a ideia de que as estatísticas podem ser manipuladas e que – partindo da experiência pessoal de cada um na sua comunidade – Portugal é hoje um país mais inseguro e onde a crime, num certo sentido, compensa.

É também precisamente contra este estado de coisas que se espera que o atual governo possa dar um contributo positivo. E fundamentado. Por isso mesmo – e como corolário – percebe-se que quaisquer tentativas de politização do discurso acerca da segurança devem ser – de forma vigorosa – rejeitadas. Aliás, e se olharmos para o universo da segurança e da justiça, não há memória recente de que outras ONGs – como a Transparência Internacional, o Observatório sobre a Produção, Comércio e Proliferação das Armas, ou o Observatório da Justiça – tenham um discurso politizado. E se considerarmos que – noutros casos – nem sequer se percebe onde encontraremos a fundamentação científica desse discurso, então estaremos perante

um caso mais sério de desonestidade intelectual. Ou – talvez quem sabe – de um outro tipo de padecimento...

25.

## **É URGENTE FUNDIR AS SECRETAS - 06-01-2012**

---

Nos últimos dias deste início de 2012 regressou a polémica em torno dos Serviços de Informações da República (SIR), com alguns dados novos. Todavia – e dada a delicadeza da questão – julgo que importa separar aquilo que constitui uma argumentação válida de um insulto à inteligência de quem procura tratar as questões da segurança com alguma seriedade.

Como na generalidade das áreas da vida pública – e, em particular, dos meios onde existe alguma possibilidade de exercício de poder – a segurança e as informações não estão imunes a tentativas de controlo e de apropriação por parte de grupos de interesses. Aliás – e até um certo ponto – as sociedades democráticas apresentam de modo intrínseco ao seu funcionamento a luta pelo poder entre grupos, mais ou menos organizados, cuja expressão mais evidente é a dos diferentes partidos políticos. Ora também no caso dos SIR – e em particular durante a segunda metade da primeira década do século XXI – existiram um conjunto de alterações legais e orgânicas que, por um lado, criaram as condições objetivas para uma futura “fusão” dos serviços de informação internos (SIS) e externos (SIED) mas que, por outro lado, abriram o espaço para a disseminação de alguns grupos ou fações de poder. Mas a verdade é que só com uma enorme desonestidade intelectual e hipocrisia se poderá argumentar como se fosse apenas nos SIR que existem grupos que lutam pelo poder e pela sua capacidade de influência. Tenta-se assim reduzir a história dos últimos sete anos das informações em Portugal a uma espécie de teoria da conspiração difusa e a uma linha de raciocínio primária, como se este tipo de fenómenos não existisse nas empresas, nos jornais, nas televisões, nas redes sociais, nos blogues, ou nos comentários (na sua maioria profundamente pueris e desinteressantes) aos artigos de jornal.

É, pois, cada vez mais premente a “fusão” dos serviços de informações portugueses. Aliás, é bom notar que, em termos práticos e informais, esta fusão já se verifica. Na verdade, o atualmente designado SIRP (Sistema de Informações da República Portuguesa) já se assume como a cabeça de um serviço de informações único. Na realidade, e de acordo com a Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro, são departamentos comuns ao SIS e ao SIED (e que estão – portanto -na dependência do SIRP) o departamento de recursos humanos, o departamento de finanças e apoio geral, o departamento de tecnologias de informação, e o departamento de segurança. Além disso, o Conselho Consultivo do SIRP (órgão de consulta, que sucedeu aos anteriores Conselhos Consultivos do SIED e do SIS) já existe desde 2007 e é presidido pelo Primeiro-Ministro; decorrente da sua composição bicameral, o Conselho Consultivo do SIRP reúne com as diversas entidades em função do domínio das atribuições em causa, como o diretor-geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional, o diretor-geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o responsável pelo organismo de informações militares, o comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, o diretor nacional da Polícia de Segurança Pública, o diretor nacional da Polícia Judiciária, e o diretor-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Como se percebe facilmente – e só um ingénuo ou ignorante poderia pensar o contrário – a troca de informações entre o que parecem ser dois serviços de informações é já uma realidade. Faltará apenas concretizá-la num serviço único e – na medida do possível – ao serviço do País e dos portugueses.

26.

## **UM ATO DE CORAGEM DO MAI - 23-12-2011**

---

O próximo ano de 2012 será um ano de teste para o Ministro da Administração Interna (MAI), Miguel Macedo. Na verdade, espera-se um 2012 em que aumentarão os níveis de protesto e de contestação social, sendo previsivelmente um ano em que – para além da questão económica que, infelizmente, continuará a dominar a agenda das preocupações domésticas – começaremos a sentir os efeitos das limitações financeiras impostas às Forças e Serviços de Segurança (FSS). Teremos um 2012 em que – para além das alterações no quadro geopolítico internacional com o aumento da tensão em relação ao Irão e à Síria – poderemos assistir a uma situação de quase rutura de meios e do dispositivo das FSS, que convirá acautelar desde já implementando as dotações previstas no Orçamento de Estado para 2012.

Na verdade, já assistimos a uma primeira demonstração de coragem do MAI quando, no início desta semana, decidiu convocar os dirigentes dos Órgãos de Polícia Criminal (OPC) que poderão ter um papel mais ativo na segurança e proteção das pessoas, anunciando a dinamização de equipas mistas para combater a criminalidade. Tratou-se, em nosso entender, de um ato de coragem pois sabia-se que - à partida e em termos políticos - semelhante iniciativa teria uma leitura diferente consoante se tratasse das competências da Polícia Judiciária (PJ), do Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI) ou do Procurador-geral da República (PGR). Em relação à PJ – cuja tutela não pertence ao MAI mas sim à Ministra da Justiça Paula Teixeira da Cruz – a decisão de envolvimento dos seus inspetores está algo condicionada por essa via, pressupondo uma cooperação entre os titulares das duas pastas; algo que parece bizarro mas que decorre da forma como estão organizadas as tutelas dos nossos OPC. Relativamente ao SGSSI – uma figura manifestamente com cada vez menos legitimidade política, independentemente da boa vontade e competência dos ocupantes do cargo – a atitude do MAI representou, em certa medida, uma nova desautorização política e de legitimidade para esta figura; uma figura que se espera ver redefinida no quadro de uma futura reestruturação de fundo do Sistema de Segurança Interna. Por último, e quanto ao PGR, foi também notória a sua necessidade de reação – quase imediata – ao anúncio do MAI, uma atitude cuja leitura política nos parece da mais elementar busca de protagonismo e que revela – malgrado a sempre inevitável separação de poderes – algum incómodo que só se justifica por uma aparente inércia deste titular em relação ao combate ao crime.

A criação de equipas mistas para o combate à criminalidade constitui, portanto, um passo correto na assunção de uma política de resposta à situação de crescente alarme social. E se pode ser discutível na sua eficácia imediata, esta deve ser lida como um sinal político claro. Um sinal de que se aproxima um período em que será exigido às FSS que cooperem na sua missão – nobre e por demais necessária – de proteção das pessoas e bens. Mas também um sinal de que se aproxima um momento de reestruturação profunda das FSS – adiada por demasiado tempo e em legislaturas consecutivas – cuja preparação no terreno começou pela criação de condições de melhoria da atividade policial e de combate à generalidade dos comportamentos antissociais. A clarificação das competências da Comissão Nacional de Proteção de Dados – uma verdadeira força de bloqueio no SSI que já ninguém entende – e a clarificação dos normativos mais polémicos nos Estatutos das FSS

constituíram os primeiros passos para esta reforma. Espera-se que outros – mais importantes e há muito adiados - se venham a seguir.

27.

## AS “PURGAS” NAS SECRETAS - 09-12-2011

---

Os serviços de informações dos diversos países democráticos têm passado - ao longo da sua história mais ou menos recente - por diversas crises. Tratam-se, normalmente, de crises de crescimento, de crises associadas a mudanças políticas, de crises de liderança, de crises de organização como resultado de operações falhadas, ou de crises estratégicas, sendo que estas afetam países tão diversos como a Alemanha, a Hungria, os Estados Unidos da América, a França, Portugal e Israel, apenas para citar alguns. São também crises que - pela sua natureza conjuntural e epidérmica - devem ser relativizadas e contextualizadas. Na verdade, a generalidade dos serviços de informações têm sabido sobreviver a este tipo de turbulências, tendo saído reforçados na sua organização e na sua capacidade operacional.

Valerá a pena - a propósito das crises de crescimento e das chamadas “purgas” nos serviços secretos - recordar o caso da Mossad. Socorramo-nos, uma vez mais, de fontes abertas e dos relatos do livro de Gordon Thomas, *Gideon's Spies: The Secret History of the Mossad*, agora na sua sexta edição e publicado entre nós desde 2002.

Quando - em Maio de 1951 - a Mossad enfrentou a sua primeira crise três semanas após a sua criação oficial, com a descoberta da sua rede secreta no Iraque destinada a fazer sair desse país e levar para Israel os judeus iraquianos, houve dezenas de prisões e dois agentes da Mossad foram então condenados à morte no Iraque. Um ano depois - já em 1952 - é descoberto um espião duplo, Theodore Gross, que trabalharia simultaneamente para a Mossad e para os Serviços Secretos Egípcios; com mais esta derrota, o seu Diretor Reuven Shiloah viria a demitir-se, sendo substituído no cargo pelo então Diretor do Shin Bet (o Serviço de Segurança Interna de Israel) Isser Harel. Tendo encontrado os agentes da Mossad num elevado estado de desmotivação, Harel transformou-se rapidamente num exemplo de líder, tendo-se encarregue pessoalmente da organização da sua rede de espionagem e da famosa captura do criminoso de guerra nazi Adolf Eichmann - em Maio de 1960. A Isser Harel viria a suceder - em Março de 1963 - um outro líder carismático, o histórico Meir Amit. A passagem de Amit pela Mossad ficou também marcada por um conjunto de sucessos, nos quais se contam o acesso aos planos dos caças MIG, a estruturação da rede de informadores nas bases aéreas e quartéis-generais do Egipto durante a Guerra dos Seis Dias - em 1967 -, e ainda a condução da reestruturação interna e a criação do Departamento de Guerra Psicológica da Mossad e do Departamento de Ligação e Ação Política (com relações com a CIA e o KGB). Amit fez sempre questão de manter o número de efetivos da Mossad na ordem dos mil agentes. Simultaneamente, percebeu a necessidade de obter apoio para os *Katsas* da Mossad em campo, tendo compreendido que um serviço de informações bem-sucedido tem de contar com a sociedade civil: criou assim a rede de *Sayanim*, judeus voluntários que geriam uma boa parte da logística das operações.

Foi assim que, em pouco mais de 30 anos, a Mossad conquistou a fama de eficácia e de sucesso que hoje lhe é reconhecida. E se também será - naturalmente - verdade que Israel, à semelhança dos Estados Unidos da América, é um país em que as ameaças à segurança nacional são um fator de preocupação constante, é igualmente verdade que o seu sucesso - e a ultrapassagem das suas crises - se devem a momentos de reestruturação sérios e pensados. Longe da ideia de “purgas” e de

“cortes administrativos”, e próximos da ideia de serviço público nas “funções de soberania” do Estado.

28.

## **SEGURANÇA E CORTES NAS FAs - 25-11-2011**

---

Recentemente foi sabido que nos Estados Unidos da América (EUA) o Conselho Consultivo do Pentágono recomendará que o Secretário Robert Gates do Departamento de Defesa (o homólogo do ministro da Defesa português, Aguiar Branco) reduza a sua estrutura em mais de 111 mil pessoas, sendo sabido que existem também pressões para se iniciar um congelamento nas contratações para os Gabinetes do Departamento de Defesa. Trata-se, segundo os cálculos mais recentes, de uma diminuição que arrastará a defesa dos EUA para o nível de efetivos de 2003. Na verdade, estas medidas foram pedidas pelo próprio Secretário Gates, que pretende poupar cerca de 101 bilhões de dólares. Mas é também verdade que Leon Panetta (um conhecido e respeitado nome em matéria de defesa nacional da nação mais poderosa do mundo, e atual chefia do Pentágono) considera que estes serão cortes devastadores, colocando em causa a segurança nacional dos EUA. Assim sendo – e tal como foi recentemente noticiado – “se este mecanismo for desencadeado, o Pentágono terá de reduzir brutalmente a dimensão das forças armadas, considerando Panetta que após dez anos com estes cortes, os Estados Unidos terão a força terrestre mais pequena desde 1940, o menor número de navios desde 1915 (“menos de 230” contra os atuais 284) e a mais reduzida força aérea da história do país”. Segundo esta mesma notícia, da Agência Lusa, os “programas de desenvolvimento em curso, como o futuro caça F-35 ou o escudo antimíssil europeu, deverão ser abandonados, o mesmo acontecendo a uma das componentes da dissuasão nuclear norte-americana, os mísseis intercontinentais, para cumprir os cortes.” Ora se acrescentarmos a estes cortes anunciados alguns dos desafios em matéria de segurança internacional que os EUA enfrentam (em alguns casos praticamente sozinhos) percebemos que os reflexos de semelhante política se farão sentir globalmente. E – só para citar três exemplos – importa lembrar a importância estratégica que atualmente têm para a humanidade civilizada e democrática os programas de integração de ex-combatentes talibã no Afeganistão, as ações da CIA com “drones” (veículos aéreos não tripulados) no Paquistão, e os esforços de contenção do Irão e do seu anunciado (sempre com os inevitáveis avanços e recuos) programa nuclear. E importa ainda – para além de tudo isto – ter bem presente que também a NATO se prepara para reduzir a sua capacidade operacional.

Neste quadro internacional até podem – portanto – parecer ter alguma lógica os cortes orçamentais, na ordem dos 4%, anunciados pelo ministro Aguiar Branco para os três ramos das Forças Armadas (FAs). Mas o que me parece que deve igualmente ser tido em conta é que a segurança nacional corresponde a uma garantia da salvaguarda (coletiva) de pessoas e bens, para além de assegurar a soberania, a independência e a unidade, a integridade do território. A segurança nacional é – pois - a condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência, em paz e em liberdade. E não se trata – bem entendido – de uma definição longínqua e desligada da realidade de todos os dias: o que se passa no longínquo Afeganistão, Paquistão, ou Irão afeta-nos a todos de forma direta ou indireta. E se já todos entendemos como estas ligações globais são reais e se fazem sentir nos mercados financeiros também seria – em meu entender – razoável perceber que o mesmo se passa com a segurança nacional.

29.

## HÁ CRIME NA SUA RUA? - 11-11-2011

---

Recentemente o governo de coligação PSD-CDS defendeu a divulgação pública dos dados da criminalidade georreferenciada. Trata-se de uma iniciativa com mérito, que aliás está de acordo com o que estava previsto no programa do governo, no qual se aponta concretamente para a uma maior articulação entre as áreas da justiça e da administração interna e uma maior partilha de informação. E – na verdade - já foram dados alguns passos importantes nesse sentido. Concretamente: são agora divulgadas trimestralmente as estatísticas da criminalidade a nível nacional, um trabalho que já tinha sido iniciado pelo anterior governo; é agora possível ter informação georreferenciada quanto ao local de ocorrência dos crimes; e, entre outras, está em curso a integração dos sistemas de informação criminal, o chamado “Google da investigação criminal” em Portugal.

Será – pois – interessante olhar com mais detalhe para o que significa este “GPS do crime”, de que modo poderão os cidadãos obter informação acerca da criminalidade na sua zona de residência, e quais serão – concretamente – os impactos destas medidas. Primeiro, importa explicar que existem ainda alguns aspetos que, em meu entender, devem ser bem acautelados pelos responsáveis técnicos, concretamente os que se referem à origem dos dados, à sua fiabilidade e à forma como estes são registados; é – portanto – necessário garantir que o acesso aos dados sobre os crimes ocorridos na nossa rua e no nosso bairro corresponde – efetivamente – a crimes aí ocorridos, anulando-se qualquer possibilidade de introdução de informação incorreta. Em segundo, importa recordar que esta medida foi implementada em Fevereiro deste ano no Reino Unido – e que já existe há mais de uma década em grandes cidades dos Estados Unidos da América como Los Angeles ou Washington – tendo obtido sempre uma grande adesão dos cidadãos, e tendo sido um grande contributo para a sua cidadania esclarecida; a título de exemplo, o site do Reino Unido atingiu, de acordo com um artigo do jornal The Guardian de dia 1 de Fevereiro deste ano, mais de 300.000 visitas por minuto e mais de 18 milhões de visitas por hora. Em terceiro – e como corolário – importa perceber que este tipo de medidas podem ter um impacto positivo nas vidas das pessoas, uma vez que correspondem ao tipo de informação que faz com que os cidadãos se sintam mais envolvidos no seu bairro, na sua rua, na zona do seu local de trabalho; trata-se – muito concretamente – de um tipo de informação que, desde que assegurada a privacidade das vítimas, pode ajudar em muito os profissionais de polícia e fornecer-lhes um contributo decisivo para a sua ação: o contributo dos cidadãos anónimos honestos, trabalhadores, cumpridores da lei e dispostos a colaborar para tornar as suas comunidades mais seguras.

Uma nota final. Quando conduzi o primeiro Inquérito Nacional à Vitimação e apresentei publicamente os seus resultados, pude aperceber-me de que as chamadas “cifras negras”, ou seja, os crimes que são cometidos e não são reportados às polícias, têm sobretudo expressão nos crimes contra a propriedade. Além disso – e no relatório de 520 páginas apresentado ao gabinete do então ministro da Administração Interna – existia informação detalhada acerca das zonas e dos concelhos onde se verificava esse tipo de “cifras negras”, o que permitirá – no caso português – ajudar a mitigar o efeito negativo deste tipo de fenómeno nas estatísticas finais. Se os atuais ministros da administração interna e justiça demonstrarem coragem política neste

domínio e no domínio da tecnologia e da videovigilância estas serão – então – duas boas notícias. E – portanto - um bem raro, no atual contexto social e político...

30.

## SUICÍDIOS NAS POLÍCIAS - 28-10-2011

---

Na sua obra clássica do final do século XIX o sociólogo francês Émile Durkheim classifica o fenómeno social do “Suicídio” e procura tipificar as suas causas. O autor conclui que as estatísticas demonstram que durante as crises económicas e os períodos de recessão as taxas de suicídio aumentam, mas que nos períodos de crescimento económico também se verificam elevadas taxas de suicídio. A conclusão de Durkheim é a de que não era seria a pobreza a motivar o suicídio. Essencialmente, e segundo o autor, é em períodos de enfraquecimento das normas sociais e de redução da coesão das sociedades que existem taxas de suicídio mais elevadas.

Estas constatações de Durkheim – que ainda hoje se mantêm, no seu essencial, como verificadas e verificáveis – são úteis para, em meu entender, nos recordarmos da complexidade de fatores e da multiplicidade de situações envolvidas na questão profundamente delicada - e controversa - do suicídio. Assim sendo, abordar semelhante questão quando falamos das Forças e Serviços de Segurança (FSS) e, no caso de Portugal, quando nos referimos às duas Grandes Polícias (PSP e GNR) implica um especial cuidado, concretamente com dois aspetos. Primeiro, implica ter em atenção que existe um “mito social” associado à ideia de que as taxas de divórcio, de alcoolismo e de suicídios são mais elevadas nos profissionais das FSS: por exemplo, no caso dos Estados Unidos da América, país relativamente ao qual existem alguns dados disponíveis, não há consenso quanto à taxa de suicídio das polícias ser três vezes superior à taxa de suicídios da população em geral, sendo disputada a ideia de que o número de suicídios de polícias é de cerca de 300 por ano. Em segundo, é fundamental perceber que existem igualmente fatores que potenciam a probabilidade de um profissional das FSS cometer suicídio, designadamente o desgaste a que uma profissão que lida com elevados níveis de violência - e de pressão psicológica - submete estas pessoas: aliás, e curiosamente, sabe-se que um número considerável de agentes que comentem suicídio fazem-no com outra arma que não a de serviço, pelo que o facto de terem uma arma de fogo à sua disposição não parece ser um fator determinante nessa decisão dramática e irreversível.

Por tudo isto, espera-se que as conclusões de dois estudos recentemente apresentados pela Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP) sejam tidas em conta em futuros programas governamentais dirigidos à população dos profissionais das FSS. Concretamente, é essencial tomar em consideração que – de acordo com esses estudos - “os agentes da PSP vivem menos 11 anos que a restante população, apresentam uma maior prevalência de perturbações mentais e são sujeitos a violência no local de trabalho por parte de colegas e superiores hierárquicos”, segundo noticiava o Jornal I na semana passada. Além disso - e de acordo com os estudos citados pelo mesmo jornal -, “63% das mortes de agentes no ativo resultam de suicídios – a principal causa de morte não natural dos polícias”. Por fim, uma outra nota digna de referência relaciona-se com uma queixa que a ASPP fez à Organização Internacional do Trabalho (OIT), referente à “ausência de legislação que obrigue à fiscalização das condições de higiene e segurança no trabalho e das más condições das esquadras”, segundo a mesma notícia do Jornal I: uma situação – lamentável a todos os títulos - que se espera venha a merecer a devida atenção do atual ministro da Administração Interna.

31.

## CRISE E CONFLITOS SOCIAIS - 14-10-2011

---

Em artigo recente publicado num outro jornal diário, o anterior ministro da Administração Interna, Rui Carlos Pereira, interrogava-se - de um modo que considero interessante e avisado -, acerca da crise e do potencial de conflitualidade social. Argumentava, textualmente, que "a crise económica, o aumento do desemprego, a diminuição das prestações sociais, o congelamento dos salários, o aumento dos impostos e as redes sociais potenciam a contestação, mas não conduzem necessariamente a tumultos".

Contudo – num relatório que constitui fonte aberta e se encontra publicado desde 2009 – o Diretor Nacional de Inteligência da Administração Obama afirmava então, textualmente, que "A crise económica global (...) aparece como a mais grave em décadas, se não em séculos (...) As crises económicas aumentam o risco de instabilidade dos regimes em risco se forem prolongadas por um ou dois anos". E alertava que: "A crise está em curso há mais de um ano, e os economistas estão divididos sobre se e quando nós podemos ter batido no fundo", sendo que para Dennis C. Blair: "Alguns temem ainda que a recessão se pode aprofundar ainda mais e atingir o nível da Grande Depressão (...) e todos nós recordamos as consequências políticas dramáticas forjadas pela crise económica da década de 1920 e 1930 na Europa, a instabilidade e os altos níveis de extremismo violento ". Ora tratando-se de um alto responsável e principal avaliador dos riscos e ameaças que se colocam aos Estados Unidos da América, creio que se percebe que é tempo para se refletir e procurarem opções políticas que – no quadro de funcionamento das democracias – possam incorporar os protestos e as expectativas das populações de diferentes países. Basta, a este propósito, observar como têm crescido e ganho visibilidade social os movimentos de "Indignados" já presentes em países como os EUA, Israel, Espanha, Bélgica, França, Reino Unido e Grécia, isto para citar apenas alguns. Aliás, e justamente como também afirmava recentemente Romano Prodi (um ex-presidente da Comissão Europeia) ao DN: "O movimento de "indignados" que está a crescer em todo o mundo é um resultado direto da falta de esperança no futuro e do aumento da injustiça, com o crescente fosso entre ricos e pobres". Escutar os diferentes grupos sociais e os representantes legítimos dos cidadãos é – portanto, e em meu entender – um imperativo democrático. Até porque o combate à crise por via de um crescimento sustentável e inclusivo está, de um modo inequívoco, presente nos objetivos da União Europeia para 2020 e da Comissão Barroso.

Saber ler todos estes sinais e poder apresentar respostas concretas às pessoas será – no futuro próximo – um trabalho de análise e de autocritica que todos os responsáveis políticos devem fazer. Num contexto de crise em que as sociedades do risco (como a nossa) se transformaram também em sociedades do bem-estar, e em que a comunicação instantânea e os incidentes-rastilho (fenómenos inesperados que podem transformar conflitos latentes em conflitos abertos) tornam hoje dificilmente previsíveis as escaladas de conflitualidade, espera-se que os avisos que temos vindo a ouvir sejam, de facto, escutados. E se – para falar com verdade – não existe uma correlação estatística comprovada entre pobreza, desigualdade, criminalidade e tumultos sociais, a realidade é que sabemos – por puro bom senso – que estas não podem ser ignoradas. E não se trata – entendamo-nos – de fazer qualquer espécie de futurologia. Trata-se apenas, e tão-somente, de realismo.



32.

## **100 DIAS DE PSD NA SEGURANÇA - 30-09-2011**

---

A área da Administração Interna está entregue – no atual governo de coligação PSD-CDS – a um ministro do PSD. Faz, portanto, sentido que façamos um exercício de reflexão acerca dos 100 dias do PSD na segurança, como tínhamos previsto na nossa crónica de Julho.

No programa de governo – resultado de um grupo de trabalho coordenado pelo pelo ex-ministro Ângelo Correia e para o qual contribui - pode ler-se que “a segurança não só constitui pressuposto indispensável do exercício, pelos cidadãos, dos seus direitos e liberdades fundamentais, como a preservação da estabilidade da própria sociedade e o normal desenvolvimento da atividade económica depende da sua garantia”. Além disso, e no mesmo programa, pode ainda ler-se que este governo irá “promover medidas que propiciem uma maior articulação, no terreno, entre as forças e serviços de segurança, confirmando a opção pela existência de um sistema de segurança dual, assente numa vertente civil e numa vertente militarizada, e clarificando conceitos no que diz respeito às responsabilidades de cada área específica de intervenção – informações, segurança pública, investigação criminal, estrangeiros e fronteiras e proteção civil”. Ora neste domínio têm – a meu ver – sido tomadas medidas importantes – de que a atribuição gradual das competências em matéria de vigilância costeira à Marinha é um bom exemplo – muito embora se tenha, até agora, ficado aquém do esperado no tocante a uma clarificação do papel do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) no quadro da (muito desejável) reorganização das FSS (Forças e Serviços de Segurança). Uma reorganização que deve passar – em meu entender – pela clarificação do papel do SGSI (Secretário-geral da Segurança Interna) e do reforço do seu papel e competências. Ou – em alternativa – da sua extinção.

No programa do governo pode ainda ler-se que se pretende “racionalizar a utilização dos meios existentes e que hoje se encontram dispersos pelos vários intervenientes do atual sistema de segurança” e que se irá também “reforçar e renovar os efetivos nos sectores prioritários, em especial nas forças de segurança, nomeadamente através da efetivação de concursos regulares que tenham em conta as aposentações, mas também através da libertação de recursos humanos já existentes que se encontram afetos a tarefas administrativas, judiciais e burocráticas, em ordem a concentrar o máximo de efetivos nas valências operacionais e no policiamento de proximidade”. Ora só esta intenção programática daria para preencher uma boa parte da legislatura de 4 anos e, eventualmente, deveria ser estendida por mais 4. O que se espera aqui será então – e a meu ver – um plano articulado no terreno, à semelhança da Estratégia de Combate à Criminalidade preparada no governo do ministro António Figueiredo Lopes. E para a qual o último Ministro da Administração Interna – Rui Pereira – deu um contributo significativo ao proceder a 2 estudos de avaliação do policiamento de proximidade e da vitimação e políticas públicas de segurança. Estes podem constituir um referencial de partida para uma política mais integrada, se compaginados com algumas das recomendações do estudo iniciado pelo ministro Nuno Severiano Teixeira e depois coordenado pelo professor Nelson Lourenço.

Por fim, duas notas acerca do que está para vir. O anúncio de um programa para combater a criminalidade no Interior constitui uma medida muito positiva apresentada ministro da Administração Interna, Miguel Macedo. Mas o anúncio da contratação de

mais 2000 polícias deixa uma interrogação: mais polícias significarão mais (e melhor) Polícia?

33.

## **POLÍCIAS, GREVES E SINDICATOS - 16-09-2011**

---

Num recente encontro de trabalho, uma pessoa que admiro pela coerência e pela obra feita recordava-me a importância de - em matéria sindical – “escolher o lado”. Vindo este comentário de alguém com uma larga experiência e percurso exemplar pareceu-me que - hoje mais do que nunca - devemos perceber o que está em jogo quando falamos de liberdade sindical nas FSS (Forças e Serviços de Segurança). Ora primeiro devo tecer dois comentários breves. Mas claros. "Escolher o lado" implica - para mim - ter uma visão moderna e independente sobre a defesa das pessoas e da justiça social. E implica também (e sei que será difícil para alguns reconhecê-lo) ter a noção de que estar sistematicamente “contra” os Sindicatos não é uma demonstração de força ou de inteligência negocial. Corresponde a uma visão de retrógrado. De terceiro mundismo.

Assim sendo, é com a preocupação legítima de cidadão atento a estas matérias do SSI (Sistema de Segurança Interna) que vejo os cada vez maiores sinais de aumento da crispação nas bases e nos oficiais das FSS. Na verdade, é com apreensão que temos vindo a assistir a um aumento dos níveis de contestação ao governo (por enquanto ainda em alguma surdina) nos meios do SSI e nas duas Grandes Polícias (como gosto de designar a GNR e a PSP, reportando-me ao seu efetivo numérico). E este é também um sinal de que – em matéria de segurança interna – o governo precisa de rever a sua estratégia e o modo como se aconselha politicamente. Quando os Sindicatos e as Associações Profissionais da PSP e da GNR manifestam publicamente um posição convergente e são também acompanhadas pelas Forças Armadas (FAs), parece-me da mais elementar sensatez ouvir com atenção o que todos têm para dizer. Até porque se trata de um sinal de convergência inédita no pós-25 de Abril de 1974.

Aliás - e como oportunamente foi noticiado pelo DN - existem neste momento na PSP e na GNR duas tabelas remuneratórias, uma que é legal, em que estão 20 por cento dos profissionais, e outra que já foi revogada e que abrange 80 por cento dos polícias e militares da Guarda. Para chamar a atenção para este problema a Comissão Coordenadora dos Sindicatos e Associações das FSS tem já agendada uma semana de luta, que terá início no próximo dia 21 de Setembro, caso o Governo não dê uma resposta positiva às suas pretensões. Uma resposta que me pareceu pouco clara na recente intervenção do Ministro da Administração Interna na Assembleia da República. E também pouco clara nas sucessivas declarações do Ministro da Defesa.

Como em Portugal – e muito em particular desde o 25 de Abril de 1974 – a clarificação do papel das forças ditas “militares” e das forças ditas “civis” na segurança dos cidadãos foi lenta, o gradual afastamento dos militares da política foi – a meu ver - um sinal positivo e de maturidade democrática. E, agora, o que menos se espera é o seu regresso. Não que estes não sejam, na sua esmagadora maioria, pessoas sérias e de palavra. Mas simplesmente porque – como tenho ouvido da boca de muitos – a política é para ser entregue aos políticos. Uma opinião que sempre respeitei até porque dita por quem tem um percurso ético e acima de qualquer suspeita. Longe dos oportunistas de circunstância. Aliás, sempre tem sido da boca destes que ouvi o argumento “anti-sindicatos” e “anti-greve”. Como se os cidadãos fossem acéfalos e não entendessem que – quando se trata dos seus mais elementares direitos – reivindicá-los em nome da justiça social e da sua dignidade está para além do direito à

greve. É um imperativo cívico e democrático. E que evita – e evitará - termos polícias contra polícias, sejam PSP contra PSP, ou GNR contra PSP.

34.

## O SONHO DE BUSH - 02-09-2011

---

Com a chegada da democracia à Líbia cumpre-se uma parte do sonho de George W. Bush para o médio oriente, em particular, e para os países da África subsariana, em geral. Mas a verdade é que – curiosamente, ironicamente, e de modo quase grotesco porque depois de muitas perdas de vidas humanas – a democracia acabará por chegar a países como o Egito, a Síria, o Afeganistão, o Iraque e a Tunísia, cumprindo-se assim uma parte do sonho do anterior presidente dos Estados Unidos da América (EUA), presente no autodenominado “eixo-do-mal” e na ideia de um “efeito dominó” que a polémica intervenção no Iraque deveria suscitar.

E será bom recordar que – em matéria de segurança nacional - uma das discussões fundamentais que se travaram durante as três últimas administrações dos EUA (Clinton, Bush II, e Obama) foi a de decidir se a melhor e mais adequada forma de intervenção num potencial teatro de operações seria a do chamado “hard power” passando por uma demonstração bélica e de força, ou – alternativamente – a do chamado “soft power” passando por um estímulo à mudança por via cultural e das instituições. Baseadas em doutrinas que tiveram em autores como Francis Fukuyama e Joseph Nye os seus mentores estas duas opções estratégicas dos EUA viriam a revelar-se complementares. Poderemos – naturalmente - argumentar que tal pareceria do mais elementar bom senso, e que só uma combinação de “hard power” (vias bélicas) e de “soft power” (vias diplomáticas) poderia trazer resultados positivos. Mas este tipo de raciocínio – feito *a posteriori* – em pouco ou nada ajudaria a compreender o que se passou nos tecidos sociais e políticos de países como o Egito ou a Líbia. Na verdade, uma sociedade é sempre um todo muito complexo para que se possa reduzir a uma elementaridade de fatores e de variáveis. Bastaria, por exemplo, olhar com mais atenção para o país vizinho da Tunísia, a Argélia, onde existe corrupção, desemprego, e algumas manifestações, mas onde este tipo de mudanças tarda.

Mas, e acima de tudo, importará agora assegurar que a Líbia, a Síria ou o Egito não se transformem (contrariamente ao Afeganistão ou ao Iraque) em zonas de potencial controlo e de recrutamento para as organizações terroristas. Interessa (e desse ponto de vista os contribuintes norte-americanos e europeus têm de compreendê-lo bem) que mesmo no atual esforço de crise e de contenção da despesa as Forças Armadas (FAs) e as Forças e Serviços de Segurança (FSS) desempenham um papel crucial nos esforços de paz e de cooperação internacional. Que neste domínio os equilíbrios são delicados e que as opções são difíceis, isso já todos sabemos. Agora aquilo de que muitos se esquecem, quer seja por oportunismo ou por pura falta de sentido político, é que a segurança é um bem essencial, um pilar de qualquer democracia. E que as FAs e as FSS desempenham nesta matéria um papel fundamental, que se pode sentir em locais tão remotos como a Líbia ou o Iraque, mas que também se sente na rua e no bairro de cada um. Importa, portanto, que em Portugal e na União Europeia as matérias tocantes à segurança nacional sejam tratadas com a seriedade que merecem, sendo os seus profissionais tratados com respeito devido a quem dedica uma parte da sua vida a uma causa nobre.

**35.**

## **A REVOLTA NAS POLÍCIAS - 19-08-2011**

---

A frase de John Stuart Mill "O único propósito que justifica que a repressão possa ser legalmente imposta sobre um qualquer membro da sociedade civilizada, contra a sua vontade, é prevenir os danos que ele pode provocar nos outros" poderia ser aplicada de forma exemplar ao que se sucederá aos motins de Londres de Agosto de 2011. E justificará a resposta firme da Polícia Inglesa, recordando-nos a importância destes profissionais para o funcionamento escorreito das sociedades democráticas. Sem segurança pública e do cidadão as sociedades definham, a economia encontra (ainda mais) problemas, e as atividades normais são realizadas sob um clima de suspeição mútua ou de medo. Em conjunto com a justiça e a defesa, a segurança das pessoas e dos bens assegurada pelas polícias constitui, - portanto - um dos três pilares da segurança nacional.

Por tudo isto, começa a ser confrangedor – e preocupante – ver os sinais de desgaste político que o Ministério da Administração Interna apresenta na sua relação com os representantes das Polícias (GNR e PSP). Depois de ter sido travado o projeto (muito mal explicado por um dos assessores do PSD) de criação de uma Polícia Nacional (PN), depois de o Ministro Miguel Macedo ter afirmado publicamente que o processo de combate aos incêndios estaria a correr menos bem, depois do escândalo com os serviços de informações e depois da crise com as promoções nas Forças Armadas (FAs), eis que surge a possibilidade de revolta nas polícias. Na verdade, seria caso para perguntar qual é a estratégia do atual governo para a segurança nacional e qual é o tipo de gestão que se pretende fazer no futuro: Anunciar medidas de forma casuística, sem estudar as suas consequências? Arriscar (ainda mais) a desmotivação dos profissionais das FSS (Forças e Serviços de Segurança)? Adiar (uma vez mais) a possibilidade de uma reforma de fundo, malgrado os erros políticos cometidos pelo PSD duas semanas antes das eleições legislativas? Tratar o tema da segurança nacional (em geral) e da segurança interna (em particular) como se se tratasse de uma questão menor?

É certo que – bem sei – falamos de realidades muito distintas quando nos referimos a PSP, GNR, PJ, Serviços de Informação, ou FAs. Mas a questão que se coloca (como sempre) é a de estratégia. Se o governo de coligação PSD-CDS pretende dar sinais claros de proximidade às pessoas, se os diversos responsáveis ministeriais e o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho esperam ganhar alguma credibilidade junto da sociedade civil, então devem – de um modo claro e firme – apresentar um projeto estruturado e motivador para a segurança nacional. Um projeto que (curiosamente) até teria condições únicas para ser implementado com sucesso se – de um modo transparente – existisse a vontade de escutar com humildade para – depois – decidir com propriedade. Infelizmente, o que parece estar em preparação é mais uma “revolta nas polícias” que, cumulativamente, poderá arrastar os profissionais das FSS e das FAs para um terreno pantanoso. Ironicamente, um projeto que parecia poder unir os nossos polícias, militares, agentes e inspetores em torno de um conceito reformador de segurança nacional acaba – afinal – por uni-los em torno de uma contestação nacional. Um sinal dos tempos (dirão alguns). Um sinal de incompetência e de impreparação política (dirão outros). Em Setembro veremos quem tem razão.

**36.**

---

## **A CRISE DAS SECRETAS - 05-08-2011**

---

A transparência e o respeito pelos direitos elementares dos cidadãos são – bem entendido – garantias que devem ser sempre dadas pelos serviços de informações dos países democráticos. Na verdade, em sociedades complexas como a nossa, as informações e os chamados “Serviços Secretos” são hoje indispensáveis para a monitorização e neutralização de múltiplas ameaças e riscos. Estas incluem fenómenos muito diversos que se estendem por campos tão diferenciados como a Internet, as chamadas redes sociais (como o twitter), as bases de dados, os perímetros de edifícios, as zonas de influência do crime organizado, ou os potenciais alvos de ataques terroristas, para mencionar apenas alguns.

Nenhum país democrático pode – sob o risco de se tornar vulnerável – dispensar um bom serviço de informações. Mas também nenhum país democrático poderá – sob pena de se tornar numa sociedade oligárquica – dispensar uma esmerada vigilância sobre a atividade desse mesmo serviço de informações. Mas quando falamos de informações sabemos – naturalmente - tratar-se de uma área sensível, propensa a aproveitamentos políticos ou negociais de circunstância. Sabemos bem que esta é uma área vulnerável porque se atua, em certas operações, nos limites do tolerável por uma democracia. Pensar o contrário seria – obviamente – prestarmos-nos a um exercício de hipocrisia. Contudo, e em face dos acontecimentos recentes, torna-se crucial que se faça uma reflexão aprofundada acerca do passado, do presente e do futuro das informações. Fica, portanto, aqui um pequeno contributo para a reflexão dos leitores.

Começando pelo passado, e citando Pedro Cardoso, este divide-se em três períodos distintos, que incluem o período desde a fundação de Portugal até 25 de Julho de 1415 (quando D. João I inicia a expansão portuguesa), o período de 1415 até à independência do Brasil (em 7 de Setembro de 1822), e o período de 1822 até Novembro de 1975 (data da independência de Angola e do fim das responsabilidades de Portugal), tendo os serviços de informações desempenhado um papel fundamental para conhecer e antecipar riscos e ameaças para os descobridores, para perceber as sensibilidades políticas locais, ou ainda para procurar evitar perda de vidas humanas em processos de descolonização. Quanto ao presente importa perceber que, citando um texto do SIS, o reconhecimento da necessidade de criar um sistema de informações foi largamente influenciado por uma sucessão de atentados registados no território nacional: em 1979, o atentado à Embaixada de Israel que se saldou em um morto e vários feridos; em 1981, o assassinato do adido comercial da Embaixada da Turquia por um comando arménio; em 1983, o assassinato de Issaur Sartawi, em Montechoro, no Algarve e, em Julho desse mesmo ano, o ataque de um comando à Embaixada de Turquia, do qual resultam 7 mortos. A Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa (de 1984) viria assim a criar as estruturas de fiscalização dos serviços e entidades com competência para assessorar, aconselhar e coadjuvar o Primeiro-ministro. Espera-se assim - pela sua importância e história – que as futuras decisões em matéria de serviços de informações afastem, de uma vez por todas, os fantasmas do passado e (se entregues a personalidades com conhecimento do terreno e não a oportunistas de circunstância) que essas decisões possam repor o prestígio nacional e internacional das informações. Um prestígio que a maioria da sociedade portuguesa até pode desconhecer, mas que alguns sabem que existe. E que é internacionalmente reconhecido.

37.

## JORNALISMO E ESPIONAGEM - 22-07-2011

---

Há três casos – dois mais recentes e um deles mais antigo – que revelam uma área de potencial conflito de interesses: a do jornalismo e da espionagem. Trata-se, bem entendido, de uma matéria em que se esperam uma regulação e uma ética pública exemplares, evitando-se qualquer promiscuidade que – nas democracias abertas mas reguladas – deve ser afastada, sob pena de se descredibilizar ainda mais o sistema político. Refiro-me, concretamente, aos casos do escândalo de espionagem do jornal britânico *News of the World*, da hipotética investigação a um potencial secretário de estado do atual governo PSD-CDS pelos serviços de informações internos (SIS), e à saída em Dezembro do ano passado do diretor dos serviços de informações externos (SIED) para ir desempenhar funções num grupo empresarial privado.

Estes três casos demonstram que o papel dos jornais na investigação e regulação das democracias ainda é – infelizmente – pouco eficiente. No caso britânico - do jornal *News of the World* -, tratou-se de um conjunto de escutas ilegais que abrangeram políticos, membros da família real, celebridades da cultura popular, e familiares de vítimas de terrorismo. Estas ilegalidades foram cometidas durante muitos anos e da sua denúncia já resultaram a detenção do ex-diretor de comunicação do atual primeiro-ministro britânico David Cameron, e da editora da *News International* que supervisionava as operações do grupo de comunicação do magnata australiano Rupert Murdoch na grã-bretanha, proprietário do tabloide que foi encerrado. Entretanto, e perante rumores de subornos pagos a agentes, também o responsável máximo da Scotland Yard se demitiu, no que me parece ser um caso que apelará a reformas profundas no modo como se fiscalizam as escutas nas democracias. Já o caso mais recente em Portugal - da hipotética investigação a um potencial secretário de estado do governo PSD-CDS pelo SIS, entretanto desmentida pelo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho -, tem tanto de bizarro como de preocupante. Trata-se de uma situação com contornos bizarros, pois estamos a falar de uma pessoa que nunca chegou a ocupar qualquer cargo político, embora tenha, naturalmente, o direito de defender a sua reputação e o seu bom nome. Mas trata-se também de um caso preocupante, pois está – uma vez mais - a deixar-se arrastar para um terreno menos claro a reputação do trabalho dos profissionais das informações. No outro caso mais antigo - também ocorrido no nosso País -, é apreciável a discrição a que, depois de uma entrevista ao DN, se votou o anterior diretor do SIED. Mas o problema aqui está mais no processo e não tanto no resultado.

Na verdade, a questão central é que estas situações revelam uma preocupante ausência de regras e de regulação nas fronteiras da relação entre jornalismo e serviços de informações. Por tudo isto, devem ser fiscalizados por poderes independentes quaisquer relações menos claras entre jornalismo, serviços de informações, ou outros interesses. Só assim se conseguirá – de forma séria e em benefício do serviço patriótico – a tão desejada abertura das informações à sociedade civil. Uma abertura e uma transparência que são, afinal, um direito de todos. E que até podem tardar mas que, estou certo, se afirmarão um dia.

38.

## **PODERÃO PSD E CDS ENTENDER-SE? - 08-07-2011**

---

Estando apresentado o Programa do Governo da Coligação PSD-CDS para os próximos quatro anos – e encontrando-se, desde ontem, completa a equipa de Ministros e Secretários de Estado – dedicarei as minhas próximas crónicas a uma análise dos pontos essenciais deste Programa nas áreas da segurança.

Começo por uma questão essencial: a dos patamares de entendimento entre partidos e pessoas. Depois de uma proposta de reforma falhada e que visava um controlo num único Ministério da Justiça e da Administração Interna, espera-se agora que a Coligação PSD-CDS aprenda com os erros. Espera-se, pois, que o governo saiba, no quadro de uma tradição reformista e que envolva as pessoas, afastar as “reformas de gabinete” e partir para o terreno. E se o recuo na nomeação do único Secretário de Estado da Administração Interna (uma escolha pessoal do Ministro Miguel Macedo) foi um mau começo será fundamental perceber - em permanência - qual será a articulação e o grau de entendimento entre a equipa escolhida pelo Ministro e a equipa do Primeiro-ministro. E porquê? Essencialmente porque na área da segurança e das informações existem sempre ligações delicadas entre ambos, e uma plétora de assuntos que requerem uma decisão política conjunta e fundamentada. Mais: no caso de uma Coligação Governamental entre dois Partidos, como será o caso até 2015, existem matérias que envolvem a administração interna, a defesa, os negócios estrangeiros e mesmo a justiça que requerem a atenção dos diferentes titulares e – em decorrência – uma escorreita articulação com o Primeiro-ministro. Mas para que esta articulação resulte terá de se basear em dois pressupostos: na confiança entre Ministros e equipas de ambos os Partidos e numa comunicação pessoal eficaz e rápida.

Na verdade, a delicadeza das matérias a tratar e das propostas para serem levadas a cabo nos próximos quatro anos exigem que, na escolha das pessoas e das equipas aos níveis mais técnico-políticos, se preste agora uma maior atenção aos perfis e às capacidades de negociação pessoais. Por outras palavras: se o Programa do XIX Governo Constitucional fala por diversas vezes em “coordenação operacional e orgânica”, seja no caso da fusão dos serviços de informações, seja no caso das forças ligadas à proteção civil, no caso das forças armadas, e até mesmo nos referidos “mecanismos permanentes de colaboração e articulação” nos ministérios responsáveis pelas áreas da segurança interna, da justiça e da defesa, então espera-se que sejam ouvidos (e, em alguns casos, estudados) os principais problemas que afetam estes sectores da governação. Além disso – e como é sabido – a segurança nacional, em geral, e a administração interna, em particular, são áreas particularmente sensíveis. São matérias delicadas que têm feito cair governos em sociedades democráticas e livres, como é a nossa. Assim sendo, espera-se que - no futuro - o entendimento do PSD com o CDS se faça a partir de pessoas e de equipas responsáveis, que saibam decidir a partir da procura do consenso e da elevação na discussão. Só assim se poderá, a meu ver, poupar o Governo atual a mais desgaste e contestação social que – deixemos claro – não são um valor ou um fim em si. Até porque, em democracia, atitudes sobranceiras e devaneios de autoridade pagam-se com votos. E ainda bem que assim é.

39.

## **UMA REFORMA FALHADA - 24-06-2011**

---

O recuo na reforma para a área da administração interna anunciado na última semana constitui, em meu entender, um risco. Mas é também uma oportunidade.

Na verdade, para o novo Ministro da Administração Interna Miguel Macedo (anterior líder parlamentar do PSD) creio ter sido importante ganhar espaço de manobra política e não aparecer vinculado a um projeto que - a avaliar pelas notícias publicadas na imprensa diária -, não reuniu consenso e foi insuficientemente discutido. Ficou de lado a hipótese de fusão dos Ministérios da Administração Interna e da Justiça (muito embora as duas pastas tenham sido atribuídas a personalidades do PSD) e a extinção e fusão da Polícia Judiciária (PJ) com a Polícia de Segurança Pública (PSP) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no quadro da criação de uma Polícia Nacional. Todavia - e aqui está o primeiro risco - a manutenção de alguns dos pressupostos do projeto de reforma protagonizado pelo General Carlos Chaves, um projeto certamente louvável no plano das intenções, pode parecer injusta e pouco coerente para aqueles que seriam os potenciais visados; ou seja, deixando de lado algumas Forças de Segurança e propondo mudanças apenas em outras correr-se-ia o risco de desestabilizar uma parte do sistema de segurança interna. Além disso - e este é claramente um segundo risco - tratando-se de uma reforma dita "de gabinete" (no sentido em que foi muito tardiamente discutida de forma pública com os Sindicatos e outros atores no plano da segurança interna), arriscaria a ser protagonizada e implementada por pessoas que podem não se sentir minimamente identificadas com os seus objetivos; arriscaria, assim sendo, a tornar-se um fracasso político. Além disso - e este constitui ainda um terceiro risco que o Ministro da Administração Interna Miguel Macedo deve ponderar - há potenciais danos políticos que será urgente gerir, nomeadamente o equilíbrio nas relações com os Sindicatos da PSP e com as Associações da Guarda Nacional Republicana (GNR) e a crescente desmotivação e expectativas criadas (e depois frustradas) por um financiamento salarial que se adivinha mais apertado.

Mas no plano das oportunidades existem, certamente, desafios interessantes. O primeiro será o de clarificar as competências e atribuições legais da PSP e da GNR para um conjunto de matérias, das quais a atual situação no recentemente inaugurado Aeroporto de Beja (onde coexistem no mesmo espaço profissionais da PSP e da GNR numa clara confusão e desperdício de meios) é um exemplo. Um segundo desafio será o da implementação do policiamento de proximidade e tecnológico clarificando, por exemplo, o papel da Comissão Nacional de Proteção de Dados no Plano Nacional de Videovigilância (em tempo oportunamente apresentado pelo CDS-PP, agora parceiro de coligação do PSD no Governo). Um terceiro desafio será o de preparar as carreiras e o ensino nas Grandes Polícias (PSP, GNR e PJ), um instrumento de motivação e de qualificação essencial para o futuro. Espera-se, por tudo isto - que depois de uma proposta de reforma falhada - o PSD aprenda com os erros e saiba, no quadro de uma tradição reformista mas que envolva as pessoas, ajudar a dignificar um sector que tem sido objeto de reformas pontuais. De gabinete. E estas - como se percebeu - dificilmente resultam.

40.

## OS ERROS DO PSD - 10-06-2011

---

Tal como afirmei na minha última crónica, preparar e executar reformas num sector de mais de 200.000 profissionais - como é o caso da segurança nacional - sem conhecer de perto o terreno é receita, como se viu em casos recentes, para o fracasso. Ora defendi que ouvir o terreno significa isso mesmo: escutar com humildade para – depois – decidir com propriedade.

Acontece que – a avaliar pelas notícias publicadas pelo DN a propósito da apresentação de um programa de reformas a alguns dos sindicatos da PSP e da PJ – o PSD cometeu alguns erros políticos. Estes erros políticos de palmatória levaram a uma primeira reação de recusa na cooperação. Até um certo ponto, esta é compreensível: o PSD apresenta uma proposta de criação de uma Polícia Nacional que envolveria a fusão da PSP, PJ e SEF (Polícia de Segurança Pública, Polícia Judiciária e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) através de uma figura, certamente respeitável, da GNR (Guarda Nacional Republicana). Ora – independentemente de alguma preparação técnica – existe um aspeto simbólico e de personalização que, numa área delicada e de soberania como a segurança interna, certamente que não poderá ser ignorada no futuro. Mas analisemos – ponto a ponto – três aspetos que me parecem determinantes para que se evitem erros na melhoria das condições de trabalho e na motivação dos profissionais da segurança nacional em Portugal: a cooperação do PSD com o CDS-PP; a escolha de líderes para o processo; e o envolvimento das pessoas no projeto.

Como se trata de três proposições que não são – antes pelo contrário – mutuamente exclusivas, vou falar de cada uma em separado, tendo sempre presente que a decisão sobre uma delas afeta as restantes. Quanto à primeira – a necessária boa cooperação com o CDS-PP, esta inicia-se no modelo de Ministério: o PSD propunha a criação – aliás com lógica – de um Ministério da Justiça e da Administração Interna; se na distribuição de lugares o CDS-PP quiser repartir as pastas e ficarmos não com um mas sim com dois Ministérios, esta repartição deve atender aos interesses do País e, nesse sentido, o lugar para a PJ deve ser amplamente discutido com as suas lideranças. Quanto à segunda proposição – a da escolha de líderes para o processo – é importante deixar claro que se para a pasta da Administração Interna regressarem antigos responsáveis da PSP - certamente respeitáveis -, isso correrá o risco de ser interpretado como uma tentativa de hegemonia da PSP em relação à GNR, PJ e SEF; será um mau começo. Por fim – e quanto ao envolvimento das pessoas no processo – é claro que a posição do PSD diverge da posição do CDS-PP; na visão programática do PSD existem mudanças de fundo a operar, como sejam a da criação da Polícia Nacional e a da passagem da tutela dos bombeiros e das forças da proteção civil para um Ministério da Defesa. Por seu turno, o CDS-PP prefere um reforço das medidas de policiamento de proximidade e não parece disponível para alterações de fundo nas orgânicas. Como encontrar aqui um equilíbrio vai ser algo a que estaremos todos atentos no futuro.

Por último, uma palavra para os esquecidos desta reforma: serviços de informações, que deverão ser – espera-se - objeto de um debate por pessoas inteligentes, e guardas prisionais e seguranças privadas, dois grupos fragilizados e a precisar de uma orientação mais clara.

41.

## **PROGRAMAS, POLÉMICAS E SEGURANÇA - 27-05-2011**

---

Depois da apresentação dos Programas Eleitorais para a segurança dos dois maiores partidos portugueses – PSD e PS – há três aspetos que ressaltam de uma análise mais cuidada. Vejamos cada um deles em detalhe, reservando para o final um comentário acerca do modelo de polícia e de informações que PSD e PS preconizam para Portugal.

O primeiro dos aspetos a destacar é, em meu entender, a falta de informação suficientemente orientada – e honesta - de modo a podermos ter uma perceção sobre o modo de implementação e da cronologia das medidas anunciadas. Se tanto o PSD como o PS falam em reestruturações mais ou menos profundas, como sejam a criação de uma Polícia Nacional (PN), do lado do PSD, ou a da reforma das cúpulas da Defesa Nacional, do lado do PS, seria expectável que ambos apresentassem aos eleitores uma estimativa temporal para a sua execução. Aliás – e do lado do PSD – é claro que este tipo de reformas propostas deverá ser feito no espaço de duas legislaturas de quatro anos cada. O segundo aspeto que se destaca destes Programas Eleitorais está relacionado com a questão – premente no atual contexto do País - dos custos. Na verdade, à exceção do Programa Eleitoral do PSD que aponta algumas medidas de racionalização no âmbito da defesa e da segurança interna, e que se imagina poderem vir a ter um impacto positivo na redução do deficit global do País, o Programa Eleitoral do PS prima por uma falta de contabilização dos custos das suas medidas; seria interessante – por exemplo – conhecer qual o custo da celebração de mais algumas dezenas de Contratos Locais de Segurança, e qual o preço que os contribuintes terão de continuar a pagar pelas permanentes falhas na implementação dos programas de videovigilância, que continuam com avanços e recuos sem que se resolva a questão de fundo que passa – naturalmente – por equacionar o papel da Comissão Nacional de Proteção de Dados. Um terceiro e último aspeto que, em minha opinião, resulta desta análise mais cuidada destes Programas é o da ausência de propostas para algumas áreas em concreto. Assim, creio causar alguma perplexidade aos eleitores a falta de uma definição concreta de medidas para um sector como o da segurança privada, com quase 50.000 profissionais, ou a falta de referências mais concretas ao papel das Polícias Municipais e dos Guardas Prisionais num futuro desenho de um sistema de segurança nacional.

Uma última palavra para os modelos de polícia e de sistemas de informações. Quanto ao primeiro, a criação de uma Polícia Nacional, de natureza civil, proposta pelo PSD, com a concomitante existência de uma Guarda Nacional, de natureza militar, só pode vir a ter sucesso se envolver todos os interessados num processo de mudança organizacional participado e transparente. Quanto ao segundo, onde parece estar a caminhar-se para um consenso entre PS e PSD no sentido da criação de um serviço único de informações com uma dupla vertente - interna e externa -, este só pode vir a ter sucesso se, primeiro, for elaborado um diagnóstico organizacional, cultural e sistémico das atuais potencialidades destes profissionais. Aliás, e como sempre referi, fazer reformas neste sector de mais de 200.000 profissionais como é o da segurança nacional sem conhecer de perto o terreno é receita, como se viu em casos recentes, para o fracasso. Mas ouvir o terreno significa isso mesmo: escutar com humildade para – depois – decidir com propriedade.

42.

## **O PSD, O PS E A SEGURANÇA NACIONAL - 13-05-2011**

---

Como disse na minha última crónica existem seguramente muitas pessoas bem-intencionadas - e intelectualmente honestas - no universo das 3 Grandes Polícias (GNR, PSP e PJ). Um universo com mais de 55.000 profissionais. Se a este somarmos o universo das forças de proteção civil, dos guardas prisionais e da segurança privada, então percebemos que – se falarmos de administração interna e de justiça na sua vertente operacional – estaremos a falar de um universo de mais de 150.000 pessoas. Ora tendo sido apresentados os programas eleitorais dos dois principais partidos políticos para as eleições legislativas de 5 de Junho, valerá então a pena analisar as propostas do PSD e do PS.

Para o PSD (como aliás também para o PS) deverá ser mantido o sistema dual (GNR e PSP ou uma PN – Polícia Nacional no caso do PSD). Assim sendo, o PSD defende a existência de um sistema dual com duas vertentes: uma - de natureza civil –, composta por três áreas (Segurança Pública, Investigação Criminal e Estrangeiros) e uma outra - de natureza militar – a Guarda Nacional Republicana. Além disso, o PSD propõe-se implementar os Sistemas de Autoridade Marítima e de Autoridade Aeronáutica. Do programa do PSD fazem ainda parte a chamada fusão dos serviços secretos, propondo-se o PSD implementar o Sistema de Informações da República (SIR) com a existência de um único serviço, com duas direções (interna e externa), e com serviços de apoio e técnicos comuns. No plano da Defesa Militar o Programa Eleitoral do PSD propõe ainda – entre outras medidas - racionalizar a despesa militar, nomeadamente através da melhor articulação entre os seus ramos e uma maior eficiência na utilização de recursos, centralizar as aquisições para as Forças Armadas e para a GNR, e ainda criar o Balcão Único para os Antigos Combatentes garantindo aos ex-combatentes a manutenção do apoio por parte das estruturas de saúde militar, nomeadamente na área da saúde mental. Um outro aspeto importante respeita à área da Proteção Civil e Emergência. Nesta o PSD propõe-se incorporar a Autoridade Nacional de Proteção Civil, Comissão do Planeamento Civil de Emergência e Instituto Nacional de Emergência Médica, corporizando assim um chamado Sistema de Proteção Civil.

Para o PS o próximo Governo deverá concluir a reforma da estrutura superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas, incluindo-se nesta proposta a implementação do Hospital das Forças Armadas. Em matéria de segurança interna o PS considera que a prevenção e o combate à criminalidade violenta e grave continuarão a ser as grandes prioridades de um futuro Governo de Portugal. O PS fala ainda - termos de policiamento de proximidade e de segurança comunitária – em dar prioridade à celebração de novos Contratos Locais de Segurança, ao alargamento do Plano Nacional de Videovigilância e à dinamização dos programas de policiamento de proximidade. O PS refere ainda que a tecnologia ao serviço da segurança dos cidadãos continuará a ser um dos vértices da política de segurança, sendo que considera que serão consolidados os sistemas de comunicação e de informação já existentes, e utilizados sistemas de georreferenciação para melhorar a resposta operacional das forças de segurança.

Na próxima crónica – a última antes das eleições de dia 5 de Junho – comentaremos as implicações de semelhantes propostas.



43.

## **A SEGURANÇA INTERNA ESTÁ DOENTE - 29-04-2011**

---

Ao longo dos últimos anos tenho tido a oportunidade de falar com inúmeros responsáveis das Forças e Serviços de Segurança (FSS) que me têm manifestado um misto de preocupação, perplexidade e resignação.

Falam com preocupação. Sentem que têm passado muitos anos e que as FSS continuam – infelizmente - sem um modelo clarificado para a sua atuação no terreno; os recentes exemplos da disputa de competências para a segurança do Aeroporto de Beja pela GNR, da compra de blindados para a PSP, e das greves e reivindicações dos profissionais da PJ são resultado disso mesmo. Em privado, muitos destes profissionais chegam a considerar as situações caricaturais: são para eles um exemplo de como se desperdiçam meios e o potencial de pessoas válidas, competentes e empenhadas. Aliás, é sempre importante recordar que existem pessoas bem-intencionadas e intelectualmente honestas no universo das 3 Grandes Polícias (GNR, PSP e PJ), um universo com mais de 55.000 profissionais.

Mas estes responsáveis na estrutura e no terreno também me têm manifestado uma grande perplexidade. Entendo-a como natural. Depois de mais de seis anos sem reformas de fundo, com uma gestão pensada muito para o quotidiano e para se aparecer nos meios de comunicação social, existe uma revolta latente. Esta é uma revolta que, num primeiro momento, se manifesta desta forma: com um sentimento de perplexidade. Ora os profissionais das FSS são pessoas que - muito legitimamente - terão expectativas e esperarão ver, sobretudo naqueles que lideram e que se dizem “pensadores” nestas matérias, algum sentido de responsabilidade e de honestidade intelectual. Mas também - sejamos honestos - como se pode pedir este tipo de atuação a pessoas que, em muitos casos, pouco ou nada entendem de segurança e que manifestaram, ao longo dos últimos anos, muito pouca vontade para alterar este estado de coisas? É que – na verdade - a segurança interna tem vindo a transformar-se num espaço para oportunismos. Para pouca seriedade. Donde o sentimento de revolta: largas dezenas de profissionais com quem tenho falado estão cansados; desmotivados; ridicularizam este tipo de gente.

Por fim, o sentimento de revolta latente tem dado lugar à resignação. É o diagnóstico do atual estado de coisas. Os profissionais, não vendo melhorias e assistindo à perpetuação de um *status quo* que os conduz a lugar nenhum, desmotivam; passam a trabalhar com o mesmo profissionalismo mas aumentam as depressões, os estados de ansiedade, a ideia de que é melhor não ser proactivo mas apenas reagir. Quando tem mesmo de ser. Por isso mesmo a nossa segurança interna, como acontece noutras áreas da governação, está doente. E se aqueles que têm, ou já tiveram, responsabilidades nestas áreas imaginassem o sentimento de desprezo a que são votados em privado, se imaginassem o quão depressa serão esquecidos e substituídos, talvez procurassem agir de um outro modo. Entendendo que – tal como nas grandes empresas onde existe qualidade no trabalho, motivação e seriedade – também nas FSS é hoje possível fazer diferente. Diferente e melhor como, só para dar um exemplo, acaba de acontecer em Inglaterra, onde o *Home Office* acaba de criar um Centro de Investigação Aplicada para a Ciência e a Tecnologia, com competências de excelência nas áreas da prevenção da criminalidade, da vigilância, e da deteção de contrabando. E nós por cá...?



44.

## **SEM SEGURANÇA A ECONOMIA DEFINHA - 15-04-2011**

---

Sempre considerei que a qualidade da democracia de um país se mede a partir da forma como este trata a saúde, a educação, a segurança e – naturalmente – a sua Administração Pública. Na verdade, o bom funcionamento dos serviços prestados pelo Estado aos Cidadãos é um indicador essencial para avaliar da modernidade de um País, um indicador crucial para perceber como a imagem de um Estado é respeitada pelas pessoas, quer se trate de cidadãos autóctones, quer se trate de cidadãos estrangeiros. Assim sendo, para um governo responsável e com uma orientação política rigorosa, a aposta na qualidade e na dignidade das Polícias, em particular, e das Forças e Serviços de Segurança (FSS), em geral, é uma condição essencial para a qualidade da democracia. Além disso, um sistema de FSS que funciona com eficácia e que presta um efetivo serviço de segurança às pessoas é – como também acontece com a justiça – uma condição essencial para o desenvolvimento económico. Sem um sistema de administração interna e de justiça a funcionar o investimento nacional e estrangeiro bloqueia, as comunidades locais definham, e o potencial de muitas pessoas produtivas é desperdiçado.

Ora é considerando – justamente – este quadro mais abrangente para uma reforma orientada para a criação de uma administração interna e de uma justiça mais eficazes que, num próximo governo, se espera que exista uma rutura com as políticas até aqui seguidas, em particular na administração interna. E esta rutura deve – em meu entender – fazer-se a dois níveis. Primeiro, ao nível da qualificação interna dos profissionais, ajustando os seus níveis salariais e eliminando as disparidades que tornam o sistema de pagamentos aos nossos polícias quase caótico. Segundo, ao nível da relação dos polícias com os cidadãos, tornando as pessoas corresponsáveis na avaliação da atuação dos profissionais de polícia no terreno mas, e paralelamente, dando condições a esses profissionais para um trabalho mais eficaz e digno. Só assim se evitarão situações como a do chamado “caso do aeroporto de Beja”, em que temos uma aparente falta de entendimento entre quem ficará responsável por aquele espaço (se a GNR se a PSP); só assim se poderão minimizar e acautelar no futuro situações de rutura financeira para o pagamento de salários; e só assim se poderá dar uma imagem de esperança a este grupo de profissionais.

Mais do que discutir casos menores que – infelizmente – continuam a alimentar títulos de jornais, interessará no futuro entender como é possível ter uma Polícia de qualidade e de serviço moderno. Como? Aproveitando o que de bom se fez em anteriores governos, como seja a experiência de coordenação e o plano nacional de combate ao crime do Ministro Figueiredo Lopes, o projeto de reestruturação das polícias e do efetivo do Ministro António Costa, e o plano tecnológico e informático do Ministro Rui Pereira. E depois? Indo claramente mais além com a criação de sincronismos entre as Bases de Dados dos diversos ramos das forças de segurança, criando serviços partilhados e poupanças de rigor a todos os níveis e – naturalmente – fazendo uma análise crítica da forma como as compras e as compras eletrónicas são, hoje, efetuadas e operacionalizadas. Só com um programa de rigor e de poupança será possível ter uma segurança melhor e mais próxima do cidadão. Numa reforma das FSS tecnologia e racionalização serão, portanto, duas palavras essenciais.

45.

## **POLÍCIA NA IDADE DA PEDRA - 01-04-2011**

---

Há dias o DN publicou um trabalho, da autoria da jornalista Valentina Marcelino, em que se referia uma possível poupança de 200 milhões de euros que, não tendo sido concretizada, era apontada como possível desde os tempos do anterior Ministro da Administração Interna. Entretanto, os Sindicatos da Polícia de Segurança Pública (PSP) e da Polícia Judiciária (PJ) alertaram para um conjunto de falhas nos pagamentos aos profissionais e endureceram as suas reivindicações. E, do lado da Guarda Nacional Republicana (GNR), ocorreu uma contenda com a PSP pela eventual tutela do espaço de um pequeno aeroporto.

Para um observador externo – mas atento – estes são apenas mais três sinais reveladores de uma área da governação complexa mas, infelizmente como tantas outras, propensa a uma continuada falta de seriedade na gestão do bem público, do bem comum. Tal como Portugal evidentemente que também a área da segurança interna não está imune a variações conjunturais e a períodos de maior turbulência. Mas também me parece impossível não deixar de notar que – para um mesmo observador externo – a sensação que se tem quando olhadas a partir de fora é a de que as nossas polícias (GNR, PJ e PSP, por ordem alfabética) se encontram na idade da pedra. Ou seja: os pontos de contacto com o cidadão, as instalações, os procedimentos de trabalho, o atendimento, as bases de dados de registo de ocorrências, entre muitas outras, parecem ter ficado de fora dos processos de modernização. Processos estes de que muitos dos organismos da administração pública (incluindo as Universidades) foram objeto nos últimos trinta anos. Como explicar esta circunstância? Como explicar que as duas maiores polícias que são, simultaneamente, os dois maiores organismos da administração pública portuguesa, tenham sido permanentemente esquecidos? A meu ver, existem três explicações essenciais para este fenómeno. A primeira é – obviamente - de natureza política: não têm existido nos últimos anos pessoas com capacidade e visão estratégica para primeiro definirem um modelo e, depois, executá-lo, mesmo que com ajustamentos, no terreno. A segunda – menos evidente – é de natureza organizacional e de escala: reformar organizações que representam mais de 50 mil pessoas e que estão repartidas por inúmeros organismos é uma tarefa que exige equipas multidisciplinares e extensas. Por fim, a terceira – menos evidente – é de natureza humana: infelizmente, o perfil de pessoas que se dedicam às decisões nesta área da administração interna tem sido baixo e de pouca credibilidade científica e ainda de menor seriedade técnica. Isso explica a circunstância de não existir hoje – com as necessárias e muito qualificadas exceções – uma tecnoestrutura reformadora e orientadora dos princípios da qualidade, do serviço e da melhoria das condições de desempenho dos profissionais de polícia.

Não é – obviamente – necessário referir nomes. Eles sabem bem de quem falo. E espero – honestamente – que o futuro reserve uma melhor sorte para estes profissionais. Veremos.

46.

## NUCLEAR: MITOS E VERDADES - 18-03-2011

---

O que está a acontecer no Japão com as perdas de vidas humanas – estimadas em cerca de 15.000 até agora - e o risco de escalada no acidente nuclear após o sismo e tsunami de há uma semana vieram colocar no centro do debate a utilização da energia nuclear. Mas não só: primeiro, e em meu entender, vieram chamar a atenção para a importância da segurança humana no seu conceito mais abrangente, que inclui a intervenção de fatores como as opções energéticas na nossa vida quotidiana; e, em segundo, tornaram evidente que um investimento em meios de proteção e em treino das populações civis é o caminho decisivo para salvar vidas numa situação de catástrofe. Observar os fenómenos da segurança vai, portanto, muito além das questões da criminalidade e do terrorismo de massas. A discussão – se for séria e intelectualmente fundamentada – não se esgota aí.

Ora um dos aspetos centrais no debate acerca da segurança humana foi – e está a ser – o da opção pela produção de energia a partir de centrais nucleares. Como posição de princípio penso que é fundamental expor os argumentos a favor e contra. E é também essencial recordar que se trata – justamente - de uma opção: ou seja, de uma escolha que necessariamente deixará uma parte das pessoas satisfeita e outra parte insatisfeita. Vejamos – portanto – alguns dos argumentos a favor e contra esta forma de produção de energia. Curiosamente, é a segurança humana no seu conceito abrangente definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) que encontramos no centro do debate. Será fundamental ter presente que – de acordo com os dados da *Energy Information Administration* (EIA) dos Estados Unidos da América – o consumo mundial de energia medido em btu (unidade de medida para o calor criado pela queima de um dado material) vai passar de 510 quadrilhões em 2010 para 722 quadrilhões de btu em 2030. Isto significa um aumento de cerca de 30% em 20 anos. Trata-se – obviamente – de um esforço de *stress* enorme para a sustentabilidade do Planeta. Nesse sentido, a energia nuclear surge como uma opção que permite a criação de elevadas quantidades de energia com uma tecnologia que já se encontra disponível, sendo muito pouco poluente no curto prazo, dado que a libertação de gases poluentes para a atmosfera é relativamente limitada. Todavia, e considerando que as centrais nucleares empregam o urânio para a produção de energia, é neste ponto em particular que se centra o debate acerca da sua segurança. Concretamente, estima-se que os resíduos nucleares terão de ser armazenados durante cerca de 10.000 anos num local seguro, sendo que também podem ser empregues na produção de armas nucleares. Uma tentação para grupos terroristas e países mal-intencionados no equilíbrio geopolítico mundial.

A opção pela produção de energia nuclear acarreta, como se depreende, um conjunto de riscos para a segurança humana. Depois de um século XX em que a humanidade assumiu - pela primeira vez na sua História -, a capacidade de se autodestruir, um debate acerca de uma idade pós-nuclear deverá ponderar estes e outros argumentos. Mas – e sobretudo - afastando os mitos e as discussões intelectualmente facciosas ou desonestas. Dessas, estamos todos cansados.

47.

## **UMA GUERRA NA EUROPA? - 04-03-2011**

---

Uma análise à situação geopolítica atual só nos pode deixar – uma vez mais – preocupados com a situação financeira da Europa, em particular com a situação da União Europeia (UE). Vejamos – portanto – três fenômenos que nos podem, eventualmente, ajudar a compreender um pouco melhor uma parte do contexto da crise mundial atual. E – esperemos – a evitar a repetição de erros passados.

Primeiro, as consequências para o sistema financeiro mundial de uma economia excessivamente especulativa que se autoalimentou nos últimos seis anos, sem que existisse uma regulação ou fiscalização das atividades dos seus principais atores (bancos, sociedades de capitais bolsistas, e empresas governamentais). Destas consequências ressalvo aqui duas: um aumento dos níveis de insegurança no emprego e um nível mais elevado das ameaças de eclosão de conflitos sociais. As atuais revoltas populares no Egito, Líbia e em outros principados árabes são, recordemos, o resultado de uma ausência de expectativas de uma geração que está, há muito, sem emprego ou que é paga abaixo daquilo que designamos como um nível tolerável de capital social, económico e cultural. Mas - entenda-se - também algumas das gerações de jovens europeus se encontram em idêntica situação: os movimentos migratórios e a fuga de cérebros para os países asiáticos dos jovens mediterrânicos encontra-se já identificada. É uma tendência. Preocupante.

Em segundo, as consequências para a classe média dos fluxos de capitais dos Estados-membros mais ricos para os mais pobres da UE, cujo financiamento indireto da banca nacional via os bancos centrais assumiu proporções que colocaram o sistema de trocas à beira do colapso. Ou seja, impossibilitados de captar recursos por via dos mercados abertos e globalizados, os diversos Estados-europeus, procurando entretanto assegurar um nível razoável de segurança financeira, recorreram a um aumento da carga fiscal. Com sistemas de cobrança fiscal ineficientes e com sociedades atomizadas e – portanto – longe da noção de bem comum, tem sido a classe média e dos assalariados a que mais tem sido chamada a contribuir. E com – como é sabido – consequências para o seu empobrecimento e diminuição de níveis de segurança percebida, quer no emprego, quer no período de saída do mercado de trabalho. Num cenário de tensão sobre os sistemas de segurança social, e de pagamento dos valores das pensões de reforma, assiste-se – assim – a uma erosão na visão de um futuro estável. Uma outra tendência. Preocupante pois diminui os níveis de afeção social e gera grandes frustrações.

Em terceiro, e por último, as consequências de uma sociedade demograficamente alterada, quer nos seus indicadores de manutenção geracional, quer na composição dos seus agregados familiares. Ora este fenómeno introduz uma nova pressão sobre os Estados, os Governos, os mercados, e – naturalmente – as suas lideranças. Espera-se, por tudo isto, que um aparente objetivo unívoco de criação de uma união monetária (por via do euro) não potencie a eclosão de um conflito mais grave. Numa análise fria há hoje – em meu entender - sinais preocupantes de retorno ao período entre as 2 Grandes Guerras.

48.

## **A GNR É ÚTIL? - 18-02-2011**

---

Num momento de contenção orçamental e de crise que vivemos as Forças e Serviços de Segurança (FSS) deverão ser objeto de uma reforma profunda. Será uma tarefa que – avaliando os últimos sinais de profunda instabilidade no Governo e, muito em particular, no Ministério da Administração Interna (MAI) – só deverá ser levada a cabo numa próxima Legislatura. Mais: uma reforma, se for bem-intencionada entenda-se, das FSS será tarefa para calendarizar e procurar executar em, pelo menos, duas Legislaturas. Exigiria – se existisse mais seriedade e preparação em política – alguma base de entendimento no quadro dos três partidos responsáveis (CDS, PSD e PS). E seria mesmo desejável que outros atores do nosso sistema partidário e da sociedade civil pudessem participar – de forma serena e útil – em semelhante reforma.

Neste quadro, e para além de ser necessário repensar como é que – de forma gradual – a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Polícia Judiciária (PJ) poderão ser revalorizadas no seu papel de utilidade social, importa perceber se a Guarda Nacional Republicana (GNR) ainda é útil. Ou melhor: será interessante – em meu entender – definir até que ponto se justifica a existência de duas Grandes Polícias (PSP e GNR) e de uma terceira Polícia mais especializada (PJ). Para muitos (tenho bem consciência disso) a ideia de unificação das Polícias pareceria um caminho possível. Trata-se, no fundo, de um argumento simples: se a função social das Polícias é a manutenção da ordem pública, então não existiria razão para que um mesmo território fosse servido por duas Grandes Polícias (PSP e GNR). Assim apresentado este é, de facto, um argumento tentador. Acontece, porém, que a realidade da sociedade portuguesa e as experiências internacionais aconselham a que se faça a distinção entre duas FS de natureza diversa. Neste quadro entendo – e para que não possam restar dúvidas – que é desejável a manutenção de um modelo dual, que inclua a ideia de uma Polícia Nacional (PN) e de uma Guarda Nacional (GN). Aliás, se procurarmos aprofundar as imagens que os cidadãos têm das atuais PSP e GNR encontraremos, naturalmente, uma disparidade de opiniões, repartidas de acordo com as suas (melhores ou menos boas) experiências de contacto com ambos os profissionais. Por isso, e considerando a dupla natureza (militar e civil) da GNR, bem como a condição civil e de intervenção mais urbana da PSP, parece-me que ambas podem continuar a servir os cidadãos, considerando as suas especificidades.

Existem, todavia, um conjunto de pontos sobre os quais será necessário refletir e intervir num futuro próximo. Deixarei – a título de exemplo – três. O primeiro tem a ver com a necessidade de valorizar numa PN e numa GN o policiamento de proximidade; para tal, deve existir uma cultura de formação comum. O segundo tem a ver com a fusão e partilha de serviços e criação efetiva de economias de escala; aplicando-se aqui o princípio das centrais de compras e da partilha de serviços, para poupar. O terceiro tem a ver com a remuneração; há uma herança de salários e de modelos de pagamento de suplementos injusta, invertida mesmo. O agente ou militar que anda na rua nunca poderá receber menos daquele que está sentado à secretária. É uma questão básica. Tão básica, que foi esquecida nos últimos seis anos...

49.

## UM PAÍS EM ESTILHAÇOS - 04-02-2011

---

O próximo governo herdará um País em estilhaços. Para este País estilhaçado os atuais responsáveis do Ministério da Administração Interna também deram o seu contributo: instalaram um clima de confusão eleitoral, mostraram uma ausência de prioridades estratégicas, e autorizaram compras públicas confusas, como foi o caso dos blindados da PSP.

Mas talvez seja – em meu entender – o perpetuar do conjunto de mal-entendidos no domínio da segurança interna, e muito em particular da ordem pública e do combate ao crime, uma das heranças mais pesadas neste domínio. Na verdade, a ausência de uma visão integrada e de futuro – de século XXI – para as políticas de segurança interna tem – lamentavelmente - deixado a sociedade portuguesa desprotegida. Acontece que uma sociedade insegura é não apenas uma sociedade menos livre: sabemos também que a segurança é condição de liberdade, de igualdade e de prosperidade económica. Quem não percebe que o medo dos idosos em circular livremente nas ruas após o anoitecer é uma diminuição dos seus direitos enquanto cidadãos? Quem não entenderá que um País com indicadores internacionais sérios e válidos de segurança é um País atrativo para o investimento? E – por fim – quem não gostaria de ver os seus filhos jovens fora de uma carreira de criminosos e de delinquentes, longe do pesadelo das drogas e da violência?

Estas são – obviamente – verdades aceites pela generalidade das pessoas. Assim sendo, dificilmente se compreenderá como é que, ao longo de quase 6 anos, um Ministério com uma média de 1800 milhões de euros de orçamento (10800 milhões de euros de gastos em 6 anos) não conseguiu um resultado visível para a melhoria da imagem das Polícias. Ora a resposta passa - em meu entender – por uma integração entre Ministérios das diferentes políticas de segurança, pondo de lado os interesses mesquinhos de cada Ministro em benefício do bem comum. Além disso – e se os trabalhos a realizar forem sérios – a resposta passa ainda por uma preparação prévia das medidas a implementar, atentas 4 vulnerabilidades já identificadas na Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Criminalidade e Insegurança de 2002-2004: as “vulnerabilidades geopolíticas” (que incluem uma extensa fronteira marítima, que proporciona um grande número de oportunidades de entrada ilegal de mercadorias e pessoas em território nacional); as chamadas “vulnerabilidades genéticas” (que passam pelas deficiências ao nível das redes informáticas das autoridades, da interligação das mesmas e da consequente partilha da informação); as ditas “vulnerabilidades estruturais” (como seja a inexistência de um organismo central, multidisciplinar, coordenador da estratégia nacional de prevenção e combate à criminalidade); e – por fim – as designadas “vulnerabilidades operacionais” (ligadas à inexistência de interligação e interoperabilidade de sistemas de comunicação e de dados entre as várias autoridades e entre estas e a sociedade civil). É, pois, deveras impressionante – e lamentável – como passaram quase 10 anos e tudo ainda continua na mesma...

50.

## **QUANDO A POLÍCIA TEM DE MATAR - 31-01-2011**

---

Na circunstância de uma perseguição policial da PSP foram efetuados disparos e – lamentavelmente - um cidadão foi morto. Como sempre, esta é uma circunstância limite em que o uso de força extrema pela Polícia terá sido – evidentemente – entendido pelo profissional como o último recurso respondendo, pelos dados que até agora são conhecidos, a disparos efetuados por um dos suspeitos em fuga.

Felizmente estas ainda são situações excecionais em Portugal. Todavia, são um bom pretexto para se discutir o assunto do uso da força pela Polícia. E aqui importa, a meu ver, clarificar bem quais são as situações em que a Polícia tem de matar. Ou melhor: as situações em que a Polícia estará legitimada para usar a força extrema. Ora nesta matéria existem - seguramente - duas perguntas às quais será preciso que o atual Ministro da Administração Interna responda e - previamente – duas premissas que é fundamental ter presentes.

Comecemos pelas premissas. A primeira destas premissas é a de que uma sociedade com um maior número de armas de fogo em circulação não é, necessariamente, uma sociedade mais violenta. Ou seja: o direito dos cidadãos (portugueses ou de outros países) a usarem uma arma não colide necessariamente com o respeito pela lei e pela ordem. Aliás – e bem pelo contrário – os argumentos empregues pelo legislador deste governo no sentido de se limitar o uso das armas e restringir o seu licenciamento é que são, basicamente, demagogia e propaganda; um convite à proliferação do mercado ilegal. A segunda destas premissas é a de que não é desarmando as Polícias que se consegue terminar com os casos de uso da força por estes profissionais. Na verdade - e bem pelo contrário - vale a pena olhar com atenção para o caso inglês: num país onde menos de 10% dos Polícias anda armado com armas de fogo, os responsáveis pelas Forças de Segurança (FS) acreditam que mais de 90% das mortes de agentes poderiam ser evitadas se estes pudessem transportar uma arma de fogo. Mais: um inquérito de 2006 da Federação dos Polícias da Inglaterra e do País de Gales dava conta da vontade de 70% dos agentes de passarem a ter formação para poderem andar armados.

Por fim, as perguntas às quais o atual Ministro da Administração Interna deveria responder. Primeira: quais são os resultados da prometida formação dos profissionais das FS nas sete carreiras de tiro prometidas em 2008? Segunda: quantos profissionais das FS já passaram por essa formação e como é que são ensinados a avaliar o risco e a disparar? A matar? A imobilizar? Ficam, pois, as questões.

51.

## **O DIREITO A USAR UMA ARMA - 21-01-2011**

---

Existe um conjunto de mal-entendidos, de temas que no domínio da segurança interna, e muito em particular da ordem pública e do combate ao crime, têm deixado a sociedade portuguesa desprotegida. Tratando-se de matérias que requerem sempre – pela sua delicadeza e elevado impacto social – uma ponderação e uma atuação séria e concertada, entendo ser muito importante que se discutam de modo sustentado num futuro próximo. Refiro-me concretamente aos temas da videovigilância (com os sucessivos problemas criados pela Comissão Nacional de Proteção de Dados), do policiamento de ordem pública (com a quase ausência de visibilidade, desmotivação e falta de autoridade que estes profissionais têm vindo a sentir nos últimos anos), e da posse de armas (com uma Lei das Armas de 2006 que – para espanto de muitos – caminha para uma quarta alteração em apenas quatro anos, a uma média de uma revisão por ano).

Falemos então – de forma séria e se possível sem reserva mental ou preconceitos – acerca do direito dos cidadãos andarem armados. Trata-se de uma questão na qual importa, a meu ver, distinguir desde logo três planos. Primeiro, há que diferenciar o plano da gestão da segurança pessoal e do direito que os cidadãos devem ter quando – perante crimes que são mais ofensivos para eles e que causam maior alarme social – se encontrarem numa posição de maior igualdade perante o agressor. Ou seja: uma potencial vítima armada é, na maior parte dos casos, alguém mais preparado para responder a um potencial agressor; e, neste sentido, existe um efeito dissuasor para a prática do crime. É que, como sabemos, sociologicamente são as categorias de pessoas mais vulneráveis aquelas sobre as quais potencialmente se pratica um maior número de crimes (idosos, crianças sem proteção familiar, agentes de autoridade desarmados como é o caso de alguns fiscais, ou mesmo guardas prisionais, como se tem percebido pelos casos recentes). Segundo, deve ainda distinguir-se nesta matéria o plano da preparação pessoal e da responsabilidade cívica. No caso de Portugal, os cidadãos em geral (e, por exemplo, os caçadores e os colecionadores de armas antigas em particular) têm sido tratados com uma quase total indiferença pelo Governo. Os seus problemas são pouco compreendidos, e a burocracia para se obter uma licença de uso e porte de arma chega a ser quase dez vezes superior a outros países da União Europeia. Acresce que os atuais responsáveis do Ministério da Administração Interna demoraram quatro anos (de 2006 a 2010) entre a publicação da Lei das Armas e a realização do primeiro curso de formação técnica e cívica para uso e porte de arma; uma situação impossível de ocorrer em democracias avançadas como a espanhola, francesa, suíça ou finlandesa. Por fim, importa ainda clarificar a questão estatística. Na verdade, e quando se analisam de modo objetivo e científico os Estudos acerca da relação entre o porte de arma e o direito a usá-la pelos cidadãos e a redução da criminalidade, ressaltam duas conclusões: as percentagens de cidadãos feridos depois de exibirem uma arma não ultrapassa, em média, os 5% e nos países onde o porte de arma e o direito a usá-la pelos cidadãos passou a ser permitida de modo mais universal a criminalidade violenta desceu na ordem dos 7%.

São, portanto, resultados que nos devem fazer pensar. Um ponto de partida para se poder fazer uma análise séria e – repito – sem reserva mental, à questão do direito a

transportar e a usar uma arma. Sem recorrer a uma outra, essa sim bem mais perigosa: a da demagogia.

52.

## 2010 FOI UM ANO PERDIDO - 07-01-2011

---

Em matéria de segurança nacional – e mais em particular de segurança interna – 2010 foi um ano perdido. Um ano em que se tomaram – por desconhecimento, falta de preparação, ou mesmo falta de vontade ou de condições políticas – um conjunto de decisões que não beneficiam a imagem dos cidadãos relativamente à segurança. Além disso – e talvez mais gravoso – 2010 fica marcado por três casos que, em meu entender, prejudicam a imagem dos portugueses em relação às polícias e aos serviços de informações. Como cidadão atento – e que sabe distinguir bem o plano das relações pessoais das questões institucionais – só posso ficar perplexo perante a confusão, o comportamento errático que tem norteadado a atuação dos responsáveis pelo Ministério da Administração Interna. Vejamos pois – e um a um – três casos que marcaram o ano de 2010 na segurança.

Primeiro, o caso das estatísticas do crime. Anunciadas por duas vezes, a última das quais no início de 2011 mas reportando-se – segundo notícia do JN citada pelo DN - a dados do primeiro semestre de 2010 (Janeiro a Junho, portanto), foi dito aos órgãos de comunicação social que a criminalidade diminuiu. Ora esta é uma afirmação que – só por si – nada diz acerca da sua distribuição espacial ou da tipologia de crimes a ela associados. Ela assemelha-se – portanto – mais a um exercício de desonestidade intelectual pois não só se desconhece qual é a fonte para a explicitação destes dados como também – a avaliar pelo que foi veiculado nos órgãos de comunicação social – não existiu um comentário oficial da parte dos responsáveis do Ministério da Administração Interna aos dados. Aliás – e tão mais gravoso como cientificamente pouco sério – coube a uma segunda entidade a pretensa revelação (pela segunda vez, ao que parece) deste tipo de dados.

Segundo caso, o dos chamados blindados da PSP. Quanto a este – que, sem margem para dúvida, marcará indelevelmente a atuação do atual Ministro da Administração Interna – creio que também ficámos todos perplexos com a condução do processo. Para o cidadão comum – a quem são agora pedidos sacrifícios num clima de austeridade – o que passa é o anunciado gasto de alguns milhões de euros na compra de material para uma das duas grandes Polícias. Uma decisão que – anunciada num outro contexto e num enquadramento diferente – seria perfeitamente legítima e compreendida. Contudo, o que o atual Ministro da Administração Interna disse publicamente foi que os blindados seriam necessários para a Cimeira da NATO. Mas a verdade é que – fazendo algumas contas – entre a assinatura do contrato e a data de realização da Cimeira da NATO mediou um período de tempo que, à partida, tornaria difícil a chegada atempada desse material. Uma insistência que deixou – lamentavelmente – o Diretor Nacional da PSP numa situação difícil. Aliás – e perante este caso e os casos da greve e das promoções na PSP – o atual Diretor Nacional tem revelado um elevado sentido de responsabilidade. Tem resistido a sucessivos problemas, os quais – e num outro plano – fizeram com que o Comandante-Geral da GNR desse sinais públicos de um grande mal-estar.

Terceiro caso, o da demissão do Diretor do SIED. Trata-se aqui – de forma muito clara – de um funcionário público que – no seu pleno direito – troca a atividade de serviço público e opta, em definitivo, pela carreira no sector privado. Uma decisão legítima se, naturalmente, estiverem asseguradas as mais elementares garantias de

confidencialidade da informação de Estado que este anterior responsável pelos serviços secretos externos possui. Um caso que – a meu ver – deve merecer a atenção da Comissão de Fiscalização respetiva. Mas que – acima de tudo e pelas razões invocadas pelo demitido – deixa antever que também no plano do Sistema de Informações da República 2010 foi um ano de mal-estar e de desnorte.

53.

## **UMA POLÍCIA QUE NÃO PODE PRENDER - 24-12-2010**

---

Em Portugal existe uma polícia que não pode prender e que já fez uma greve. Estou – concretamente – a falar da polícia municipal. Um órgão de polícia (não criminal), ou seja, e na terminologia mais técnica, um OP que não é OPC. Trata-se – em bom rigor – não de “uma polícia” mas sim de “várias polícias”, donde a designação de Polícias Municipais, usada muitas vezes no plural.

E se, de algum modo, esta introdução pode parecer confusa é porque – justamente – este modelo de polícias (ou melhor, a sua ausência) revela – uma vez mais – a falta de definição de orientações e de modelo para o policiamento em Portugal. Aliás, e no caso concreto das Polícias Municipais (PMs), o que existe é uma duplicidade, em meu entender muito pouco saudável, para a organização e para o funcionamento destes órgãos de polícia. Na verdade, as PMs de Lisboa e do Porto estão dotadas (embora deficientemente) de profissionais oriundos da PSP e como tal - e de forma perfeitamente justa, a meu ver - integrados no regime de carreiras e de salários desta grande polícia. Contudo, e nas restantes autarquias em que existem PMs estas encontram-se integradas - de um modo desajustado e que esteve na origem de uma greve no Verão passado - num estatuto de carreiras e de salários que – para uma profissão que se pretende digna e salvaguardada de comportamentos menos éticos – só pode envergonhar aqueles que persistem neste erro.

Para além desta questão de estatuto dual – a fazer pensar que existem PMs de primeira e PMs de segunda – há, ainda, um problema de tutela e de hierarquia. Ou seja: se é verdade que estes profissionais são um OP, eles encontram-se na dependência dos respetivos Presidentes da Autarquia. Ora independentemente dos mecanismos legais, formais ou de autoridade e de liderança e comando que – eventualmente – possam impedir situações de abuso de poder e dissuadir comportamentos de prepotência, a verdade é que Portugal é, pela sua dimensão, um País onde dificilmente se justifica a existência deste tipo de OP. Ora o que – em meu entender – constituiria uma solução adequada para o estatuto e modelo das PMs poderia passar por uma clarificação das competências que uma PM deve ter. Isto é: julgo que as competências de uma PM devem corresponder àquelas que relevam de todos os normativos camarários. Esta seria – bem entendido – uma solução que excluiria as questões relativas ao ordenamento do trânsito e que remeteria as PMs, com um estatuto digno e igual em todo o País, para o exercício de funções indispensáveis aos deveres de fiscalização e de aplicação dos normativos autárquicos.

Assim sendo – e para as restantes funções que uma Polícia deve desempenhar – ficariam, e muito bem, nas mãos de um OPC os aspetos referentes a um policiamento de proximidade e de ordem pública. E o cidadão teria – como é seu direito – uma Polícias nas ruas. Que está perto, que pode prender e que contribui para o sentimento de segurança, indispensável, como sabemos, para que a economia cresça e o comércio se desenvolva.

54.

## **A WIKILEAKS INAUGUROU O TERRORISMO DIGITAL - 10-12-2010**

---

A divulgação via *Internet* – e, portanto, acessível a qualquer cidadão de um país democrático e onde exista liberdade de expressão – de documentos classificados como secretos pelo *site* wikileaks (imagina-se que o nome seja uma paródia de gosto duvidoso à wikipedia) inaugurou a era do terrorismo digital. Explicarei – naturalmente – esta afirmação em três pontos. Até porque estou consciente de que as posições assumidas por alguém como o fundador da wikileaks (um personagem de passado complexo e que chegou a abandonar em direto uma entrevista da CNN, mas cujos documentos foram antecipados pela Al-Jazeera) assumem, para algumas das franjas da opinião pública, um sentido quase quixotesco. Se mal explicadas, podem aparentar uma ideia de luta desigual entre poderosos e indefesos: uma espécie de versão do Robin dos Bosques da era digital. E esta é – obviamente – uma linha de raciocínio que apresenta tanto de enganador como de perigoso. Vamos, então, aos três pressupostos da minha tese.

Em primeiro, há na atitude da wikileaks uma intenção de causar dano em massa sem que, aparentemente, se controlem as suas consequências. Ou seja, se o responsável pelo *site* wikileaks tivesse alguma preocupação com as identidades das pessoas nomeadas nos diferentes documentos diplomáticos que divulgou teria – por uma questão de proteção da sua identidade e, no limite, da sua integridade -, demonstrado alguma vontade em ocultar nomes e datas. Mas não: a aparente necessidade de protagonismo e de alcance de fama mundial foram os dois valores ponderados para este tipo de operação. Em bom rigor não se parou um momento para pensar que muitas destas pessoas são pagas pelos respetivos governos para fazerem este tipo de trabalho. Trata-se de cidadãos a cumprir orientações políticas.

Em segundo, há uma intenção de replicar os danos de forma reiterada e amplificar as suas consequências. Na verdade, a criação de *sites-espelho* que reproduzem vezes sem conta os conteúdos da wikileaks (encarregando-se mesmo alguns da sua tradução) está já a produzir um efeito de contágio e de disseminação da informação inicial, propagando as suas consequências e amplificando a intenção de dano. Ora este é um fenómeno que – muito à semelhança do que nos ensina o Professor Cass Sunstein na sua obra “Dos Rumores” – dificilmente poderá ser contido e que, na verdade, terá um número considerável de consequências não inicialmente previstas. E perdurará no tempo.

Em terceiro, há na atitude da wikileaks um fundo ideológico de desafio aos sistemas de segurança nacional dos países. Ora como bem sabemos são justamente as nossas sociedades – livres e abertas – que, precisamente por terem essas características, se tornam elas próprias mais vulneráveis a este tipo de ameaças à segurança nacional. Infelizmente, esta tem sido uma vulnerabilidade muito explorada pelos grupos com intenções terroristas. E estes - como agora sabemos – podem aparecer aos comandos de um avião de inocentes colocado numa rota suicida; ou estar à distância de um comando de computador. Entrámos – a partir do dia 23 de Outubro - na era do terrorismo digital.

55.

## **SERVIÇOS SECRETOS, BLINDADOS E NATO - 26-11-2010**

---

Uma semana depois da realização da XI Cimeira da NATO em Lisboa é possível afirmar que funcionou de forma eficaz a coordenação entre Forças e Serviços de Segurança Nacional (FSSN).

Esta é uma vitória – se assim lhe podemos chamar – partilhável e que deve – em bom rigor – ser partilhada. Em primeiro, este sucesso deve ser partilhado pelo atual Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI) que – na sua qualidade de Chefe do Comité Nacional de Segurança para a Cimeira NATO – revelou estar à altura deste momento potencialmente crítico para a segurança. Na verdade, e pela primeira vez desde o início do seu mandato, o SGSSI provou que a existência do seu Gabinete faz sentido e que poderia – num cenário de atuação responsável e planeada de um outro Governo – ver a sua figura valorizada no Sistema de Segurança Interna. Deveria ter sido, portanto, ao SGSSI que o Primeiro-ministro devia ter endereçado os parabéns. Mais: deveria ter sido no Gabinete do SGSSI que – reunindo os mais altos responsáveis pelas Forças de Segurança – o Primeiro-ministro e o Ministro da Administração Interna se deveriam ter apresentado ao País. Na verdade tal não aconteceu, o que se lamenta. Em segundo lugar, esta vitória deve também ser partilhada por todas as entidades responsáveis pela segurança visível e invisível, o que – naturalmente – inclui os Serviços de Informação e Segurança (SIS), o Serviço de Informações Estratégicas e de Defesa (SIED), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), a Marinha, a Força Aérea, o Exército, a Polícia Judiciária (PJ), a Guarda Nacional Republicana (GNR) e – evidentemente – a Polícia de Segurança Pública (PSP). Por fim, e em terceiro, importa recordar que este trabalho de coordenação bem sucedida se deve ainda à cooperação internacional e que – atendendo a que Portugal não está sozinho no mundo – muito do êxito do trabalho desenvolvido se fica também a dever aos nossos parceiros internacionais como a Espanha (no controlo de fronteiras) ou como a França, a Alemanha e os Estados Unidos da América (nos Serviços de Informações).

Mas a Cimeira da NATO fica igualmente marcada por dois acontecimentos – em boa verdade evitáveis – que marcarão a história futura deste evento em Portugal. O primeiro é o da demissão do Diretor do SIED (os Serviços Secretos externos). Numa outra circunstância, esta teria sido tratada como uma questão funcional, de demissão de um funcionário público; contudo, o *timing* escolhido (mais do que as razões evocadas) levantou algumas dúvidas acerca da coordenação dos Serviços Secretos no nosso País. O segundo acontecimento que marcará a memória desta Cimeira NATO é, obviamente, o da compra das viaturas de transporte de pessoal com proteção balística. Ora o chamado “caso dos blindados da PSP” tem vindo a suscitar um conjunto de dúvidas quando ao *timing* do processo de aquisição destas seis viaturas e ao modo como se geriram os respetivos contratos. Mais do que colocar em causa a necessidade dos seis “blindados” o que – em meu entender – deve ser explicado aos portugueses é como foi possível que este processo tivesse (pelo menos aparentemente) sido decidido de forma tão apressada e descoordenada. E quais serão – para os contribuintes - os custos de semelhante opção.



56.

## **VENDER O PÂNICO - 12-11-2010**

---

Nos próximos dias 19 e 20 de Novembro – sexta-feira e sábado da próxima semana – realizam-se em Lisboa quatro encontros oficiais ao mais alto nível da segurança mundial. Destes encontros, a Cimeira da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte, sigla NATO em inglês) é a mais importante e a que suscita maiores cuidados na segurança interna.

Na verdade, o aparato securitário em torno da XI Cimeira da NATO só será comparável ao do Euro 2004, correspondendo este último a uma operação de cooperação entre as Forças e Serviços da Segurança Nacional (FSSN) a que todos reconhecem hoje o elevado grau de sucesso, tendo sido – em 2004 – coordenada pelo então Ministro da Administração Interna António Figueiredo Lopes. Aliás, o modelo do Euro 2004 é já um caso de estudo, tido como exemplo de boas práticas na cooperação e na partilha de informações entre FSSN, na qual se incluem as nossas polícias territoriais (GNR e PSP), de fronteiras (SEF), de investigação criminal (PJ) e os nossos serviços de informações (SIS e SIED). Ora é justamente por esta razão que entendo serem extemporâneas e pouco fundamentadas as afirmações de alguns que procuram vender o pânico em torno das ameaças e dos riscos que - necessariamente - estão associados a este tipo de evento: insinuar que se sabe com alguma margem de certeza o que os serviços de informações estão a fazer no terreno equivale – diria com algum humor – a tentar adivinhar onde parará a escala dos juros da dívida externa do nosso País; tem tanto de incerto como de irresponsável...

Tal - é claro -, não significa que as FSSN e os serviços de informações não estejam a aproveitar esta oportunidade para testar uma cooperação e uma troca de dados. É certo que esta XI Cimeira da NATO constitui – em meu entender – um momento único para que os serviços secretos portugueses (internos, o SIS, e externos, o SIED) demonstrem aos congéneres a sua capacidade de articulação. Além disso, a Cimeira da NATO será também um momento para pôr em prática um conceito de reciprocidade que está – recorde-se – na base da filosofia da própria Aliança: a manutenção da paz tem custos, e a ameaça à segurança de um dos seus Membros é, reciprocamente, entendida como uma ameaça a todos. É justamente este o motivo pelo qual a NATO foi criada e – acredito – continuará a ser uma das principais razões para que se pensem as ameaças à segurança nacional das nossas sociedades abertas, livres e democráticas de uma forma integrada. Não se tratará aqui – bem entendido – de vender o pânico acerca de alguns grupos terroristas ou anarquistas de uma forma pouco séria ou desinformada. Trata-se – sobretudo – de estabelecer de forma ajustada um quadro de respostas para essas ameaças e riscos. Até porque sabemos que estes exigem um esforço de monitorização permanente, com informação atualizada, partilhada, e que permita sempre uma resposta flexível das diversas FSSN. Espero que estejam à altura do desafio. Para a semana saberemos.

57.

## UMA MENTIRA NA SEGURANÇA - 29-10-2010

---

A relação entre o fenómeno da pobreza e o da criminalidade é – como, de resto, acontece com todos os fenómenos sociais -, complexa na sua natureza. Na verdade, afirmar que a pobreza é indutora da criminalidade, ou que a desigualdade social motiva (por si só) um aumento da criminalidade são afirmações que merecem uma particular ponderação e cuidado. Vejamos, pois, as duas teses científicas em confronto.

A primeira, e mais divulgada, é a tese de que as pessoas pobres cometem mais facilmente um crime. Esta tese assenta num perigoso pressuposto: o de que existe uma correlação entre crime e pobreza. Esta correlação implica dizer que à medida que aumenta a pobreza também aumenta a criminalidade. E porquê? Essencialmente porque, no raciocínio dos criminologistas que perfilham esta tese, as pessoas ponderam os benefícios e as consequências para quem comete um crime e – assim sendo – ponderam se têm mais a ganhar ou a perder com esse crime. Ora se quem é pobre presume que terá muito pouco a perder (assumindo aqui que se pensa sobretudo em bens materiais), também serão as pessoas pobres que terão uma maior probabilidade para cometer crimes, em particular os chamados crimes contra a propriedade (como furtos, roubos, pequenos delitos). E a realidade é que estes representam sempre uma experiência traumática e muito incómoda para as vítimas. Em Portugal, equivalem a 56% da criminalidade na última década. A mais de metade da criminalidade, portanto.

A segunda tese, menos conhecida mas com evidências científicas cada vez mais fortes, é a de que um controlo científico da criminalidade pode – em épocas de crise e de aumento da pobreza – ser indutor da redução do crime. Não se trata – bem entendido – de uma tese que visa aumentar a repressão ou ir de encontro a um “Estado policial”. Muito pelo contrário: o controlo do crime é visto como um dos principais fatores para manter os níveis de segurança económica e, desse modo, evitar a degradação das comunidades e a entrada dos jovens em carreiras de crime e de desvio. É por esta razão que – paradoxalmente para os que defendem a tese anterior – as estatísticas de crimes violentos diminuíram 8% e as dos pequenos delitos 10% no mais recente período de recessão económica dos Estados Unidos da América: entre 2008 e 2009.

Há, pois, uma mentira na segurança: a de argumentar que a descida nas estatísticas da criminalidade é – por si só - um indicador da eficácia das Forças de Segurança (FS) e da ação do Ministério da Administração Interna. Não é verdade: o que distinguirá um governo que anda à deriva de um governo que pensa seriamente na criminalidade será uma avaliação integrada e científica do crime. Integrada, porque está disponível para todas as FS em tempo real e é partilhada de modo construtivo. Científica, porque recorre aos métodos de futuro, como o COMPSTAT e a Polícia baseada na inteligência. E, acima de tudo, séria, porque não se baseia em manipulações de circunstância – graves - ou em cortes cegos – e dramáticos - em apoios sociais.

58.

## **E AGORA? AS POLÍCIAS E A CRISE - 15-10-2010**

---

Nos recentes investimentos na segurança interna anunciados pelo Ministério da Administração Interna (MAI) havia – como demonstrámos na nossa última crónica – um conjunto de sinais contraditórios, tendo-se mesmo colocado desnecessariamente em causa a autoridade do Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP). Mas – e talvez mais gravoso – ficarão para a história recente das Forças e Serviços de Segurança (FSS) uma ameaça de greve, manifestações de rua, e – de seguida – uma cedência de verbas para promoções e salários para os polícias que lhes são – poucos dias depois – retiradas de forma indireta.

Ora a verdade é que estes são sinais – em meu entender – o resultado do círculo vicioso em que as questões orçamentais estão hoje envolvidas e ao qual o MAI – infelizmente – também não escapou. Ou seja: não foram tomadas medidas de racionalização das despesas para as FSS e – perante a ausência de um modelo de polícia que definisse de forma clara quais são os órgãos de polícia necessários e onde, pelo contrário, existem duplicações – o caminho foi o de, casuisticamente e sem estratégia, responder a necessidades. Esta é a história – lamentável – do crescimento das despesas correntes no MAI mas que também é – como se pode ver – o espelho do País. Neste particular, vale a pena atentar nos custos em despesas correntes por colaborador das principais FSS: em cálculos para os dados de 2009, cada guarda da nossa GNR custa 24.942 euros por ano, cada agente da nossa PSP custa 25.208 euros, cada um dos nossos guardas prisionais 37.364 euros, cada agente da nossa PJ 39.057 euros, e cada funcionário do SEF 51.958 euros anuais. Para além da disparidade existente em termos de custos, que seria ultrapassável pela – cada vez mais desejável - clarificação de modelos de despesas e da organização de carreiras e de tutelas, a realidade é que já haviam sido – em tempo útil – propostas um conjunto de medidas pelo Estudo da Consultora Accenture. Estávamos no ano de 2006 e - há 4 anos - o proposto pelo Estudo incluía, entre outras, a recomendação de reconversão de recursos operacionais e utilização de civis em áreas não operacionais na PSP e na GNR, com uma poupança estimada na ordem dos 80 milhões de euros, a externalização de áreas de obras, limpezas, messes, oficinas e centro gráfico na GNR, com uma poupança potencial de 47 milhões de euros, e a implementação de serviços partilhados nas áreas de recursos humanos e contabilidade da PSP e da GNR, com a potencial poupança de 9 milhões de euros. Com estes três exemplos concretos – e relativamente simples na sua implementação – se compreende que a orientação essencial poderia – e deveria – ter sido a da redução das despesas desnecessárias. E se – diga-se com total honestidade – sempre pugnei por um maior investimento nas FSS, também sempre entendi que este só deve ser feito num quadro de racionalização do modelo de polícia. Nunca, portanto, de forma casuística.

De outro modo – e como está agora à vista de todos – por mais que exista boa vontade do titular da pasta da segurança interna, tentar reduzir na despesa sem uma orientação governamental clara é – infelizmente - tão difícil quanto ineficaz. Uma perda de tempo.

59.

## **CRISE E INVESTIMENTOS NA SEGURANÇA - 1-10-2010**

---

Os investimentos na Segurança anunciados pelo Ministério da Administração Interna (MAI) nas últimas duas semanas – e considerando o contexto de crise grave e de aparente ausência de auditoria na gestão responsável das contas de Portugal – são profundamente contraditórios. Vejamos três aspetos essenciais do problema. E da sua incoerência de gestão.

Primeiro – no dia 23 de Setembro -, o caso das promoções na Polícia de Segurança Pública (PSP), aprovadas depois de uma forte contestação que tinha deixado numa posição difícil a Direção Nacional da PSP e o próprio Ministro da Administração Interna. Quando os polícias protestam o País ouve – e com atenção -, e ainda mais desta vez, pois foi colocado em cima da mesa o problema de uma “greve”, convocada por um dos Sindicatos da nossa polícia civil. A esta seguiu-se o protesto, agendado por sete sindicatos da PSP para exigir o descongelamento das promoções que os polícias esperavam (desde Maio de 2009, há 16 meses portanto). Ora a notícia do desbloqueamento de cerca de 3,1 milhões de euros para pagar estas promoções aos mais de 1500 polícias da PSP (800 dos quais são agentes) foi tardio e deixou numa posição muito delicada o Ministro da Administração Interna. E se é verdade que a falta de rigor do Ministro das Finanças parece estar agora à vista de todos, ter-se-ia esperado bom senso nesta questão particular, evitando assim ainda mais custos para o clima de descontentamento geral.

Segundo – no dia 26 de Setembro, três dias depois -, o MAI anuncia a homologação de 25 contratos de cofinanciamento comunitário pelo Domínio de Intervenção "Prevenção e Gestão de Riscos" do Programa Operacional Valorização do Território (POVT), no âmbito do QREN, o que representa um valor de 35 milhões de euros. Ora se é verdade que – e segundo o comunicado do gabinete do Ministro da Administração Interna - 70 por cento desse valor é financiado pelo QREN (ou seja, trata-se de dinheiro da União Europeia), a realidade é que os restantes 10,5 milhões de euros são financiamento do MAI. Neste particular encontra-se incluído – também segundo o referido comunicado - um contrato entre o MAI e o Instituto Geográfico Português (tutelado pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território) para a elaboração do "Projecto Experimental de Cadastro Predial para Áreas com Elevado Risco de Incêndio Florestal", num “investimento” de 22 milhões de euros. Trata-se de um valor bastante elevado para um projeto experimental de cadastro, que em meu entender carece de explicação.

Terceiro – no dia 28 de Setembro, dois dias depois -, o MAI adjudica de forma direta (ou seja, sem concurso) a compra para a PSP de seis veículos blindados antimotim no valor de 5 milhões de euros. Em bom rigor, trata-se de veículos de transporte de pessoal com proteção balística, destinados a operações antimotim e que podem ser usados em zonas urbanas sensíveis. Ora apesar de uma aparente falta de articulação de meios entre a PSP e a Guarda Nacional Republicana (GNR), o que esta aquisição apressada revela é – bem entendido – uma ausência de planeamento faseado e temporalmente distribuído dos gastos orçamentais, designadamente na partilha de meios entre GNR e PSP. Mas – acrescento – este é hoje (e infelizmente para Portugal) um problema de todo o governo.

60.

## A “GREVE” DOS POLÍCIAS - 17-09-2010

---

A anunciada greve dos polícias não é – em bom rigor – uma greve das Polícias: trata-se, na verdade, de uma greve da PSP, uma vez que a GNR não está autorizada a ter Sindicatos; e trata-se da greve de alguns dos polícias da PSP, dado que também nem todos os agentes da autoridade estão representados pelo sindicato que a convocou ou se identificam com esta forma de reivindicação.

Todavia, o anúncio de um protesto formal e com elevado impacto na comunicação social traz consigo – e em meu entender – duas interessantes questões: uma questão de premissa e uma questão de Estado. Começo pela segunda – a questão de Estado: ao anunciarem a convocação de uma greve e prepararem formas de protesto fora da esfera da legalidade, os Sindicatos do sector não deixaram qualquer alternativa ao Diretor Nacional da PSP que não fosse – e muito bem – aplicar a lei; a sua resposta teria necessariamente se ser – como foi - rápida; não fazê-lo, seria o equivalente a ver um magistrado cometer publicamente um crime e esperar que nada acontecesse. Impossível, considerando que o nosso País é um Estado de Direito inserido no espaço de liberdade mas juridicamente regulado da União Europeia. Quanto à primeira – a questão de premissa - importará recordar o seguinte: dificilmente será pela circunstância de a lei passar a permitir aos polícias sem condição militar (chamemos-lhes assim para, no universo do que chamo as duas “Grandes Polícias”, distinguir a PSP da GNR) o direito à greve que as suas reivindicações passarão a ter mais impacto. E isto porque o que está em causa são questões salariais e de expectativas de carreira, e estas deverão ser resolvidas pela via do diálogo responsável com o Governo incluindo, em particular, o Ministro das Finanças. Ou seja: o que se espera é que sejam rapidamente desbloqueadas as verbas que permitam a progressão salarial e de carreira que o atual Diretor Nacional da PSP – certamente que de boa-fé – anunciou internamente.

Estamos, pois, numa situação muito semelhante em Portugal àquela que motivou a greve “selvagem” dos polícias de Nova-Iorque (da NYPD) em Janeiro de 1971: nesse mês, um conjunto de circunstâncias processuais e uma decisão legal tinham gorado as expectativas de milhares de polícias nova-iorquinos e o que se julgava impossível aconteceu. Todavia – e depois de alguns dias de clima tenso – o bom senso das partes acabou por prevalecer, a decisão judicial que estava na origem da falta de verbas foi revista e as reivindicações da NYPD atendidas. Ora, e como afirmou o Deputado do PSD Fernando Negrão, também eu estou em crer que este pré-aviso de greve não será cumprido, e que – acrescentaria – o Ministro das Finanças evitará colocar em causa o seu colega da Administração Interna. Mas – e para memória futura - fica um sério aviso: Estado e Governo que maltrata a sua Polícia é, também, um Estado que está a tratar mal a própria democracia e a liberdade. E estes dois são – estou seguro – valores que qualquer português de bem quererá preservar. Responsáveis ministeriais e políticos, obviamente, incluídos.

61.

## **O “VERÃO NEGRO” DA SEGURANÇA - 03-09-2010**

---

Quando o Presidente da República Cavaco Silva apelou para um “esforço orçamental” em matéria de apoio e proteção das crianças e dos menores em risco deu um sinal de independência e de responsabilidade: chamou a atenção para o investimento no futuro, um investimento que – diga-se com verdade – nem sempre se pode reduzir a critérios imediatistas de gastos e de despesas. No fundo, o Presidente deu também um sinal (depois de um Agosto bastante agitado na segurança interna) da necessidade e da premência do País, em geral, e dos responsáveis políticos e governamentais, em particular, ouvirem os cidadãos, e pensarem (e repensarem) as prioridades que devem orientar a governação da nossa democracia. Por outras palavras: apostar em mudar o presente pode ser o contributo de cada um para melhorar o futuro.

Este seria um raciocínio que – à primeira vista – não traria nada de particularmente novo se – considerando o panorama atual da segurança interna - o chamado “Verão quente da segurança” de 2008 não tivesse dado agora lugar a um “Verão negro”. Infelizmente, o Verão de 2010 ficará no futuro – e como já está à vista de todos – marcado por uma escalada de conflitualidade nas zonas urbanas mais sensíveis (só travada pela pronta intervenção e pela demonstração de um policiamento mais musculado, mas que não resolve os problemas de fundo) e pela tragédia nacional (quer para o presente, quer sobretudo para as gerações futuras) dos incêndios florestais. Acresce que parece estar a ganhar terreno um sentimento – gradual e preocupante – de impotência perante o que o General Loureiro dos Santos chama a concretização de uma ameaça já prevista, resultado do aquecimento global e continuado do planeta. Falo, claro, dos incêndios florestais. Ora este é – em meu entender – um fenómeno novo: é que, perante a repetição de acontecimentos previsíveis no quadro de ameaças globais à segurança das pessoas e do seu património, corre-se o risco da banalização da sua ocorrência. Um risco – também ele – ainda mais sério porque, em boa medida, evitável. Mas como? Essencialmente de duas formas: em primeiro, profissionalizando as estruturas ligadas à proteção civil e aos bombeiros, e criando um Corpo Nacional de Bombeiros, estes sim, profissionais; e aproveitando - de caminho - o enorme potencial dos bombeiros voluntários (uma vez que só existem bombeiros sapadores nos municípios de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Gaia e Setúbal); depois, e em segundo, criando um órgão de tutela que consiga efetivar uma coordenação entre os diferentes Órgãos de Polícia (OP) tornando-os solidariamente responsáveis na sua ação perante os cidadãos, colocando sob a mesma tutela ministerial as grandes polícias e terminando com uma falta de troca de informação e de cooperação (que os cidadãos dificilmente vão continuar a aceitar).

Uma nota de fecho acerca deste “Verão negro”: pensar que a segurança dos portugueses – a segurança nacional – é uma tarefa exclusiva do Ministro da Administração Interna, e que este se pode sempre transformar no escape para todos os problemas de segurança do País é um argumento que as pessoas já perceberam que está ultrapassado. Em definitivo. Dos futuros responsáveis pela segurança nacional esperam-se, portanto, duas coisas: coragem para tomar decisões –

eventualmente difíceis - e indiferença perante os – habituais – velhos e medíocres do Restelo.

62.

## **A PRIVATIZAÇÃO DAS POLÍCIAS - 20-08-2010**

---

Quem tem estado atento a algumas mudanças na segurança interna portuguesa nas últimas semanas pôde constatar dois sinais – aparentemente contraditórios – na definição das fronteiras da tutela no Ministério da Administração Interna (MAI).

O primeiro destes sinais - e como noticiou oportunamente o DN – prende-se com o facto de os guardas noturnos já poderem andar armados durante o serviço com “armas de defesa pessoal, pistola ou revólver, depois de frequentarem o Curso de Formação Técnica e Cívica da PSP”. Uma decisão curiosa, atendendo à circunstância de – no caso dos outros seguranças privados – se tratar ainda de uma questão bastante polémica. Criam-se assim dois estatutos que, em meu entender, são a demonstração da necessidade de existência de uma melhor regulação no sector da segurança privada. É que – claro está – independentemente dos artifícios legais que possam distinguir estes dois tipos de segurança, a verdade é que se trata aqui de duas formas de segurança privada. O outro sinal refere-se a um aparente desperdício de recursos. É que – e também segundo o que o DN apurou – o País ficou esta semana a saber que existem cerca de 300 elementos da extinta Polícia Florestal (PF) “com elevado conhecimento científico e técnico sobre fogos florestais que continuam sem ser aproveitados”. E, de facto, quando estes profissionais de segurança passaram a integrar o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da GNR, em 2006, tudo parecia indicar que as suas competências seriam aproveitadas para a para a investigação de fogos, proteção da floresta, fiscalização da caça e da pesca, sendo que os militares do SEPNA da GNR atuavam primordialmente na área da proteção e fiscalização ambiental. Mas – e apesar do problema nacional do número de incêndios que está a colocar em causa o património ambiental para as gerações futuras – o Governo não parece querer aproveitar este potencial de conhecimento e de ação no terreno.

Para além destes dois sinais – claramente contraditórios e ligados à questão, polémica, das fronteiras entre os domínios da segurança pública e privada -, existe ainda uma outra matéria premente no universo da regulação e da estruturação das competências do MAI: trata-se, concretamente, das Polícias Municipais (PMs). Na realidade, as PMs têm vindo a ser criadas e os seus quadros definidos pelas Câmaras Municipais num ambiente de indefinição: no respeitante a Carreiras, Vínculos e Remunerações o MAI advoga que compete à Secretaria de Estado da Administração Local (SEAL) legislar e regular estas matérias; simultaneamente, as PMs de Lisboa e do Porto têm um estatuto diferenciado das restantes, tendo-se criado assim uma situação de desigualdade entre profissionais que deveriam usar a mesma farda. A somar a tudo isto, coloca-se ainda a questão das competências das PMs, designadamente na manutenção da ordem pública e na investigação criminal, bem como a sua dependência funcional: as PMs nunca poderão ser vistas como uma polícia “privada” das autarquias. Depois – e para o cidadão comum – quando vemos polícias fardados na rua, a expectativa é a de estarmos perante um representante da autoridade, com todas as competências inerentes a um polícia, pago pelo Estado de Portugal para a proteção dos contribuintes. E é por isso que, a muitos títulos, também a luta pela dignificação destes profissionais e da clarificação do seu estatuto me parece justa e de resolução relativamente simples. Assim existam condições políticas e orçamentais.



63.

## **PORTUGAL ESTÁ, NOVAMENTE, A ARDER - 06-08-2010**

---

Para a chamada – de forma cada vez menos precisa – “época dos fogos florestais” foram este ano mobilizados 10.000 homens, 2.100 viaturas e 56 meios aéreos, sendo que – como se lia em artigo do DN de 1 de Julho – o “tempo” tinha sido o “bombeiro de serviço”, tendo então permitido uma redução de 70% da área ardida em relação a 2009. Contudo – e a partir do momento em que o tempo voltou a aquecer e se fizeram sentir temperaturas mais elevadas – regressou esta tragédia coletiva de morte lenta do País. Assim, já no final de Julho – e também de acordo com os dados apurados pelo DN – registaram-se 5524 fogos, mais do dobro dos 2173 de Julho de 2009 e apesar de um investimento cada vez mais significativo nesta fase de mobilização de meios: o dispositivo de 2010 tem um custo orçamental estimado de 103 milhões de euros, mais 66,4 milhões relativamente aos 36,6 milhões de euros gastos em 2005 que foi, recorde-se, um dos piores anos de sempre no historial de combate aos incêndios em Portugal.

Ora tendo triplicado o custo deste dispositivo que mobiliza – até dia 30 de Setembro – um número tão grande de pessoas, de veículos e de aeronaves as duas questões que se colocam são, em meu entender, óbvias: Será que estes investimentos estão a ser corretamente direcionados? Como se justifica que, com o triplo do investimento desde 2005, duplique o número de incêndios de 2009 para 2010?

Ensaieiros – de forma séria – algumas respostas. A primeira destas respostas é necessariamente política e tem a ver com as opções de disciplina de meios e de auditoria da sua eficácia. Continua a ser difícil compreender como é que ainda não se avançou para uma profissionalização da generalidade dos bombeiros, seguindo o exemplo das melhoras práticas internacionais e permitindo a estes homens e mulheres uma formação adequada e – sim, como é óbvio – uma remuneração pelo trabalho que desenvolvem a favor das comunidades. Na verdade, os bombeiros profissionais (remunerados) e os voluntários (não remunerados) são um dos principais exemplos daquilo a que chamo “funções comunitárias de segurança”. Como tal, devem ser ajudados na gestão eficaz e disciplinada de meios e, simultaneamente, apoiados na sua nobre missão. A segunda resposta é de carácter cívico e de cooperação no terreno. É muito difícil de aceitar que – apesar das campanhas “envergonhadas” porque muitas não explicam os procedimentos corretos para evitar os incêndios – continuem a existir pessoas que têm atitudes de grande irresponsabilidade e de incúria perante o bem comum, fazendo queimadas, lançando objetos que podem provocar a ignição de incêndios, ou ignorando os avisos para as limpezas florestais em devido tempo. Por último, a terceira resposta é educacional. Uma vez mais – e infelizmente também nesta matéria – não se assistiu da parte do Governo a uma vontade de criação de uma “cultura de segurança” nas escolas, para cuja promoção se requereria uma cooperação necessariamente mais abrangente daquela que permitem as competências técnicas e orgânicas do Ministério da Administração Interna, criando-se, por exemplo, um “serviço cívico nacional”. É que, como é do senso comum, a educação começa nas escolas e estas – apesar do presente clima de facilitismo – continuam na tutela do Ministério da Educação.

64.

## **A (IN)UTILIDADE DA PJ - 23-07-2010**

---

Estamos num momento de viragem e torna-se urgente que se pense de forma séria – e sem reserva mental - a questão da investigação criminal em Portugal. Pensar esta questão sem reserva mental implica, em meu entender, que se preste uma atenção particular a dois problemas. São – é necessário dizê-lo de forma clara – dois problemas complexos e para os quais ainda é difícil encontrar uma resposta conclusiva.

O primeiro destes problemas é o da partilha da informação na investigação criminal. Na verdade, é hoje em dia voz corrente entre os Profissionais das Forças e Serviços de Segurança (FSS) que muita da informação partilhada tem de ser negociada. Ou seja: um processo que deveria, creio eu, ser natural e fluido é, muitas vezes, objeto de uma (às vezes difícil) negociação entre Profissionais que – à partida – devem estar a trabalhar para um mesmo objetivo. Ora esta pode ser uma questão que assume proporções algo gravosas se considerarmos que as duas Grandes Polícias (PSP e GNR) se encontram na tutela do Ministério da Administração Interna (MAI) e que a Polícia de investigação criminal (PJ) se encontra na tutela de um Ministério diferente, o Ministério da Justiça (MJ). O segundo problema é o da partilha de meios na investigação criminal. Na realidade, é também voz corrente entre os Profissionais das FSS que existe uma contradição operacional entre a distribuição de efetivos no terreno e os meios de investigação a que cada um tem acesso. Ou seja: se a PJ tem vindo a especializar-se progressivamente numa criminalidade que já não está muito “na rua”, a verdade é que continua a ser a PJ que detém os meios essenciais a muita dessa investigação que, recorde-se, é muitas vezes iniciada pelos Profissionais da PSP e da GNR. Esta também é uma questão importante uma vez que os Profissionais da PSP e da GNR são, regra geral, os primeiros a chegar aos locais de ocorrência. O que se percebe: são eles quem está “na rua”. Por fim, um terceiro problema – e que ainda está seguramente na memória recente de muitos – é o da relação com o Ministério Público (MP). Também aqui se percebe bem o problema dos nossos Magistrados: perante milhares de processos que podem ter em mãos, olhando depois para o número de Profissionais da PJ e percebendo que estes - por mais boa vontade que demonstrem - não possuem humanamente capacidade para dar resposta a todas as suas solicitações, o que fazer então? A resposta tem sido óbvia: começar a recorrer aos Profissionais da PSP e da GNR que – com o passar do tempo – também têm vindo a ganhar experiência na investigação criminal.

Por tudo isto, creio que seria de grande interesse para todos que se pensasse - de forma séria e sem reservas, repito - como reorganizar o papel da PJ num futuro modelo de Sistema de Segurança Interna. Deixo – a título de exemplo – duas pistas para discussão: Não seria porventura mais útil ter uma Agência altamente qualificada funcionalmente independente no quadro do MAI? E não seria porventura mais interessante que o modelo de colaboração entre essa Agência e o MP assentasse numa clara definição de prioridades. À semelhança do que se faz – e em meu entender bem – na Inglaterra com a SOCA (*Serious Organised Crime Agency*)? Fica, pois, o repto.

65.

## **LIDERANÇA E SERVIÇOS SECRETOS - 09-07-2010**

---

Quando, em Abril de 2006, os jornalistas do *New York Times* perguntaram a Mark Lowenthal – uma lenda viva dos serviços de informações – qual era a sua opinião acerca da nomeação (e do primeiro ano de trabalho) de John Negroponte – que ocupou entre 2005 e 2007 o cargo de Diretor Nacional de Informações dos Estados Unidos da América (um cargo equivalente ao Secretário do Sistema de Informações da República Portuguesa), ele foi perentório: “há um défice de liderança que não foi preenchido”. Negroponte abandonaria o cargo em Janeiro de 2007.

Esta pequena história ilustra – a meu ver muito bem - um dos principais problemas com que os serviços secretos se confrontam hoje em dia: o da liderança. E este é um problema que se pode compreender melhor se refletirmos um pouco acerca da natureza da missão e dos objetivos dos serviços de informações.

Por um lado, se as missões a que estes órgãos da hierarquia dos Estados Democráticos são acometidos têm, pela sua natureza, um carácter que terá de ser desconhecido da generalidade das pessoas, a verdade é que, e por outro lado, estas missões dificilmente serão bem desempenhadas se houver uma ausência de sentido de missão. Não se trata aqui – bem entendido – de jogar com as palavras: se os agentes dos serviços de informações têm de agir constantemente a coberto dos olhares inimigos (em princípio, indiscretos e externos), internamente, nas estruturas a que pertencem, é fundamental que sejam estimulados a desempenhar bem as suas operações. No fundo, a sentirem que aquilo que fazem é reconhecido como útil para o País (e há aqui, naturalmente, um sentido de patriotismo que creio ser sempre louvável). Compreende-se assim que – aliás como em qualquer outra organização ou empresa – o líder saiba reconhecer (e dar a conhecer a quem de direito) um trabalho bem desempenhado, uma missão bem-sucedida.

Uma outra questão que também se liga com a liderança é a dos objetivos dos serviços de informações. Conheço bem aquilo que costumo chamar o “drama da justificação da existência” dos serviços. Mas justamente como nos ensina a leitura da obra de Vasili Mitrokhine – um antigo funcionário do KGB que coligiu metodicamente um grande arquivo de operações encobertas – há sempre uma “outra verdade” que a grande maioria das pessoas desconhece e que, algumas vezes, os próprios decisores políticos prefeririam desconhecer. Ora é também nestes momentos – e como julgo que se perceberá pelo raciocínio anterior -, que se torna fundamental uma liderança carismática, que saiba fazer perceber àqueles a quem os serviços servem e devem lealdade e obediência, a importância do trabalho que estes fazem, das operações que executam, ou dos relatórios que produzem. É que – sejamos claros – a informação privilegiada que os serviços secretos e de informações dos governos produzem (e aquela a que têm acesso) é de um valor inestimável. E esta pode – nos momentos certos – fazer toda a diferença. Assim existam lideranças à altura, capazes de reconhecê-la e dela tirar partido. E nunca em benefício próprio: sempre – e bem entendido - a bem dos interesses do nosso País.

66.

## **FORÇAS ARMADAS: INÚTEIS OU INDISPENSÁVEIS? - 25-06-2010**

---

A discussão acerca do papel das Forças Armadas (FAs) no quadro do Sistema de Segurança Interna (SSI) é muito interessante e deve – em meu entender – ser estimulada num futuro próximo.

Todos reconhecemos às FAs um perfil doutrinário de elevado sentido de Estado e de lealdade para com o País. Mais: diria até que existe um sentimento – partilhado pela generalidade dos portugueses – de uma capacidade de trabalho e de orientação para um objetivo comum que é característico das FAs. Aliás, é justamente esse sentido de Ética Republicana que torna a generalidade dos seus membros imunes à corrupção e a desvios de comando. E é também por esse motivo que até há bem pouco tempo existiam diversos membros das FAs a desempenhar funções de grande responsabilidade pública e política. Destes – e para não ser injusto para os demais – recordo o General António Ramalho Eanes, Presidente da República entre 1976 e 1986. O mesmo que também foi apoiante da candidatura do Professor Cavaco Silva, personalidade com o perfil de uma certa austeridade e contenção em que os portugueses – em minha opinião – de certo modo se revêm e – de algum modo - aproximam de uma “figura militar”.

Ora considerando este quadro ético (acima de qualquer suspeita) e de hierarquia de comando definida e – para utilizar uma metáfora mecanicista – “bem oleada”, seria então de esperar uma maior aceitação da parte da sociedade civil em relação ao papel das FAs. Mais: deveria ser encarada com alguma naturalidade uma utilização mais alargada das competências das FAs no SSI. Contudo – e uma vez resultado da ausência de definição de um modelo coerente – a verdade é que a Lei de Segurança Interna (LSI) pareceu relegar o papel das FAs no SSI para um plano subsidiário. Secundarizou-as e mitigou o seu potencial de serviço ao País. E – de certo modo – compreende-se: perante uma situação de impasse em que o legislador português ainda não conseguiu (ou – simplesmente – não pôde) definir e tornar claro qual o Modelo de Polícia que pretende para as próximas décadas, seria mais difícil (para não dizer impossível) clarificar o papel das FAs no SSI, assim como a sua conjugação com as Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Que as FAs podem atuar em situações extremas, de ataques terroristas, de catástrofes naturais, de acontecimentos que ameaçam o normal funcionamento da nossa sociedade, parece-nos relativamente consensual. Mas o que seria interessante saber – e este era o passo que realmente poderia ter dado - era se o legislador pretenderia (ou não) aplicar um conceito de FAs “internas”; prontas para atuar nas situações extremas já definidas na LSI mas também capazes de fazer a segurança interna de instalações e de edifícios considerados como “pontos críticos”; e também com capacidade para atuar no domínio da segurança interna em conjunto com as “forças especiais” das FSS. Evitar-se-ia, assim, um sentimento de desfavorecimento simbólico e orçamental das hierarquias e dos militares em relação às polícias. E clarificar-se-ia - de um modo inteligente - a justificação da existência (num Mundo em que as ameaças mudaram de natureza e o inimigo “não tem rosto”) dos nossos militares.

67.

## O QUE FAZER COM A PJ? - 11-06-2010

---

O tema da integração, ou não, da Polícia Judiciária (PJ) numa tutela governamental diferente da atual existe é relativamente polémico. Quase um tabu. Contudo – e numa conjuntura de reforma e de crise como a atual – entendo ser pertinente que se pense, sem preconceitos, esta questão.

Falar do lugar de uma polícia de investigação no sistema de segurança interna implica – a meu ver – explicitar, à partida, qual é o Modelo de Polícia que se pretende para Portugal. Ora se considerarmos que – por razões de eficácia da ação policial e de racionalidade orçamental – faz sentido que se caminhe para um modelo de Polícia Nacional, então de certeza que – para a generalidade das pessoas – faz muito pouco sentido que as duas grandes polícias – PSP e GNR – continuem separadas. Aliás, a verdade é que estou – plenamente – convencido de que a maioria dos cidadãos nem compreende, ou sequer conhece, a razão desta separação entre PSP e GNR. E – perante a explicação de que a PSP atua nas zonas urbanas e a GNR nas zonas rurais – a perplexidade persiste.

Falar do lugar de uma polícia de investigação no sistema de segurança interna implica, além disso, perceber a natureza do tipo de ameaças e da nova criminalidade que o país, num mundo fortemente globalizado como hoje é o nosso, enfrenta. Assim sendo, e perante uma criminalidade mais violenta, e em face de um aumento dos crimes mais graves e genericamente mais complexos, colocam-se – no imediato – duas questões. Em primeiro, a questão de uma lógica de divisão territorial: parece-me lógico que o princípio da investigação seja o da especialização e o do tipo de crime e, nunca, o do território. Ou seja: parece-me também lógico – muito embora, e segundo notícias recentes, nem todos o entendam assim – que se distribua a investigação por brigadas especializadas que poderão atuar em qualquer ponto do país, e não segundo o princípio das zonas e dos locais onde ocorrem os crimes. Evitar-se-ia, desta forma, uma polémica recente em que o Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa e o de Sintra se interrogavam acerca de quem teria competência para investigar os crimes ocorridos entre a Amadora e Sintra. Uma discussão que - aos olhos do cidadão comum - corre o risco de parecer bizantina. Em segundo, coloca-se a questão da lógica das chamadas competências reservadas: uma vez mais, e perante a necessária interoperabilidade de bases de dados e de partilha da informação entre as polícias, creio que seria lógico o princípio do funcionamento de equipas mistas, coordenadas no topo pelo responsável de uma Polícia Nacional. Isto é: para crimes em que a sua natureza, complexidade, lógica de operações em rede, ou *modus operandi* difuso, aconselham uma investigação mais demorada e com recurso a profissionais de elevada qualificação e competência, seria de esperar que se constituíssem equipas de elite, independentemente da “polícia” a que pertençam. Evitar-se-ia, deste modo, abrir uma outra discussão - que a generalidade das pessoas nem sequer entende – acerca de quem terá competência para investigar as questões ligadas aos terrorismo, por exemplo.

A PJ – com o mérito e o prestígio que hoje lhe são reconhecidos – tenderá, com o correr do tempo, a tornar-se numa polícia como as outras. E os seus cerca de 4.000 efetivos terão de entender que o seu peso nos cerca de 55.000 homens das duas

grandes polícias (PSP e GNR) é relativo. Por isso, o caminho é o da cooperação e, eventualmente, da integração.

68.

## **MORRER NA PRAIA - 28-05-2010**

---

No fim-de-semana passado morreram cinco pessoas nas praias portuguesas. Um número assustador, se considerarmos que – durante a época balnear de 2009 – se registaram sete mortes e que, assim sendo, só o fim-de-semana passado representa mais de dois terços do número total de vítimas da época balnear do passado Verão.

Ora se estes acidentes - trágicos – representam comportamentos negligentes e – aparentemente – uma falta de cultura de segurança, também é verdade que as políticas de segurança, em geral, e de proteção civil, em particular, devem constituir uma dimensão nobre num sistema de segurança interna de um país moderno e desenvolvido. Assim sendo, espera-se um comportamento proactivo dos responsáveis pelas Forças de Segurança (FS) e, naturalmente, um desbloqueio de eventuais obstáculos à mobilização e à participação de cidadãos anónimos que, generosamente, possam dar um contributo para minorar a probabilidade de ocorrência deste tipo de situações. É pois de saudar a iniciativa dos pescadores da Costa da Caparica (zona de praia próxima de Lisboa e onde ocorreram três das cinco mortes por afogamento no Sábado passado) que se disponibilizaram para – de forma gratuita - começar a patrulhar as praias. Pelo contrário o que - obviamente - espanta é a posição das FS e das Autoridades de Segurança Interna uma vez que – segundo noticiou o DN - os pescadores têm tentado oficializar este projeto de cidadania com a Capitania do Porto de Lisboa mas ainda não terão conseguido reunir com a Autoridade Marítima. Esta última – ao que parece - não se terá pronunciado sobre a intenção de ajudar à vigilância das praias dos cerca de 200 pescadores.

Para além deste incompreensível desprezo pela iniciativa potencial da sociedade civil (e deve recordar-se que quando falamos de segurança – e em particular de segurança interna – a negligência pode significar a morte de pessoas) também surpreende a falta de resposta, em tempo útil, às pretensões da Federação Portuguesa de Concessionários de Praia e da Liga dos Bombeiros Portugueses. Segundo o DN, estas duas associações defenderam a necessidade – mais do que compreensível - de as praias serem vigiadas pelas estruturas de socorro fora da época balnear oficial, com o objetivo de minimizar o impacto de comportamentos negligentes. Seria, justamente, tempo de estas associações serem ouvidas e de se perceber que, tal como aconteceu com os fogos florestais, as alterações climáticas em curso no Planeta vão obrigar a redefinir conceitos na segurança interna. E tal como já não existe uma “época de fogos”, também já deixou de fazer sentido falar em “época balnear” uma vez que as nossas praias podem ser hoje frequentadas pelo menos de Fevereiro a Outubro (com algumas intermitências, obviamente).

Um tal problema da adequação de meios e de recursos na segurança interna é, portanto, um problema político. Que merece – naturalmente - uma resposta rápida e consentânea com as necessidades das pessoas para evitar que tragédias como esta se repitam. E evitando assim que um local de lazer – como são as magníficas praias portuguesas – se transforme, uma vez mais, num local de morte.

69.

## **MORRER NA ESTRADA - 14-05-2010**

---

Em Portugal continua a morrer-se na estrada. Apesar disso, a Estratégia de Segurança Rodoviária é ainda – e infelizmente - um parente pobre na Segurança Interna. Normalmente é apresentada em último lugar quando se pensa em políticas públicas de segurança. Foi o que aconteceu justamente na apresentação da Estratégia Nacional do Ministério da Administração Interna.

Se aponto este facto como um possível indicador para que se deva – em benefício de todos os cidadãos – atribuir uma maior relevância a estas matérias no futuro, isto não significa que o atual Governo pouco tenha feito neste domínio. Até pelo contrário, o Governo tem estimulado o debate de alto nível e uma ação mais visível da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR). Vejamos dois exemplos.

Um primeiro exemplo pode ser dado ao nível da adoção da Carta Europeia de Segurança Rodoviária (CESR), lançada em 2004 em Bruxelas. A CESR considera que o número atual de vítimas de acidentes de viação na Europa se encontra a um nível inaceitável, donde decore a importância de tomar as medidas mais eficazes para reduzir este número no mais curto prazo possível. Considerando que é indispensável uma ação coordenada entre as muitas partes que têm uma responsabilidade neste domínio, e entendendo que existem medidas eficazes para incentivar os utilizadores da estrada a aplicarem as regras de segurança, na CESR subscreve-se o objetivo de uma redução de, pelo menos, 50% das mortes no horizonte de 2010. Um compromisso de cidadania, portanto.

Um segundo exemplo decorre da necessidade, assumida pela própria União Europeia, de estudar de forma fundamentada as medidas de redução da condução sob o efeito do álcool. Na verdade, há mais de 40000 mortos nas estradas europeias cada ano, número muito superior às mortes por acidentes aéreos! Além disso, há 3 milhões de pessoas feridas todos os anos na União Europeia em acidentes rodoviários. Ora considerando que, no caso de Portugal, 2% dos condutores fiscalizados com taxas de alcoolemia superiores aos limites legais correspondem a 25% das mortes na estrada, percebe-se a necessidade – assumida pela ANSR – de intervenção sobre estes grupos de risco. Mas também aqui, e apesar de tudo o que já foi sendo feito, existirá uma necessidade de aumentar a proactividade das Forças de Segurança. Se é verdade que foram feitos cerca de 800.000 testes a condutores para despistar a eventual condução sob o efeito do álcool, a verdade é que ainda estamos longe do valor de 1.200.000 recomendado pela União Europeia. Uma questão a trabalhar com atenção, portanto.

Depois, e se seria desejável - como inicialmente disse - que a Segurança Rodoviária deixasse de ser encarada – a par da Proteção Civil – como uma área de menor investimento na Segurança Interna, é também uma realidade que se espera uma vontade política mais séria na introdução de novas tecnologias neste domínio. Estou a pensar, muito concretamente, numa rede nacional de radares nas estradas e em mecanismos tecnológicos inibidores da condução sob o efeito de álcool. Medidas acompanhadas – é claro – de meios humanos adequados à fiscalização e à imposição de sanções. E em benefício – obviamente – das vidas humanas que assim serão poupadas.



70.

## **FIGURA INÚTIL? - 30-04-2010**

---

A criação, defendida pelo atual Ministro da Administração Interna Rui Pereira, do Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI) – apelidado por alguns de “Super-Polícia” – foi uma medida bem-intencionada. Corresponhia a uma necessidade, aliás sentida pela generalidade dos Altos Responsáveis das Forças de Segurança (FS), de uma mais eficaz e atempada coordenação no universo da Segurança Interna.

Neste contexto, a Lei de Segurança Interna (LSI), de 2008, explicitava que as medidas a tomar no âmbito da segurança interna visavam (e ainda visam, obviamente) “proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenir e reagir a acidentes graves ou catástrofes, a defender o ambiente e a preservar a saúde pública” – como se pode ler no n.º 3 do artigo 1º da referida LSI. Depois - e mais adiante no n.º 3 do seu artigo 7º - a LSI explicitava concretamente que a “Assembleia da República aprecia anualmente um relatório, a apresentar pelo Governo até 31 de Março, sobre a situação do País em matéria de segurança interna, bem como sobre a atividade das forças e dos serviços de segurança desenvolvida no ano anterior”; com esta redação estava – em meu entender – preparado (e bem, diga-se) o caminho para que o chamado Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) pudesse ser revisto na sua forma e conteúdos. Teria sido bom. E ter-se-iam evitado as perplexidades – destacadas pela jornalista do DN Valentina Marcelino no seu artigo de 14 de Abril – resultantes da falta de contabilização de mais de 11 mil crimes (11621 para sermos exatos) no RASI. Há, ao que parece, uma explicação para o facto: segundo o gabinete do SGSSI, e citando o mesmo artigo do DN “uma justificação possível é o facto de o RASI contabilizar apenas as informações da PJ, GNR e PSP, enquanto a DGPJ conta também os crimes participados a outros órgãos de polícia criminal, como a ASAE, ou o SEF ou aqueles que chegam diretamente ao Ministério Público”. Acontece, todavia, que nas atribuições e competências do SGSSI – cargo atualmente ocupado pelo Juiz Conselheiro Mário Mendes, que tomou posse em Outubro de 2008 – também se inclui, entre outras, o “(...) tratamento, consolidação, análise e divulgação integrada das estatísticas da criminalidade” – como aliás também se pode ler na alínea d) do artigo 17º da já referida LSI.

Polémicas com números à parte, a verdade é que passou mais de um ano e meio sobre a nomeação do atual SGSSI. Ora que conclusões se podem retirar do atual mandato? A meu ver, e pese embora as dificuldades que semelhante cargo acarretaria à partida (mas para as quais - estou seguro - o sentido de missão e de Estado do seu atual ocupante o terão preparado) o balanço é globalmente negativo: falta insistir e trabalhar na coordenação, designadamente ao nível do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) e da interoperabilidade das Bases de Dados (o chamado “Google” da investigação); falta promover a realização operações conjuntas das FS que contribuam para um sentido comum de missão; e falta ainda, entre muitas outras, realizar uma comunicação eficaz e efetiva (e em tempo real), de modo a evitar uma situação – como a que foi destacada pelo DN de ontem – em que a Europol afirmava que, desde 2009, Portugal é considerado como palco de bases logísticas da ETA (apenas descobertas este ano).

Por tudo isto, no contexto atual o SGSSI arrisca tornar-se uma figura inútil. Sem peso no Sistema de Segurança Interna. Pouco credível na ação. Acredito que será desejo de todos, a começar pelo próprio, que a situação se altere.

71.

## UMA POLÍCIA ÚNICA? - 16-04-2010

---

Esta crónica poderia começar com o mesmo título – “Uma Polícia única?” – mas sem o ponto de interrogação. Seria, todavia, uma precipitação na forma e no raciocínio, se bem que existam – desde há cinco anos para cá, concretamente desde 2005 – sinais claros que apontam no sentido da unificação das Polícias portuguesas.

Unificação não significa – deixemos desde já claro – univocidade. A potencial existência de uma Polícia Nacional, única no seu figurino orgânico, não significará, naturalmente, um tratamento indiferenciado das suas atribuições e competências. Bem pelo contrário, os princípios devem ser – em meu entender – dois: o princípio da especialização, com a criação de unidades orgânicas de intervenção nacional e, eventualmente, internacional com competências claramente definidas; e o princípio da complementaridade, pensando-se na intervenção das Forças Armadas (FA) em território nacional nos momentos e circunstâncias em que a intervenção das Forças de Segurança (FS) se revele, pela sua natureza e meios, menos adequada. Este princípio de complementaridade na ação entre as FA e as FS já tem, aliás, sido testado em operações conjuntas – e, diga-se, muito bem-sucedidas – no território português. Mais: num momento em que a União Europeia discute um conceito integrado de segurança (e, portanto, de segurança interna) está necessariamente aberto o debate sobre o papel a desempenhar pelas FS e pelas FA na segurança e na defesa do território e das pessoas.

Naturalmente que a questão da unificação das Polícias apresenta outras especificidades. Por exemplo, a motivação para a eficácia das FS será a de “fazer mais com menos” – para citar o Estudo da Consultora Accenture, de 2006 -, reduzindo custos e simultaneamente melhorando a qualidade no serviço prestado às populações. Como é que isto será possível? Essencialmente de três maneiras. Em primeiro, libertando recursos humanos uma vez que existem, e ainda segundo o mesmo Estudo, pelo menos 6000 efetivos das FS afetos a funções de suporte, que portanto desempenham funções não operacionais de polícia; estes poderão ser reconduzidos para outros serviços da Administração Pública. Em segundo, poupando dinheiro, uma vez que a unificação das Polícias permitiria ganhos estimados superiores a 100 milhões de euros por ano, e isto considerando apenas a redução dos custos de formação e de pessoal. Por fim, e em terceiro, unificando serviços e procedimentos, permitindo assim racionalizar gastos e simultaneamente pensar na qualidade do atendimento dos potenciais “clientes” das polícias que, afinal, somos todos nós.

Estou, obviamente, consciente de que esta é uma matéria que carece de discussão e, inevitavelmente, de algum consenso. Aliás – e no quadro do *Think Tank* organizado pelo Observatório de Segurança Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT) na passada terça-feira para a análise do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) – o Deputado do PSD Fernando Negrão considerou que este é o momento para se começar a pensar nesta unificação mas o presidente do OSCOT, José Manuel Anes, achava que ainda é cedo para se tratar o tema. Discordo. Estou bem consciente – pelos contactos que tenho feito, pelos responsáveis que tenho ouvido – de que existe uma vontade genuína de debater o tema. Fica o desafio.

72.

## **OS NÚMEROS DO CRIME - 02-04-2010**

---

A divulgação das estatísticas da criminalidade reportada em Portugal em 2009, feita nas Jornadas de Segurança promovidas pelo Ministério da Administração Interna (MAI) na semana passada permitiu conhecer – em traços muito gerais – o perfil das alterações verificadas neste domínio.

Assim, e de acordo com os números do RASI (Relatório Anual de Segurança Interna) a criminalidade participada (ou seja, a que está contabilizada a partir das queixas efetivamente apresentadas pelos portugueses às Forças de Segurança - FS) registou um decréscimo de 1.2% em relação a 2008. Contas feitas, em 2008 tivemos 421037 participações de crimes em Portugal, enquanto que em 2009 foram 416058. Por si só – e a meu ver – não podemos considerar que nos últimos anos haja algo de particularmente diferente neste ponto. O padrão da criminalidade em Portugal tem mantido três grandes tendências: uma tendência de territorialização (cidades mais populosas e menos seguras, diminuição das participações à GNR que opera fora das zonas urbanas); uma tendência de lateralização da criminalidade grave (intervalo de 2% para valores entre 4% e 6% do peso destes crimes na criminalidade total); e uma tendência para a persistência da criminalidade de malha fina contra o património (com valores acima de 50%).

Salvaguardada a integridade das estatísticas - dado que seria impensável e irresponsável uma pressão para a redução da criminalidade reportada (feita por este ou por qualquer outro Governo) -, a utilização de instrumentos de gestão e de planeamento operacional deve ser agora – em meu entender – a principal prioridade do sistema de segurança interna. E se um investimento no planeamento prospetivo poderá ser arriscado, ou mesmo uma pura perda de tempo (há sempre fatores imponderáveis, pelo que planear a 10 ou 15 anos é algo quase impossível), a verdade é que – perante tendências estatísticas globalmente convergentes nos últimos 10 anos - a criminalidade moderna exige uma ação policial unificada. As FS devem, portanto, estar dotadas de um aparelho dissuasor do crime, quantitativa e qualitativamente adequado à sua missão, e simultaneamente pensado a partir de um organismo central. Ou seja: continua a ser legítimo que os cidadãos esperem uma resposta – rápida e adequada – do sistema de segurança interna à criminalidade que os toca mais de perto, sendo dificilmente entendível pelo cidadão comum alguma lentidão na definição de um modelo de polícia.

Assim, e entre outras, a implementação operacional e no terreno do policiamento de proximidade - com efetiva visibilidade e ligação às pessoas –, a clarificação das competências daquela que poderia ser uma polícia nacional, e a sua diferenciação em relação às polícias locais – ditas municipais - são mudanças desejáveis. Que ainda tardam. Para além de discussões (quase bizantinas, diga-se) em torno de décimas nas estatísticas (muito embora cada experiência de vitimação seja sempre muito traumática e deva, naturalmente, ser tratada com todo o cuidado e respeito) a polícia do futuro deve ser única na sua ação e unívoca no planeamento. Politicamente, sei que esta é uma decisão difícil. Socialmente, estou certo da sua utilidade. Orçamentalmente, os benefícios são cada vez mais claros...



73.

## A POLÍCIA DO FUTURO - 19-03-2010

---

O DN da passada terça-feira publicou, em exclusivo, uma notícia a propósito do Relatório de Análise da Criminalidade elaborado pela PSP (Polícia de Segurança Pública). Esta é – sem dúvida - uma boa notícia: a Polícia do futuro usará as estatísticas como “arma”. Na verdade, hoje em dia uma análise estatística mais apurada da criminalidade constitui um instrumento de gestão indispensável para uma política de segurança moderna. Além disso, as estatísticas do crime serão - num futuro próximo, e à semelhança do que tem acontecido na generalidade dos países desenvolvidos - um instrumento fundamental para a avaliação do desempenho das Forças de Segurança (FS). Aliás, estes modelos de análise de estatísticas relevam do chamado *Compstat*, designação dada pela NYPD (*New York City Police Department*) a uma filosofia de policiamento baseada na Qualidade Total e na abordagem à prevenção e redução do crime recorrendo às ferramentas de *GIS* (*Geographic Information Systems*), datada da década passada. Pode, assim, saber-se em concreto que tipos de crimes ocorrem em locais específicos e quais os perfis e as probabilidades de alguém ser vítima de um tipo específico de crime. Existem diferentes tipos de crimes, que ocorrem em locais e a horas diferenciadas pelo que - com a evolução da criminalidade - se tornará inevitável um aperfeiçoamento nos modelos de policiamento com a decorrente diferenciação dos meios policiais no terreno.

Voltando ao documento em questão, é de notar que este Relatório Analítico - produzido pelo Departamento de Informações da PSP - é de uma qualidade e rigor técnicos que se saúdam. Portanto, valerá a pena que os seus resultados sejam olhados com a atenção que merecem. Em termos de perfis traçados, os dados vão de encontro às tendências da criminalidade em sociedades de risco e desenvolvidas: assegurada que se encontra a ordem pública, é a pequena criminalidade que encontra uma expressão mais significativa junto dos cidadãos. São os furtos em veículos, em residência, por carteirista, e o roubo a pessoas na via pública (exceto esticção) aqueles que devem merecer uma maior atenção da parte das FS. Neste sentido, medidas de prevenção situacional da criminalidade e de policiamento visível e de proximidade, conjugadas com mecanismos preventivos de dissuasão (como a videovigilância e a segurança privada) parecem-me muito recomendáveis numa Estratégia de Segurança. De notar ainda que – e de acordo com os dados do referido Relatório - cerca de 90% dos suspeitos têm entre 16 e 44 anos, e que entre as 18h00 e as 21h00 ocorre um pico na criminalidade reportada em Portugal. Considerando estes dados, espera-se aqui uma atuação proactiva, não apenas das FS mas também dos cidadãos. Neste quadro - e tal como tenho defendido - uma Polícia de Visibilidade e a celebração e posterior avaliação de Contratos Locais de Segurança poderão ser determinantes para reduzir os níveis de criminalidade em Portugal.

Como última nota, devo dizer que os dados da criminalidade participada a que o DN teve acesso neste Relatório vão de encontro - no geral - aos resultados do Inquérito Nacional à Vitimação, que Coordenei e cujos resultados serão publicamente apresentados em breve. Espero – muito honestamente – que esse também venha a ser mais um contributo para uma informação clara e objetiva em matéria de segurança.

74.

## **E SE ACONTECER UMA CATÁSTROFE MAIOR? - 05-03-2010**

---

Depois da catástrofe natural e da tragédia humana do dia 20 de Fevereiro na Ilha da Madeira – que se deveu a uma forte precipitação com implicações nos níveis dos leitos das ribeiras, provocando mais de 48 mortes (o Arquipélago terá atualmente uma população de cerca de 246700 habitantes) – é agora tempo de pensar prioridades em matéria de proteção civil. Para tanto há, a meu ver, três questões a merecer atenção em matéria de políticas de segurança.

Em primeiro, a questão de fundo do planeamento urbanístico e das populações que podem – e, muito provavelmente, devem - ser realojadas. E estou a pensar mesmo em intervenções de fundo que, num esquema de articulação de Parcerias Público-Privadas por exemplo, permitam a requalificação urbanística de zonas sensíveis e de risco, criando ao mesmo tempo emprego durante e após esse processo. Aliás, existe uma escola importante nos Estados Unidos da América, concretamente na zona de Boston, que pode servir de modelo para estas intervenções: é possível requalificar urbanisticamente, estimular as redes de comércio e as microeconomias locais e assim - e em simultâneo - reduzir o risco de ocorrência de catástrofes e de crimes. Em segundo, a questão da interoperabilidade de meios. Trata-se aqui de um problema com um alcance mais vasto uma vez que, quando falamos de proteção civil e de situações de emergência ou de calamidade pública, estamos simultaneamente a falar de capacidade de deslocação de meios para o terreno e de comunicação com esses meios. Ou seja: terá de existir uma rede de comunicações eficaz que responda – e em tempo real - às necessidades de articulação das forças no terreno, assumindo-se que as competências de cada uma dessas forças se encontram claramente definidas e que estas atuam sob comando unificado. Muito embora, e em termos práticos, este possa ser um comando conjunto, no sentido de que deve ser alimentado pela indispensável partilha de informação nas chamadas “salas de situação”. Em terceiro – mas não menos importante – a questão da previsão. Existem atualmente casos de disponibilidade de meios e de boas práticas em matéria de proteção civil que já deram bons resultados no passado recente. Existem - na verdade - Governos Cívicos em que a Proteção Civil funciona de forma tecnologicamente avançada e com uma acuidade na prevenção e na resposta a riscos que devem, em meu entender, servir de exemplo de boas práticas. Isto para além da necessária elaboração de cartas de risco. Ou seja: o que o balanço da catástrofe na Madeira permite perceber é que um investimento nas boas práticas da proteção civil é agora uma prioridade.

Sei que tenho repetidamente apelado a um aumento do investimento em matéria de segurança. Creio que os factos recentes não apenas têm dado razão a este meu desiderato, como também confirmam a sua premência. Investir em segurança significa, em diversas situações e perante diferentes fontes de perigo, poder salvar vidas humanas. E – ao que ainda parece – estas têm valor incalculável num Estado de Direito e numa democracia moderna como pretende ser a nossa. Por tudo isto, a necessidade de investir mais é agora a lição que - infelizmente da pior forma - se espera ter sido aprendida no dia 20 do mês passado...

75.

## **HÁ, OU NÃO, DINHEIRO PARA GARANTIR A SEGURANÇA? - 19-02-2010**

---

A segurança é hoje uma função nobre do Estado. Este tem de ser, a meu ver, um aspeto entendido e objetivado nas políticas de segurança. Ora isso que passa, incontornavelmente, por uma dotação orçamental consentânea.

Sem verbas, e mesmo trabalhando, naturalmente, por fases e com objetivos definidos, o Ministério da Administração Interna (que até, mais corretamente, se deveria chamar Ministério da Segurança) e o titular da respetiva pasta dificilmente poderão fazer face à atual frente de ameaças e de fontes de perigo para as pessoas e bens. Uma realidade que tem de ser claramente entendida pelo poder político: por este, como por qualquer outro Governo em funções. Não se trata aqui – bem entendido – de fazer demagogia com ideias simples, apresentando o argumento de que mais dinheiro para as Forças de Segurança (FS) representa um remédio imediato para um - hipotético - aumento da insegurança. Agora aquilo que deve ficar bem claro é que uma demonstração pública de vontade política na qualificação das FS tem, inevitavelmente, de passar pela questão orçamental. Assim sendo, a diferença apontada de mais de 206 milhões de euros nas verbas atribuídas pelo Orçamento do Estado para 2010 às FS e um aparente investimento 5 vezes superior na GNR em relação à PSP – o investimento previsto para a PSP é de 472 700 euros (num orçamento total de 709 932 399 euros), enquanto para a GNR é de 2 845 428 euros (num total de 889 234 106), de acordo com os dados publicados pelo DN, deverá então clarificada no seu contexto. Ou seja: se o Ministério da Administração Interna explica esta discrepância nos valores orçamentais com facto do investimento governamental na PSP se encontrar no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), e também com o facto de a GNR ter um investimento próprio como contrapartida do projeto de vigilância da costa (de acordo com notícia do Correio da Manhã), então talvez este seja um bom momento para justificar a importância dessas orientações orçamentais. Nomeadamente na futura Estratégia de Segurança Interna para 2010.

Aliás, e como sempre tenho vindo a defender, um aumento dos níveis de segurança da nossa população – quer por via indireta, criando condições para libertar para funções mais operacionais os agentes das diversas Forças de Segurança que fazem trabalho administrativo, quer por via direta, investindo na qualificação, formação e dignificação das nossas Polícias - deve ser, no atual contexto, um objetivo claramente assumido pelo Governo. Estou obviamente seguro de que – do lado dos cidadãos e da opinião pública – não será difícil compreender e apoiar esta política. Até porque temos uma boa Polícia, com agentes empenhados e dedicados, mau grado as condições em que trabalham e a falta de meios com que muitas vezes se debatem. Se a situação persistir por muito mais tempo – e ela já se tem vindo a arrastar ao longo dos últimos nove anos, apesar do esforço considerável do atual Ministro – corre-se um risco sério. O risco de os meios privados de prevenção e de combate à criminalidade serem superiores aos meios do Estado. E essa não é – como facilmente

se perceberá – uma situação tolerável num Estado de Direito democrático, membro de pleno da União Europeia.

76.

## **PARA QUANDO UMA ASAE NA SEGURANÇA INTERNA? - 05-02-2010**

---

A questão da regulação é hoje um aspeto determinante para uma política de segurança interna. Ora por regulação entendo um mecanismo legal e operativo eficaz, capaz fiscalizar e de fazer cumprir regras, procedimentos de certificação, procedimentos de alerta, ou outros considerados indispensáveis à segurança de pessoas e de bens num dado País.

Assim sendo – e importa esclarecê-lo desde já – o que preconizo é a existência de uma Agência que, à semelhança do que acontece, por exemplo, no Reino Unido com a *Information Commissioners' Office* para a proteção das informações pessoais e o *Centre for the Protection of National Infrastructure* para as infraestruturas críticas tenha competência para certificar e fazer cumprir as leis e os normativos nacionais e internacionais em matéria de segurança interna. A este propósito, permitam-me então que avance com três exemplos. Em primeiro, no que toca às chamadas auditorias de segurança. Estas englobam, basicamente, duas áreas de abrangência: a auditoria de segurança física, de comunicação e de operações, com a definição de pontos e infraestruturas críticas; e a auditoria de certificação de segurança, com parametrização de acessos e classificação da informação. Aqui interessaria, e já no curto prazo, formar e credenciar um conjunto de profissionais que estariam habilitados a fiscalizar e a certificar nestes domínios. Em segundo, permitam-se que avance com o exemplo da fiscalização das bases de dados e dos sistemas tecnológicos de segurança, designadamente de videovigilância. Também aqui as lições e as práticas internacionais demonstram a necessidade de ter uma estratégia de certificação e de verificação técnica de equipamentos físicos e de software. Por fim, e em terceiro, deixem-me avançar com uma nota sobre a chamada proteção de infraestruturas críticas. Esta é uma matéria na qual, e muito em particular, se espera uma ação integrada entre poderes públicos e atores privados. Trata-se de conhecer quais as ameaças e o estado da segurança, a partir de uma avaliação governamental e de *intelligence*, para, depois, identificar nas empresas (ou nas infraestruturas) algo que possa ser alvo de um potencial ataque e, por fim, identificar ainda nas empresas (ou na infraestrutura) um plano de contingência que permita resistir ou reagir a um potencial ataque à segurança. Urge, pois, que se apresentem medidas integradas neste domínio, que toca – como facilmente se percebe – a proteção civil.

Para concluir, devo esclarecer também que este meu tipo de preocupações não são, naturalmente, de agora. E que o atual e o anterior Governo demonstraram um particular cuidado na elaboração de uma Estratégia Nacional de Segurança Interna, onde alguns destes primeiros passos já foram dados. Mas a verdade é que esta “ASAE para a segurança interna” – certamente mais qualificada e com uma atuação mais abrangente – poderia vir ainda colmatar uma dupla necessidade: aumentar os níveis de segurança da população por via indireta e, simultaneamente, libertar para funções mais operacionais os agentes das diversas Forças de Segurança. Um objetivo – entenda-se – tão racional como orçamentalmente eficaz.

77.

## **SEGURANÇA, TERRORISMO E INFORMAÇÕES - 22-01-2010**

---

Os casos recentes ligados à ameaça de terrorismo e aos efeitos anémicos da criminalidade organizada sobre as sociedades contemporâneas, democráticas e livres, constituem um indicador - a meu ver indelével - da importância crucial dos serviços de informações.

Inevitavelmente, os desafios hoje enfrentados pelos serviços secretos terão de ser vistos à luz dos acontecimentos nos Estados Unidos da América, particularmente depois do fatídico 11 de Setembro de 2001. Mas não só. Veja-se como a circunstância de termos descoberto, em solo português, a identidade de dois elementos do grupo terrorista espanhol ETA fornece - para o cidadão comum e eventualmente menos atento a estes problemas -, uma medida mais fiel, clara, e próxima da presença deste tipo de ameaça. Mas para além destas lições a tirar dos acontecimentos recentes, é preciso ter bem presente que - salvaguardadas as devidas autonomias - os serviços de informações devem, na minha perspetiva, cooperar de forma aberta. Em termos práticos, isto significa que estes devem operar simultaneamente com uma autonomia que lhes permita apresentar resultados no terreno e, concomitantemente, trabalhar sobre uma base de partilha de informação relevante. Ora esta partilha de informações está para além de procedimentos administrativos. Pressupõe uma comunicação - nem sempre fácil, é certo - entre estruturas. Se existirão certamente problemas que são característicos de serviços de informações específicos (por exemplo das informações militares, da diplomacia externa, da criminalidade transnacional), certamente que também existe uma frente de ameaças às pessoas e sociedades para a qual se exige uma postura de comunicação aberta e de cooperação (pois existem problemas comuns que exigem soluções integradas).

Uma última nota. Justamente como contributo cívico e independente para estas matérias foi ontem eleita uma nova Direção do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT), da qual faço parte. E foi com muito agrado que pude constatar, numa Assembleia Geral muito participada e competentemente dirigida pelo General Loureiro dos Santos, o espírito de vontade e de iniciativa que anima a comunidade portuguesa da segurança e dos serviços de informações. Ontem, e como o DN noticiou, apresentámos um programa ambicioso, que visa aumentar a notoriedade do OSCOT e promover uma intensa e oportuna participação pública. Vamos remodelar o nosso *site*, editar uma *newsletter*, apresentar estudos, e fazer também o tratamento estatístico de dados sobre criminalidade, pedindo informações à PSP, GNR, Polícia Judiciária e ao Ministério da Administração Interna para que o OSCOT possa depois fazer uma avaliação. Sabemos, à partida, que a sociedade civil deposita em nós um importante capital de expectativa e de confiança. Esperamos - naturalmente - estar à altura deste desafio.

78.

## **HAVERÁ UM PROBLEMA NA ASAE? - 8-01-2010**

---

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (vulgo ASAE - uma sigla que soa bem ao ouvido e fica na memória) foi criada pelo Governo, em 2005, e reestruturada em 2007 com uma nova Lei Orgânica. Juridicamente, a ASAE é um serviço central da Administração Direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, estando na enquadrada no Ministério da Economia. Ora desde o momento da sua criação que esta agência governamental (para utilizar uma designação mais abrangente) foi alvo de uma atenção particular pela comunicação social. Suscitou mesmo algumas reações mais apaixonadas, fruto da sua ação inspetiva como órgão de polícia criminal. Agora - e num momento em que a agência se encontra em fase de consolidação - vale a pena refletir mais serenamente acerca das suas atribuições e importância. Partirei de dois pontos para concretizar esta reflexão. Em primeiro, da importância que uma agência como a ASAE tem numa sociedade como a portuguesa. E, em segundo, da sua missão e atribuições, as quais podem contribuir para que, justamente, se perceba melhor a importância e indispensabilidade da ASAE.

Como é sabido, vivemos hoje na chamada “sociedade do risco”, um termo cunhado pelo sociólogo alemão Ulrich Beck e que – na sua essência – designa as sociedades em que existe um cuidado acrescido nas formas de lidar com as situações de insegurança, introduzidas pelos processos de modernização. Assim sendo, creio que se perceberá bem (e o cidadão comum compreendê-lo-á melhor do que ninguém) que exista da parte dos Poderes Públicos, e em particular do Estado, uma cautela maior com a nossa qualidade de vida. Mais: diria mesmo que na sociedade do risco, em que vivemos, os cidadãos têm direito a que exista um conjunto de entidades que assegurem um padrão aceitável de segurança e de controlo das fontes de perigo. Por isso, a criação da ASAE – assente em valores como a liderança dos processos de inspeção, e a credibilidade, procurando a excelência, e trabalhando com entidades de referência a nível nacional e internacional no campo da inspeção, fiscalização, investigação e inovação – pareceu um passo lógico. E um passo, na altura, com visão e ambição, pois é importante termos presente que nas atribuições da agência se encontram matérias tão diversas como a Saúde Pública e Segurança Alimentar (SEGAL), que inclui a fiscalização da rotulagem de géneros alimentícios, dos empreendimentos turísticos, ou dos entrepostos frigoríficos, entre outros; e ainda matérias como a Fiscalização Económica (FISEC), que inclui a propriedade industrial e práticas comerciais (fiscalização de farinhas e sêmolos, de turismo em espaço rural, da fauna e flora selvagem em extinção, etc.), e as matérias ligadas ao ambiente e segurança (como são o caso da fiscalização de aparelhos a gás, a gestão de viaturas em fim de vida, o licenciamento de instalações de armazenagem e postos de abastecimento, entre outras).

A ASAE é, portanto, uma agência fundamental para a gestão global da nossa sociedade de risco. E não se tratará, ao contrário do que argumentam alguns autores, de transformar esta sociedade do risco numa sociedade permanentemente auditada ou regulada. Trata-se tão-somente de cuidar da proteção, segurança e fiscalização de aspetos intrínsecos à nossa qualidade de vida.

Ainda existirá, afinal, algum problema com a ASAE? A avaliar pelos resultados não creio. A existir, o problema é de perceção da opinião pública. E de alguma da opinião publicada.

79.

## COMEÇAR DE NOVO - 25-12-2009

---

Um dos temas recorrentes para as minhas crónicas tem sido o das chamadas redes sociais. Devo dizer que a explicação para esta insistência é simples. Como Professor Universitário e pai tenho vindo a aperceber-me das mudanças introduzidas pelo Facebook, Twitter, MySpace, ou pelos fóruns de discussão que se encontram espalhados pelo espaço virtual. Mudanças que são, no essencial, de duas ordens: em primeiro, houve uma transposição para esse espaço virtual de relações de amizade ou de troca de informações que, anteriormente, estavam reservadas a um contacto face-a-face; e, em segundo, existe agora um maior à-vontade na divulgação de aspetos mais privados, ou mesmo íntimos, da vida de cada um. Como corolário, assistimos aqui a um fenómeno sociológico com relevância para compreendermos os comportamentos de alguns grupos sociais: há uma mudança nas normas sociais de exposição da identidade, e as fronteiras entre o espaço do privado e do público estão em movimento. Mais: existe aqui um efeito de mimetismo que aumenta a propensão para os utilizadores das redes sociais divulgarem a sua informação mais privada, particularmente ao verem que outros fazem o mesmo. Mas esta nova atitude tem ainda outras consequências. Algumas são mais visíveis – como é o caso de uma maior facilidade de comunicação entre as pessoas – outras são menos evidentes. E dou apenas um exemplo muito concreto: partilhando informações tais como nome, data de nascimento e uma lista de rede de amigos, os utilizadores estão a revelar muito mais do imaginam; com software de terceiros é possível entrar nos sites das redes sociais e combinar esses dados com dados oriundos de outras fontes, reunindo assim informação suficiente para roubar a identidade de uma pessoa.

Por tudo isto, a notícia – dada pelo próprio fundador do Facebook, Mark Zuckerberg - de que o site passará a dispor de um novo modelo de privacidade equivale a um novo começo para as redes sociais. Num momento em que o serviço ultrapassou os 350 milhões de utilizadores – o que corresponde a 20% do total de 1 bilião e 733 milhões de utilizadores mundiais da Internet – era explicado, numa carta aberta disponível no site, que o plano é o de remover completamente as chamadas redes regionais, criando um modelo mais simples para controlo de privacidade no qual será possível definir o conteúdo a ser disponível por cada utilizador. Esta carta informa ainda que as redes regionais, que na prática são comunidades dedicadas a interesses rotineiros dos utilizadores, como escolas, companhias e regiões, vão ser abolidas do site. Tudo boas notícias, considerando as diretrizes apontadas num documento de trabalho do Conselho da Europa, adotado em 12 de Junho deste ano, acerca das boas-práticas a seguir pelos Serviços de Redes Sociais (SRS). É que este documento apontava, justamente, para a necessidade de uma maior proteção dos dados pessoais e dos perfis dos utilizadores das redes sociais, quer se trate de adultos envolvidos em tarefas empresariais, ou de crianças e de menores, que utilizam as redes sociais sobretudo para efeitos lúdicos.

Bem sei – naturalmente – que o espaço virtual contém muitas histórias com finais felizes, como as de pessoas que se conheceram, ficaram amigas (e até casaram) via Internet. Mas é precisamente para evitar as outras – bem menos felizes - que se espera um controlo mais eficaz e responsável deste espaço. Uma tarefa difícil, quase ciclópica, e que cabe tanto aos utilizadores, que poderão munir-se das ferramentas adequadas para proteger a sua privacidade, como aos fornecedores destes serviços,

que deverão fazer a sua própria pedagogia junto dos seus muitos milhões de utilizadores à escala global. E esta será – entendamo-nos – não apenas uma questão de segurança mas também de responsabilidade social.

80.

## **QUE FUTURO PARA O OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA? - 11-12-2009**

---

No passado dia 1 de Dezembro o DN publicou um artigo em que se dava conta de um aparente “mal-estar” no OSCOT - o Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo. Ao que se afirmava, existiria algum “incómodo” com a candidatura à liderança da distrital de Lisboa do PSD do atual Presidente do OSCOT, o Professor Jorge Bacelar Gouveia dado, como se poderia depreender da notícia, o desejável carácter de independência política do Observatório. Entretanto, e anteontem, dia 9, o DN dava conta da demissão do Presidente do OSCOT.

Ora estes são acontecimentos recentes que, pela sua relevância e por aquilo que hoje o OSCOT representa no quadro da intervenção pública, me merecem um comentário mais aprofundado. Devo começar por dizer que quando aceitei fazer parte do Observatório da Segurança fi-lo com a convicção – firme - de que esta seria uma oportunidade única para participar numa causa maior: a da qualificação desta área em Portugal. Um desiderato urgente, premente e patriótico, considerando que, no presente contexto de mudança e de reconfiguração da frente de riscos e de ameaças às pessoas e bens – e hoje mais do que nunca -, a qualificação das Forças de Segurança e da comunidade de informações são um dever e imperativo cívico. Uma tarefa que urge encarar com espírito de missão. Tratando-se, pois, de uma iniciativa genuinamente da sociedade civil (leia-se: nenhum dos seus membros recebe qualquer remuneração pelos cargos ocupados e o OSCOT não recebe qualquer apoio direto ou indireto do Estado) pareceu-me que – a todos os títulos – os contributos dos membros do Observatório seriam sempre independentes de quaisquer opções políticas ou ideológicas. E, de certo modo, assim tem sido. E naturalmente que se espera agora que continue. Porquê? Simplesmente porque o OSCOT, dada a sua natureza e matriz fundadora reúne, desde a sua criação em 2004 pelo atual Ministro da Administração Interna o Professor Rui Pereira, um conjunto de personalidades oriundas de todos os quadrantes de pensamento, que o têm vindo a transformar numa referência para a comunidade de segurança e de informações. Aliás, o OSCOT é já um interlocutor essencial para os meios de comunicação social: ajudou a preencher uma lacuna, e criou um espaço de diálogo acerca da cultura e doutrina de segurança. E esta é, justamente, uma ambição tão interessante quanto inovadora e de serviço público.

Além disso, o OSCOT tem contribuído para pôr a trabalhar em conjunto Universidades, Forças e Serviços de Segurança, Serviços de Informações, Órgãos de Polícia Criminal, Magistrados Judiciais e do Ministério Público. Foi assim que – também desde o momento da sua fundação – o Observatório da Segurança se apresentou à sociedade portuguesa tendo como objetivo contribuir para o estudo e para a prevenção da criminalidade organizada e do terrorismo, conjugando as perspetivas do sistema da segurança interna, particularmente dos serviços de informações, e do sistema de justiça (incluindo o sistema de investigação criminal e o sistema judicial). Foi ainda assim que nasceu, em 2005, o Primeiro Mestrado em Estudos Avançados em Direito e Segurança – na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa –, no qual tive o prazer e a honra de participar na Sessão de Abertura.

Todavia, para o OSCOT o caminho a percorrer continua a ser tão estimulante quanto desafiante. Permitam-me que dê dois exemplos. Por um lado, espera-se que o OSCOT produza informação e reflexão de qualidade sobre a segurança interna, realizando um trabalho que – afastando-se do curto-prazo – contribua de forma útil para a criação de uma cultura de segurança. Por outro lado, é expectável que o OSCOT – dada a manifesta relevância pública e qualidade dos seus Associados – venha a envolver a sua massa crítica em grupos de trabalho que, com uma visão de médio-longo prazo – e sem produzir ruído institucional – possam contribuir para a elevação da cultura de segurança em Portugal. Falando de forma fundamentada – mas sem tabus – acerca das principais questões das políticas de segurança; e sem esquecer, claro está, uma dimensão ligada à defesa, pois nos seus associados também se encontram destacadas figuras dos três ramos das Forças Armadas. Se o Observatório conseguir responder a estes desafios poderá, finalmente, ser recolocado na linha do que – e a meu ver bem - foi pensado pelos seus Fundadores. Este será, seguramente, um propósito tão nobre quanto útil. De verdadeiro serviço público.

81.

## **CIDADÃOS E SEGURANÇA DE PROXIMIDADE - 27-11-2009**

---

Como já aqui tive oportunidade de referir – nomeadamente nas minhas crónicas de 17 de Abril e de 26 de Junho - a videovigilância constitui um dos principais meios para prevenir a criminalidade, e possui um iniludível efeito dissuasor funcionando como um importante mecanismo de inibição para as chamadas incivilidades (vulgo “vandalismo”, como será o caso dos graffiti).

Assim, a criação e implementação pelo Governo de um Programa Nacional de Videovigilância constitui uma evidente mais-valia para a segurança, devendo ser um instrumento de preparação da ligação entre os novos paradigmas da segurança de proximidade, sem esquecer a componente da manutenção tecnológica e, naturalmente, o pleno respeito pelos direitos relativos à proteção da vida privada dos cidadãos.

Ora um excesso de zelo ou – pior – uma aparente falta de critério ou uma contradição nos resultados pode contribuir para lançar um clima de desconfiança nas instituições que regulam as políticas de segurança. Vem tudo isto a propósito do chumbo da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) relativamente à implementação da videovigilância na baixa pombalina, em Lisboa, uma decisão que, ao que parece, surpreendeu quer o presidente da União das Associações de Comerciantes de Lisboa quer o presidente da Associação de Moradores da Baixa pombalina. Estranha-se – o que me parece perfeitamente natural – que tenha havido luz verde da CNPD para a videovigilância no Bairro Alto e que a ideia seja chumbada para o centro histórico de Lisboa. Entretanto, o projeto da videovigilância está ainda a ser preparado em Setúbal e o Ministério da Administração Interna continua a aguardar a resposta da CNPD relativa à implementação das câmaras de vigilância no concelho da Amadora. E – de forma muito pragmática – é curioso notar que a videovigilância já se encontra a funcionar há um mês na zona da ribeira do Porto, existindo mesmo a vontade manifestada pela Associação de Bares para que a gravação de imagens passe a ser efetuada durante 24 horas.

Existe, portanto, uma evidente contradição entre as decisões de um organismo com alguma capacidade de regulação e o entendimento das forças vivas no terreno; ora estas últimas são, precisamente, quem melhor entende as necessidades das pessoas e quem está mais próximo dos problemas da segurança. Além disso, as experiências internacionais parecem dar razão ao cidadão comum: os investigadores David Farrington, da Universidade de Cambridge em Inglaterra, e Brandon Welsh, da Universidade de Massachusetts nos Estados Unidos da América – autores do mais recente estudo sobre os Efeitos do CCTV, ou seja, dos chamados Circuitos Fechados de TV, na Prevenção do Crime no Reino Unido - são perentórios e afirmam taxativamente que a videovigilância deve continuar a ser aplicada como um meio indispensável na prevenção do crime nos espaços públicos; e, em França, prevê-se que no final deste ano de 2009 tenham triplicado o número de câmaras de vigilância na via pública, que passarão de 20.000 para 60.000, ao mesmo tempo que se facilitam os procedimentos legais para a sua instalação. Posto isto, espera-se que num futuro muito próximo a CNPD seja dotada de meios que – se for esse o caso –

Ihe confirmam uma capacidade de resposta mais consentânea com a realidade. A bem de todos...

82.

## ONDE ESTÁ O BIG BROTHER? - 13-11-2009

---

A sociedade portuguesa terá dificuldade em aceitar que se hipoteque a sua segurança em função de um ambiente de maior querela política. Mas este parece ser o caso quando falamos dos projetos de lei para revogar os diplomas que regulamentam os *chips* nas matrículas automóveis e que permitiriam a cobrança de portagens em Scut (autoestradas sem custos para o utilizador) apresentados pelos três partidos - PSD, PCP e BE. Fala-se mesmo na constituição de um *big brother* rodoviário e, ao que parece, o último destes três partidos – o BE – fundamenta o seu projeto de lei em algumas das reservas enunciadas pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) sobre o uso de dispositivos eletrónicos nas matrículas dos veículos automóveis. É que, no seu parecer, a CNPD é explícita no que se refere ao direito à privacidade dos cidadãos, referindo que "a deteção e identificação eletrónica dos veículos não pode (...) transformar-se numa forma sofisticada de vigilância física, que cai fora dos fins permitidos pela lei e contraria o direito à privacidade dos condutores dos veículos".

Mas a verdade é que – e acauteladas essas questões referentes à privacidade – este sistema nasceu com um intuito - nobre - de equipar as Forças de Segurança com os meios tecnológicos que permitem a prevenção, a deteção precoce e o combate à criminalidade e à fraude automóvel com mais eficiência e maior eficácia. E – espere-se – assim deve continuar. Aliás é bom fazer um exercício de memória e relembrar que o chamado Projeto-piloto do "Polícia Automático" surgiu na sequência dos resultados do Grupo de Trabalho para a prevenção e o combate ao *carjacking*, criado pelo Ministro da Administração Interna em Março de 2008 e que incluiu representantes do Ministério da Administração Interna, das Forças de Segurança, do Gabinete Coordenador de Segurança, e de associações representativas dos sectores segurador, *leasing* e *renting*, e comércio automóvel. Ora o que se espera é que os resultados visíveis sejam um contributo para a diminuição da criminalidade, em particular do roubo violento de viaturas. E importará ainda atentar nos objetivos que este sistema apresenta, designadamente a simplificação de procedimentos na comunicação de acidentes e aos mecanismos de cooperação entre o MAI e a Associação Portuguesa de Seguradores promovendo a utilização da Declaração Amigável de Acidente Automóvel em acidentes apenas com danos materiais, e contribuindo para simplificar os procedimentos de comunicação entre as Forças de Segurança e as seguradoras.

Sempre tenho defendido ao longo nas minhas crónicas a necessidade de utilização das tecnologias de informação e dos sistemas de comunicação na atividade operacional das forças e dos serviços de segurança. Acredito que, corretamente coordenada, programada e aplicada, a sua utilização pode dar resultados muito significativos na prevenção e no combate à criminalidade. Da videovigilância aos sistemas de georreferenciação da criminalidade – os chamados "mapas do crime" – passando pela existência de bases de dados que permitam acompanhar os reclusos recentemente libertados ou em situações de liberdade condicional, estamos em presença de um conjunto instrumentos cuja função – inexpugnável – é a de melhorar a proteção dos cidadãos. Onde está, então, o *big brother*? Em meu entender, apenas na cabeça daqueles que fazem do oportunismo a sua forma de estar na política. O

que não é desejável, sobretudo quando falamos da nossa segurança, do nosso bem-estar e da nossa qualidade de vida.

**83.**

## **A FACE VISÍVEL DO TERROR - 30-10-2009**

---

A questão do terrorismo nas suas mais diversas formas e inspirações é um tema que – depois do 11 de Setembro – tem dominado as agendas políticas e os recursos securitários dos países democráticos e livres. Para o comum dos cidadãos – e num país como Portugal – esta parece ser uma questão longínqua mas a verdade é que se assume como fundamental para a qualidade de vida nas democracias. E nos últimos dias as atenções do Mundo voltaram a virar-se para o Afeganistão e o Paquistão, tendo este último lidado com uma série de ataques incluindo um carro-bomba na cidade de Peshawar e uma série de ataques dirigidos contra trabalhadores da ONU na capital afegã de Cabul.

Ora o Presidente norte-americano Barack Obama está perto de tomar uma das decisões mais importantes da sua presidência pelo que, em meu entender, é agora essencial reagir de forma adequada e proporcional a estes eventos recentes. Até porque é quase certo que mais ataques irão ocorrer. Trata-se, portanto, de delinear uma série de metas finais positivas para a região: o desafio que a administração Obama enfrenta não é simplesmente o de virar a página da administração Bush mas sim o de pensar uma política de segurança para o sul da Ásia que não se baseie na mera reatividade a ataques terroristas. Neste cenário, o Paquistão é talvez o desafio mais complicado. É um país com armas nucleares de cerca de 170 milhões de pessoas, com uma das maiores forças armadas no mundo, com uma força de combate de 1,5 milhões, e tem sido usado como uma plataforma para ataques terroristas globais. Além disso, nesta fase estão também a faltar dois elementos-chave no sul da Ásia: um conjunto de metas claramente positiva para a região e mais discussão sobre o – certamente importante - papel da Índia na dinâmica de segurança regional. O Presidente Obama, nesta conclusão da segunda revisão da política sobre o Afeganistão, deve tomar cuidado para delinear uma visão positiva e um conjunto de metas que conduzam a um estado final mais viável na região. Assim sendo, a Administração Obama deve, em meu entender, definir dois resultados finais claro para o Sudeste Asiático: em primeiro, torná-lo numa região estável e pacífica, num Mundo que está mais integrado socialmente, economicamente, politicamente e culturalmente; e, em segundo, promover na região um sistema de governação justo e sustentável que proporcione segurança e a satisfação das necessidades básicas dos povos.

Percebendo-se claramente que estes são objetivos nobres - que vão demorar anos para serem atingidos -, e no momento em que a Administração Obama se prepara para tomar importantes decisões operacionais sobre o Afeganistão, deve ser mantida uma perspetiva central: a da criação de uma ampla região do Sul da Ásia com uma estrutura de segurança e de funcionamento sustentável. Esta será o melhor seguro de vida para as populações locais e não exigirá tanta atenção e recursos dos Estados Unidos da América até o final da próxima década. Uma situação que, portanto, convém a todos. Europeus incluídos...

**84.**

---

## **NOBEL, GUERRA E PAZ - 16-10-2009**

---

Quando na passada sexta-feira a Academia Sueca anunciou a atribuição do Prémio Nobel da Paz ao Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, esta deu um sinal importante na luta e no combate ao terrorismo global.

De facto, o Comité Nobel decidiu atribuir o prémio a Obama pelo extraordinário esforço para fortalecer a diplomacia internacional e a cooperação entre os povos, sendo que os sábios do Comité também distinguiram a importância da visão e do trabalho de Obama para alcançar um mundo sem armas nucleares. O Comité destacou ainda – o que a meu ver é muito importante – que Obama criou um novo clima na política internacional, com a reposição da diplomacia multilateral. Esta teria ganho, assim, uma posição central com especial ênfase no papel das Nações Unidas. Ora este é um dado interessante, por duas ordens de razões: em primeiro, porque se considerou que é muito raro alguém conseguir, no tempo em que Obama conseguiu, capturar a atenção mundial e dar às pessoas um sentimento de esperança rumo a um futuro melhor, na expressão do Comité; depois, e em segundo, dado que o Comité apresenta uma declaração de consonância com a política internacional da Administração Obama, considerando mesmo que durante 108 anos lutou para estimular este tipo de política e as atitudes das quais Obama é agora o principal porta-voz mundial.

Pelo seu lado, o Presidente Obama considerou que o Nobel é um incentivo à ação. Mas a que tipo de ação? Essencialmente uma que passe por um reforço da democracia e dos direitos humanos, aplicando o diálogo e a negociação como principais instrumentos de resolução nos conflitos internacionais. E se Obama finalizou a sua declaração de "aceitação" afirmando que acredita que "a América continuará a liderar" o Mundo porque procura a paz e "é exatamente por isso que o mundo olha para a América", esta é também uma declaração relevante num momento em que a presença norte-americana nos teatros de guerra iraquiano e afegão está a ser repensada.

Por tudo isto – e refletindo agora no impacto deste prémio para a segurança e para a estabilidade mundiais – a questão que se coloca é a de saber se a atual Administração Obama conseguirá, no curto e no médio prazo, lidar com as alterações sociais e geopolíticas em curso nos grandes blocos mundiais. Estará eminente um conflito de civilizações, como profetizava Samuel Huntington ou será, pelo contrário, possível uma convivência civilizacional entre povos? E que respostas terão de ser dadas ao terrorismo internacional nesta lógica em que as civilizações e as visões globais do mundo são tidas como a principal expressão das identidades culturais dos povos?

Ora este é simultaneamente um desafio e uma oportunidade para uma Administração norte-americana que se mostre dialogante, cooperante e que aplique a lógica do *softpower* de Joseph Nye, mostrando-se mais convincente pela sua capacidade ideológica e cultural.

85.

## **ESCUTAS E PRIVACIDADE - 2-10-2009**

---

No estrito âmbito das políticas de segurança as escutas e as tecnologias de interceção são hoje uma garantia essencial para o funcionamento das democracias.

A possibilidade de interceção de comunicações – com um longo historial que data dos primórdios do telégrafo – é hoje uma das ferramentas essenciais para a segurança, recolha e deteção de informação acerca da atividade criminal. Na verdade, e mesmo ponderando as questões técnicas e de privacidade que discutiremos mais adiante, a possibilidade de efetuar escutas, de registar chamadas telefónicas (efetivadas ou tentadas), de intercepar mensagens de correio eletrónico, e de descobrir páginas da Internet escondidas num servidor são – para efeitos da investigação criminal ou da atividade dos serviços de informações – uma garantia acrescida ao direito inalienável à segurança.

Naturalmente que aqui se coloca – como não poderia deixar de ser – a questão da privacidade. E esta não tem sido esquecida ao longo dos tempos: por exemplo, existe legislação nos Estados Unidos da América (EUA) que, desde 1860 e ainda antes da invenção dos telefones modernos, proibia a escuta das comunicações via telégrafo. E o *Electronic Communications Privacy Act (ECPA)*, de 1986, proíbe especificamente a interceção de e-mails, de chamadas telefónicas e de outras comunicações pessoais. Contudo, e tal como é do conhecimento público, as polícias, o FBI, a CIA e outras agências governamentais dos EUA estão autorizadas a intercepar comunicações de todo o tipo. O que também inclui a internet.

Mas a que tipo de vulnerabilidades podem estar sujeitas – afinal – as comunicações via Internet? Antes de percebermos esse aspeto um pouco melhor vale a pena entender como funciona a Web. Basicamente, a informação que é transmitida entre computadores é “partida” em pacotes independentes, transportados de forma também independente entre uma rede de computadores que funcionam como routers e que devem – ao longo do caminho que essa informação percorre – conhecer os locais (virtuais, bem entendido) de origem e de destino desses pacotes de informação. E são justamente as marcas de origem e de destino dessa informação que devem estar presentes nesse percurso. Ora se – por um qualquer motivo – essa informação é retirada, duplicada, danificada ou mesmo reordenada ao longo do percurso, então estamos perante uma “falha de segurança”, uma “vulnerabilidade” ou “brecha” que deve ser evitada e colmatada. Significa isto que a totalidade da informação transmitida via Internet pode ser intercepada? Em teoria sim. Contudo, o segredo está na capacidade de não a tornar legível para outros, utilizados as chamadas tecnologias de “encriptação” que, no essencial, são algoritmos complicados de recodificação das mensagens. Uma espécie de “códigos Morse”, só que mais avançados e complexos.

Por tudo isto, e considerando os atuais meios tecnológicos, do que se trata é de assegurar um nível razoável de segurança e de resiliência das redes informáticas, atentos os mecanismos legais e constitucionais de monitorização das atividades dos diferentes órgãos e serviços que intervêm – de forma direta ou indireta – na sua gestão. E estes desideratos já estão – de um modo bastante claro e detalhado – previstos no enquadramento legal vigente em Portugal.



## O PERIGO DAS REDES SOCIAIS - 18-09-2009

---

Existem milhões de pessoas em todo o mundo ligadas às chamadas redes sociais virtuais. Sendo um espaço virtual em que – por definição - o contacto físico não existe, e tratando-se de um lugar onde é fácil cada um “inventar” uma personagem ou uma personalidade, todo o cuidado é pouco. E não basta que as pessoas continuem a encarar com boa-fé as tecnologias e a pensar que “do outro lado” encontram alguém sério ou bem-intencionado: se a prevenção não é suficiente – e creio que se começa a perceber que não – então é urgente que se regule a sua utilização.

Por exemplo, ainda recentemente a *Legal & General*, uma empresa seguradora, alertava os seus clientes, a partir dos dados de um estudo, para um novo método de atuação de assaltantes: percebendo que basta adicionar as pessoas no “Twitter” ou no “Facebook” como “amigos”, e sendo estes pedidos muitas vezes aceites, os assaltantes descobriram que os utilizadores acabaram depois por contar o que vão fazer no feriado ou nas férias ou o que compraram de novo. O mesmo estudo concluiu – muito surpreendentemente – que 38% das pessoas que usam redes sociais publicam informações detalhadas sobre os planos para o feriado e 33% dá informações acerca dos seus hábitos de fim-de-semana, designadamente se vai passá-lo fora de casa. Um outro dado – recente mas também alarmante – vem de um estudo da *Opinion Matters*: tendo enviado 100 convites a estranhos selecionados ao acaso, concluiu-se que 92% das pessoas aceitou os convites no «Twitter», sem qualquer verificação. Além disso, 13% dos homens facultaram o seu número pessoal de telemóvel, contra apenas 7% das mulheres. Ainda no plano desta “nova criminalidade digital” importa recordar que a Polícia Judiciária (PJ) considera preocupantes os sequestros com abusos sexuais, ligados à Internet, que atingem sobretudo as raparigas entre os 12 e os 15 anos, os alvos preferenciais destes predadores que muitas vezes são cadastrados. E se em Portugal, em 2009 e também segundo os dados da PJ, foram participados mais de 3000 desaparecimentos e apenas 10 - seis adultos e quatro crianças - continuam ainda desaparecidos, a verdade é que o número de situações de abuso potenciadas pelas redes virtuais tem continuado a aumentar.

Por tudo isto, parece-me ser do relevante interesse de todos que se exija uma maior regulação e um enquadramento legal na utilização da Internet e das redes sociais. Tratando-se de um espaço onde se reproduzem – em espelho – os mesmos mecanismos de desvio às normas e os mesmos comportamentos que, noutro local, são considerados como fora da lei, é no mínimo espantoso que este continue a ser um espaço sem lei. E se advogo uma maior atenção para esta matéria é porque estou bem ciente das vantagens para todos, mas sobretudo – e muito em particular - para os utilizadores mais frágeis e propensos a situações de abuso. É que facilitar e contemporizar com as utilização das redes virtuais equivale a dar um automóvel ligeiro a um condutor menor e não encartado: este até poderá conduzir uns quilómetros sem incidentes, mas quando estiver numa situação mais perigosa a probabilidade de ser envolvido numa situação de acidente aumentará de um modo exponencial. Como se percebe, também nesta matéria da utilização livre das redes sociais todo o cuidado é pouco e – infelizmente – até agora parece que não tem sido nenhum...

87.

## O “POLÍCIA AUTOMÁTICO” - 4-09-2009

---

Na quarta-feira passada o Ministro da Administração Interna Rui Pereira divulgou os dados mais recentes sobre o chamado “polícia automático”, isto é, os dados da primeira fase de implementação do sistema de deteção eletrónica de matrículas. Este sistema, que já se encontra instalado em 17 carros das Forças de Segurança (FS), é hoje crucial para o desempenho da sua missão de proteção de pessoas e bens. Trata-se, em meu entender, de um passo importante para as FS disporem de mais tecnologia de ponta no combate à criminalidade.

Este tipo de sistemas possui também uma utilização mais abrangente, pois a utilização de câmaras de infravermelhos permite conservar uma imagem da matrícula dos veículos, permitindo, com muita rapidez e acuidade, detetar veículos furtados ou roubados (*carjacking*), detetar condutores em situação irregular por via da ausência do seguro obrigatório, ou – de forma mais massificada – ser utilizado para controlar acessos a espaços públicos ou privados, tais como parques de estacionamento ou cancelas de acesso. Tudo isto com duas vantagens: por um lado, permitindo uma imagem da ocorrência (que “vale mais do mil palavras”), e, por outro lado, dispensando a instalação de outros dispositivos nos veículos, não onerando os seus proprietários.

Assim, e do ponto de vista das tecnologias, a instalação destes sistemas numa base móvel – como acontece nas viaturas das FS – ou a sua instalação fixa – como resultará do protocolo com a Câmara Municipal de Portimão (o qual prevê a utilização do sistema de deteção eletrónica de matrículas para o acompanhamento do volume do trânsito), constitui um avanço importante para a melhoria dos níveis de segurança rodoviária objetiva. De facto, e de acordo com diversos estudos, designadamente um de 2008 da *Parking Trend International*, estes mostram que os sistemas mais modernos possuem uma taxa de sucesso e de acuidade próxima dos 100%. E com comodidades evidentes: por exemplo, a sua utilização em parques de estacionamento termina com o receio da perda do *ticket*; e o seu emprego em corredores de *bus* permite a deteção imediata de infratores e deixa estas vias libertas para a sua utilização legítima.

Por fim – e uma vez que fica também claro que o “polícia automático” pode efetivamente vir a ser utilizado noutras funções que não apenas as criminais – coloca-se naturalmente a questão de se acautelar a utilização da informação que vai sendo recolhida por uma pluralidade de sistemas agora disponíveis para as FS. Afastados os fantasmas de *Big Brother* e compreendidas as vantagens reais destes sistemas pelos cidadãos, segue-se – em meu entender – um trabalho inevitável de explicação dos cuidados tidos com a proteção no acesso às informações e aos dados recolhidos. E se o Governo tem, a meu ver bem, demonstrado cuidado nestas matérias, julgo que não nunca será demais mostrar o seu empenho em semelhante propósito.

88.

## **GRIFE A: QUEM VACINAR PRIMEIRO? – 21-08-2009**

---

O surto pandémico de Gripe A que se vai intensificar nos próximos meses de Setembro e de Outubro constitui um problema delicado de segurança nacional. E ainda ontem o DN noticiava que vamos entrar numa nova fase de resposta ao vírus H1N1. De facto, a circunstância de – faseadamente, é certo – mais de dois milhões e meio de portugueses poderem vir a contrair o vírus e de ainda se desconhecer a eficácia da vacina para esta doença coloca um conjunto de desafios e interpela a sociedade portuguesa na sua responsabilidade coletiva.

O trabalho conjunto e a articulação que se tem vindo a desenvolver entre o Ministério da Saúde e outros Ministérios, nomeadamente a Administração Interna, vai no bom sentido e, nesta fase da pandemia assim como nas subsequentes, manter a população informada e alertada é por demais essencial. Aliás – e a meu ver – torna-se aqui essencial que se crie uma cultura de solidariedade e de responsabilidade coletivas, que evite situações disruptivas de pânico e de alarme social. Ao mesmo tempo, espera-se naturalmente que as Forças de Segurança estejam preparadas para – se necessário em conjunto com as Forças Armadas – garantirem a tranquilidade e o funcionamento escorreito do País, atentas as especificidades deste caso. Já existiram no passado exemplos de excelente desempenho em matéria de segurança, de que o Euro 2004 é um bom exemplo, preparadas por mais do que um Governo e tendo em consideração o superior interesse nacional.

No caso específico deste surto pandémico de Gripe A interessará tranquilizar com verdade a população. E se é verdade que a questão da vacinação é apenas uma parte da solução – a que se têm de acrescentar, naturalmente, os comportamentos sociais responsáveis, os planos de contingência e respetivos exercícios, e a monitorização permanente das pessoas afetadas e dos serviços públicos e privados mais atingidos – esta é, sem dúvida, uma parte importante. Por isso – e na definição dos grupos prioritários para a vacinação – espera-se que, pelo menos, sejam seguidos dois critérios: o da sua importância para o funcionamento das comunidades e o da sua potencial propagação inadvertida da doença. Assim, como grupos prioritários teremos certamente os doentes crónicos, as pessoas com mais de 65 anos, os grupos profissionais considerados essenciais para o funcionamento da comunidade como as Forças de Segurança e os profissionais de saúde, mas também os profissionais dos transportes de bens alimentares e de combustíveis, os professores que lidam com dezenas ou centenas de alunos, os magistrados e funcionários judiciais e as forças armadas.

Quando chegar o momento das decisões e da verdade quanto à resposta do País perante esta ameaça à segurança nacional espera-se, portanto, que as pessoas responsáveis e as instituições estejam à altura deste desafio e dos seus deveres. Espera-se que os sinais dados pelo poder político – até agora bastante positivos – continuem, e que os portugueses saibam enfrentar com muito sentido cívico este período mais difícil que se aproxima. Tenho observado que as advertências do Ministério da Saúde foram levadas muito a sério pelas empresas e serviços públicos, pelo que – acredito – temos razões para estar otimistas. Mas vigilantes.

89.

## **TER UMA ESTRATÉGIA É IMPORTANTE – 7-08-2009**

---

Em período de férias a questão da redução da sinistralidade rodoviária e da redução de mortos e de feridos na estrada é, naturalmente, um tema que nos interessa a todos. E se é bem verdade que Portugal evoluiu bastante nesta matéria dado que, em 2008, morreram nas estradas cerca de 77 pessoas por milhão de habitantes, ou seja, 772 pessoas no total, e menos 82 que no ano anterior, ter uma estratégia consistente e que seja reconhecida como eficaz parece-me prioritário. Mas será justo reconhecer que, entre 1975 e 2006 se registou uma diminuição de 73,7% nos mortos em acidentes de viação.

Ora assim sendo, a aprovação da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2008-2015 em Maio é uma medida importante. E a circunstância desta apresentar objetivos claros e mensuráveis é, ainda, um fator de responsabilização e de compromisso que – em meu entender - deve ser assumida tanto por este como por qualquer governo futuro. Concretamente, e para além de estabelecer que, em 2011, o número de mortos deverá ter sido reduzido para 68 mortos por milhão de habitantes, e em 2015, para 54 mortos por milhão de habitantes, esta estratégia assume também como prioritário diminuir até 32% as mortes dos condutores motos; diminuir em 32% as mortes dos condutores de automóveis ligeiros; e diminuir em 32% as mortes de peões. Pretende-se ainda reduzir até 49%, dentro das localidades, o número de utilizadores de veículos ligeiros mortos; e reduzir para 25% o número de condutores mortos com taxa de álcool acima do limite legal. Estes são objetivos importantes que serão, como se constata pela leitura das medidas propostas na Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária, implementados a partir deste ano e monitorizados nos anos seguintes.

Na verdade, e a nível europeu, a *Global Road Safety Partnership* - hoje com mais de 10 anos - tem sido uma importante marca na segurança rodoviária, juntando especialistas, profissionais das áreas da saúde pública, governantes e representantes da sociedade civil. E para perceber a importância desta parceria entre países bastará considerarmos que a despesa com as sequelas de acidentes rodoviários representa cerca de 2% do Produto Interno Bruto, para além dos custos óbvios para os envolvidos. Como mudar, então? Apresentando soluções inovadoras que têm passado quer, por um lado, por medidas de carácter obrigatório como o uso de cinto de segurança ou de capacetes de motociclos, quer, e por outro lado, por formas de certificação e de reconhecimento das boas práticas e dos bons condutores. Neste particular – e uma vez mais – se demonstra a necessidade de criação em Portugal de uma agência nacional que certifique e que acompanhe as boas práticas em matéria de segurança interna.

A mobilidade de pessoas e de bens é, pois, um fator indispensável à promoção da riqueza e da prosperidade dos países. E uma estratégia que nos faça sentir mais seguros e civicamente responsáveis nas estradas – o elemento fundamental para essa circulação de pessoas e de bens – só pode, portanto, ser saudada e, seguramente, continuada por qualquer governo de Portugal.

90.

## **EQUÍVOCOS NA SEGURANÇA INTERNA (III) – 24-07-2009**

---

A discussão acerca da fusão das polícias é um tema que surge com alguma recorrência na discussão das Políticas Públicas de Segurança. Infelizmente, tem tanto de enganoso como de controverso. É mais um dos equívocos que subsistem nesta área da segurança interna. Com este tema encerro o ciclo de três crónicas acerca dos equívocos na segurança interna, depois de ter dedicado uma primeira à questão dos Contratos Locais de Segurança e uma segunda à Videovigilância. Tentemos, então, perceber um pouco melhor o que está em causa nesta questão da fusão das polícias.

Em primeiro lugar, o argumento dos custos. Este não colhe por si só: em termos organizacionais e de gestão é possível fazer economias em todas as áreas da governação (da segurança interna à administração pública) através, por exemplo, das chamadas centrais de compras que – tal como no sector privado – procuram negociar preços mais baixos com os fornecedores; aliás, se o motivo principal para uma fusão das polícias fosse este, facilmente poderia ser estendido, por comodidade de raciocínio, aos restantes Ministérios. Implicaria isto então que se fundissem todos os órgãos de governo num único? Evidentemente que não. O que só comprova a seriedade da atual opção funcional e uma certa desonestidade intelectual de quem procura lançar a discussão desta forma. É possível e desejável reduzir custos de estrutura nas polícias e racionalizar a gestão dos seus meios – mesmo que isso implique o recurso à externalização e a métodos de gestão mais modernos – mas isso nunca deverá, em meu entender, ser feito à custa da redução de efetivos ou das capacidades operacionais das polícias.

Em segundo lugar, analisemos o argumento da distribuição territorial e das tutelas. Sei bem que - em períodos pré-eleitorais como o atual - o argumento da junção da Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, e Polícia Judiciária (só para citar as três maiores, mas às quais se poderiam acrescentar o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras ou as Polícias Municipais, por exemplo) sob uma tutela única é recorrente. Mas este contraria a realidade dos factos. A verdade é que hoje se sabe que a opção belga – de uma fusão quase total e de tutela unificada - não teve muito bons resultados. Será, portanto, conveniente aprender com os erros dos outros e não voltar a repeti-los. E também é reconhecido que – em matéria de melhores práticas internacionais – são possíveis uma articulação e uma coordenação efetivas em termos de prioridades e de distribuição de competências no terreno o que, no caso de Portugal, está a começar a ser feito a partir da figura do Secretário-Geral da Segurança Interna. Aliás, com vantagens, uma vez que este articula com outros órgãos do sistema de segurança interna, nomeadamente com os Serviços de Informações, e tem assento no Conselho Coordenador dos Órgãos de Política Criminal.

No atual contexto de crescimento das ameaças à segurança das pessoas e dos seus bens, e num quadro de aumento potencial da criminalidade violenta e grave na generalidade dos países desenvolvidos, o que se espera – deste como de qualquer Governo responsável – é um continuado reforço do investimento na segurança. Ora este não é compatível nem com um ambiente de instabilidade institucional, nem com um ruído de fundo sobre assuntos polémicos que sejam inibidores de uma mais que

desejável partilha de informações e de um trabalho em equipa. Os benefícios destes últimos são por demais evidentes. E os custos desta discussão demasiado fraturantes e elevados. Para não dizer inúteis...

91.

## UMA SENTENÇA EXEMPLAR – 10-07-2009

---

O assalto à dependência do BES de Campolide, em Lisboa, no dia 7 de Agosto do ano passado viria a terminar ao fim de oito horas, com a morte de um dos assaltantes, ferimentos graves num outro e a libertação dos dois últimos reféns (à hora do início do assalto, 15:05, eram seis as pessoas sequestradas) que – importa recordar – se encontravam sob ameaça de fogo pelo assaltante. Tratou-se, naturalmente, de uma operação de risco e que envolveu uma enorme bravura e precisão da parte dos atiradores da PSP. Como por questões de segurança estes terão de permanecer anónimos durante muito tempo, creio ser adequado prestar-lhes aqui homenagem.

Se entendo este tipo de incidente tácito-policial teve um importante efeito dissuasor e deu a perceber a capacidade de atuação única do Grupo de Operações Especiais (GOE) a verdade é que também levantou duas questões. A primeira – mais falada – está na cobertura mediática que foi dada ao incidente, com transmissão de imagens em direto. Creio que, de futuro, este tipo de operações terá de se desenrolar com algum comedimento até porque hoje uma das consequências, óbvia, é a da existência na Internet de dezenas de pequenos filmes do desfecho da operação. Ora este não será um bom exemplo de proteção da identidade dos envolvidos. A segunda – menos discutida – está no tipo de lições que as Forças de Segurança (FS) poderão ter retirado. Tecnicamente, a operação dos elementos do GOE – uma equipa SWAT (sigla que significa "Special Weapons and Tactics") – foi irrepreensível: os papéis de negociador, de *snipper* e de entrada no teatro da crise foram todos cumpridos. Aqui haverá certamente que ponderar a necessidade absoluta de procurar poupar sempre as vidas de todos os envolvidos, para além da evidente discrição no tratamento da informação acerca das suas entidades ou nacionalidades.

Mas o que salta agora à vista é a exemplaridade com que o caso foi tratado. E – talvez facto raro na nossa democracia – por todos os envolvidos: Forças de Segurança, Oficiais de Justiça, Guardar Prisionais e, naturalmente, Magistrados. E não só a sentença me parece exemplar e de um equilíbrio que prestigia a justiça, como também – a avaliar pelas reações das partes envolvidas no processo -, essa é uma opinião unânime. Mas como se chega, afinal, a um resultado tão positivo? Em primeiro, por uma celeridade no julgamento que – como é por demais evidente – deveria ser a regra e não a exceção. Depois, por um tratamento mediático que, considerando e comparando com outros casos, me pareceu muito sóbrio e bastante equilibrado. Assim – conjugados todos estes fatores – o efeito que se obtém é prestigiante para todos: jornalistas, magistrados, forças de segurança e, importará ter presente, para a sociedade em geral.

Penso, naturalmente, que este caso é apenas um pequeno passo para que – no quadro das políticas de segurança e de justiça – se caminhe no sentido do prestígio, da confiança e do interesse nacional. Mas deverá – em meu entender – ser olhado com atenção e dele deverão ser extraídas todas as lições possíveis. Afinal – e num clima que às vezes é de algum pessimismo injustificado – ainda há situações em que as instituições democráticas funcionam. Prestigiando todos e melhorando a qualidade da democracia. E isso só se pode saudar.

92.

## **EQUÍVOCOS NA SEGURANÇA INTERNA (II) – 26-07-2009**

Quando se fala em segurança interna, e em particular em videovigilância, vale a pena observar os exemplos que vêm de fora.

Primeiro, no caso inglês. Aqui, pensar que alguns dos estudos recentemente publicados e divulgados na imprensa britânica indiciariam que esta tecnologia é pouco eficaz na redução da criminalidade é conduzir as pessoas a um equívoco. Aliás, os investigadores David Farrington, da Universidade de Cambridge em Inglaterra, e Brandon Welsh, da Universidade de Massachusetts nos Estados Unidos da América – autores deste estudo sobre os Efeitos do CCTV, ou seja, dos chamados Circuitos Fechados de TV, na Prevenção do Crime no Reino Unido - são mesmo perentórios na Introdução. E afirmam taxativamente que a videovigilância deve continuar a ser aplicada como um meio indispensável na prevenção do crime nos espaços públicos.

Depois, no caso francês. Em França prevê-se que no fim de 2009 tenham triplicado o número de câmaras de vigilância na via pública, uma medida que está a ser acompanhada por um reforço de 4000 polícias nas zonas urbanas sensíveis, agora agregadas em unidades territoriais de bairro. Assim, o número de câmaras de videovigilância passará de 20.000 para 60.000, ao mesmo tempo que se facilitam os procedimentos legais para a sua instalação.

Na verdade, um Programa Nacional de Videovigilância – como o que existe em Portugal – constitui, bem entendido, uma mais-valia para a segurança. E deve – em meu entender – preparar a ligação entre os novos paradigmas da segurança de proximidade sem esquecer a componente da manutenção tecnológica e, naturalmente, o pleno respeito pelos direitos relativos à proteção da vida privada. Mas atenção: a proteção da privacidade não deve ser um direito absoluto. Ou seja, existirão (na realidade já existem) situações em que o interesse público (de que a segurança coletiva é exemplo) justificará o recurso à videovigilância. Assim, o recurso pelas forças e serviços de segurança à videovigilância e a outros meios eletrónicos traduzir-se-á também numa mais-valia na execução das missões que lhes estão confiadas, melhorando a segurança coletiva. Aliás – e concretamente no caso do Programa Nacional de Videovigilância do Ministério da Administração Interna – este também abrange o acesso pelas forças de segurança a dados recolhidos pelas Empresa de Estradas de Portugal; o acompanhamento constante, em salas de situação das entidades gestoras, da circulação rodoviária nos eixos viários mais importantes; o acesso e utilização pelas forças de segurança de sistemas de vigilância eletrónica de âmbito municipal; e a possibilidade de colocação de meios de videovigilância para a salvaguarda da segurança dos taxistas, entre outros.

Se esta for pensada numa perspetiva integrada, se for acautelada a manutenção técnica dos dispositivos e, mais importante, se se compreender que a Comissão Nacional de Proteção de Dados deve estar legalmente suportada de modo a que a sua ação não se transforme num entrave à segurança coletiva, então estaremos no caminho certo.

Acredito, naturalmente, que este é ainda um caminho longo. Mas as experiências internacionais, as boas práticas e os casos de *benchmarking* (como são o inglês e o francês, acima descrito) já nos permitem pensar que os efeitos positivos da videovigilância ultrapassam largamente os eventuais receios. E aqui - importará ser muito claro - a realidade não se presta a equívocos. Nem a adiamentos.

93.

## **EQUÍVOCOS NA SEGURANÇA INTERNA (I) – 12-07-2009**

---

Dedicaremos três das próximas colunas de opinião a três equívocos na segurança interna. Começemos por um recente: o de pensar que os Contratos Locais de Segurança (CLS) servem apenas – ou sobretudo – para combater a criminalidade.

Ora este novo paradigma da segurança interna que articula Ministérios, Associações Locais e a Sociedade Civil tem tanto de promissor como de desafiante. Na verdade, quando foram lançados em França, no início da década de 1990, os CLS foram aplicados em 12 autarquias, um número que quintuplicou na década de 2000. Atualmente, existem cerca de cinco centenas de CLS ativos; e um deles, curiosamente, é mesmo específico para o famoso complexo desportivo do *Parc des Princes* em Paris. Em Portugal, a assinatura pelo Ministro da Administração Interna de mais de 25 CLS em diversas áreas do País é sinal de uma aposta política e operacional neste tipo de instrumento que constitui – releve-se – uma importante ferramenta de trabalho para o novo paradigma da segurança interna. Se refletirmos acerca do sentimento de segurança subjetiva perceberemos que, hoje em dia, essa é uma questão multidisciplinar, que apela a uma descentralização de algumas das competências em matéria de segurança, de combate à criminalidade e de redução dos chamados comportamentos antissociais. E é justamente essa descentralização da segurança que se pode traduzir nos CLS. Neste particular deve entrar-se em linha de conta com o papel – indispensável – das autarquias locais, uma vez que os aspetos de proximidade desta nova filosofia para a segurança interna não se esgotam no papel – naturalmente insubstituível e soberano – do Estado. Aliás, este caminho de proximidade e de responsabilidade das instituições, públicas e privadas, que operam sobre o território nacional em matéria de segurança não constitui exatamente uma novidade: a criação dos Conselhos Municipais de Segurança (através da Lei n.º 33/98, de 8 de Julho) e das Polícias Municipais (cuja atuação está regulada pela Lei n.º 140/99, de 28 de Agosto, e pela mais recente Lei n.º 19/2004, de 20 de Maio) constituem, precisamente, dois exemplos de valorização dessa via não centralista.

Por tudo isto, é um equívoco pensar que os Contratos Locais de Segurança são tão só, e apenas, um pretexto para por mais polícias nas ruas e que o policiamento de proximidade se reduz a um mero exercício contabilístico. Não. Os CLS são uma ferramenta de uma *common safety framework*, a tradução local de uma nova realidade da segurança, mais próxima do tecido territorial e de uma dinamização e responsabilização dos cidadãos e das comunidades. Os CLS podem, pois, traduzir-se em medidas de política de segurança simples. Permitam-me que apresente quatro exemplos: a inclusão de boas soluções urbanísticas para a prevenção situacional de acidentes rodoviários num Plano de Pormenor; o estabelecimento de acordos com grupos de cidadãos idosos, constituídos em associação, para que estes prestem serviços de vigilância nas zonas de atravessamento junto às escolas públicas numa freguesia; um acordo com uma empresa de fornecimento de viaturas com o intuito da sua disponibilização às Forças de Segurança (FS) para patrulhamento auto numa das áreas abrangidas pelo CLS; ou, ainda, descontos em material de manutenção para que as associações de moradores ou de condóminos possam fazer uma melhor manutenção dos seus prédios e das respetivas habitações num bairro abrangido pelo CLS.

Naturalmente que se espera que os CLS sejam antecidos de um diagnóstico e que depois – como aconselham as boas práticas – sejam então sujeitos a uma avaliação. Mas o julgamento melhor e mais eficaz será mesmo o das populações abrangidas que, se se sentirem mais seguras e confiantes nas FS, saberão certamente valorizar quem deu o primeiro passo neste caminho novo.

94.

## CRIMES E “VAGA” SECURITÁRIA – 29-05-2009

---

Especular sobre uma hipotética “vaga” securitária e pensar que o se fez até agora neste domínio é suficiente equivale a reconhecer a derrota perante as evidências.

Convém que sejamos claros e precisos quando falamos do papel da segurança. Como é sabido, a segurança está íntima e irremediavelmente ligada à ordem e ao chamado “contrato social”: um mundo inseguro é insustentável para a convivência das pessoas e para a sua qualidade de vida. Cabe, pois, aos Governos a garanti-la. E neste ponto em particular é fundamental que não se tente reduzir a questão a um confronto de posições entre o “absolutista” Hobbes e o “liberal” Locke. Admitir, como alguns têm vindo a fazer, que o debate de ideias em torno de um mundo mais seguro e de um equilíbrio entre liberdades e garantias é tributário da conceção do liberalismo poderá ser tão perigoso – e intelectualmente desonesto – quanto admitir que o regime de propriedade privada deve ser abolido. Até porque os resultados desta “abolição” nos regimes comunistas são conhecidos: desde a tragédia e miséria dos países do ex-bloco comunista de Leste até à pobreza em que vive a esmagadora maioria da população da Coreia do Norte, a distância é curta. Se teço estas considerações, mais filosóficas e de princípio, é para recordar que a segurança é um bem fundamental. Estar seguro implica preservar aquilo que é nosso – seja físico, psicológico ou moral – , no presente e no futuro. Por isso mesmo, argumentar com a existência de uma “vaga” securitária para defender uma quase completa desregulamentação das matérias ligadas à segurança humana – nos seus diversos domínios, como o alimentar, o económico, o ambiental, o tecnológico e, obviamente, o da proteção da vida humana – revela um preocupante desconhecimento da realidade.

É que o nosso mundo mudou e o perfil e o tipo de crimes que hoje em dia se podem cometer – com a facilidade de circulação física e nos mundos virtuais – não podem deixar ninguém indiferente. E deverão, naturalmente, traduzir-se em investimento tecnológico e de meios em segurança. Felizmente, o modelo de governação e os paradigmas do que consideramos ser a segurança humana estão, a meu ver bem, a alterar-se. E se em Portugal há ainda muito a fazer – veja-se o caso que o DN tem noticiado a propósito do sistema de vigilância dos radares na costa portuguesa – também é justo reconhecer que se têm vindo a fazer investimentos importantes, e estruturantes, nesta área. Anos sucessivos de financiamento deficiente conduziram a uma situação de degradação de meios e instalações que põem em causa a eficácia com que as Forças de Segurança (FS) garantem os direitos, as liberdades e as garantias dos cidadãos – argumenta-se –, e com verdade. Mas um tal facto só vem reforçar a importância de algumas das medidas tomadas por este Governo, como é o caso da Lei de Programação de Instalações e Equipamentos das FS, de 2007. Esta Lei prevê um investimento de 400 milhões de euros até 2012, dos quais 210 milhões em instalações, 62 milhões em viaturas, 47 milhões em sistemas tecnológicos e 8 milhões em formação profissional. São este tipo de medidas, de alcance no médio prazo, que indicam alguns sinais positivos. A estes pode acrescentar-se o valor atual do orçamento do Ministério da Administração Interna, de 1.835 milhões de euros, representando mais 510 milhões em relação a 2001. Aliás esta data foi – como facilmente se percebe – o ponto de viragem na segurança mundial, sentida de forma particular nos Estados Unidos da América: em 2001 o País investia apenas 13.000 milhões de dólares em segurança interna; em 2009 investirá 55.000 milhões, dos

quais 11.500 serão para controlo e proteção da segurança nas suas fronteiras. Do lado de cá do Atlântico, em Inglaterra, serão investidos 6.000 milhões de libras durante 2009, repartidas por um conjunto de objetivos estratégicos, funções e resultados que se preveem rigorosamente medidos. Ainda assim, as verbas aplicadas para a proteção das pessoas são, em média, quatro a cinco vezes inferiores aos gastos na defesa e no armamento dos países.

A necessidade de um continuado reforço do investimento na segurança surge, portanto, como uma realidade indesmentível nos nossos dias. Mas o que um cidadão responsável esperará nesta matéria não são discussões filosóficas: são, obviamente, resultados.

95.

## **AFINAL, QUEM PROTEGE A POLÍCIA? – 15-05-2009**

---

A questão da utilização da força pelas Forças de Segurança (FS) marcou a agenda jornalística na passada semana. E o tema suscitou muitas reações da parte de pessoas anónimas, de jornalistas, e de agentes da comunidade da segurança e informações. Repito, com todo o gosto e de forma desenvolvida, os argumentos com que enquadrei a questão, na altura de forma breve, no DN. Uma questão sensível – sublinho – e que por isso merece um tratamento cuidadoso e racional.

O ponto de partida para a discussão foi a manchete do DN da passada sexta-feira, na qual se dava conta de 19 mortes em perseguições policiais desde 2004, ou seja, uma média de 5 mortes por ano para um período de 4 anos (2004-2008). No mesmo artigo a jornalista Valentina Marcelino – cujo trabalho aprecio pelo esforço de objetividade e racionalidade – acrescentava ainda que, na maioria das situações em que existiu o recurso ao uso da força pela polícia e que motivaram a abertura de processos, os juízes concordam com a atuação policial, originando assim uma taxa de 92% de arquivamentos (cálculo meu). Ora, e a meu ver, aqui a questão de fundo era a de perceber até que ponto existirá uma necessidade de melhorar a formação das nossas FS em momentos de pressão, como é obviamente o caso de uma perseguição policial envolvendo risco de vida. E interessaria, por exemplo, perceber quantas mortes poderão ser evitadas quando, concretamente, se evoluir tecnologicamente e se aplicar o sistema de reconhecimento de matrículas, podendo as FS agir com rapidez e eficácia na deteção de veículos furtados ou roubados. E mais: pensando sempre no uso proporcionado da força, mas considerando o atual quadro de globalização e de aumento da criminalidade violenta importa, em meu entender, que as FS sintam que a sua missão de proteção das pessoas e de controlo das fontes de perigo pode ser desempenhada sem condicionalismos. Ou seja: que os polícias percebam de forma clara quando é legítimo o uso da força e, *mutatis mutandis*, quando este não se justifica e constitui um excesso. No fundo, que à sua qualificação e preparação técnica não se sobreponham outro tipo de condicionalismos no momento de tomar uma decisão – complexa – como é a do uso da força letal. É que, como se percebe, pode estar em risco a vida de inocentes.

Nada disto pareceu convencer a jornalista Fernanda Câncio – cuja frontalidade e fundamentação na escrita também aprecio – e que, numa argumentação talvez mais emotiva do que racional se interrogava, no espaço do seu blogue, acerca da legitimidade dos argumentos por mim apresentados. Devo dizer, desde já, que não me considero mais confortado pelo facto de trazer para a discussão o exemplo de um país estrangeiro (no caso em apreço o dos Estados Unidos da América). Mas devo também esclarecer que considero um imperativo de honestidade intelectual colocar sempre em perspetiva qualquer problema que seja comum a sociedades avançadas e de risco. E isso implica comparar com os dados – pelo menos com os que existam –, mesmo que tal implique um esforço acrescido. Vamos então a factos. Na realidade, o número de mortos em perseguições policiais em Nova Iorque, a mais populosa cidade dos Estados Unidos da América (com um número de habitantes equivalente aos 10 milhões da população de Portugal) atingia valores preocupantes em 1971. De acordo peritos do *Violence Research Group* da Universidade de Maryland nesse ano tinham sido feitos 314 disparos, que tinham originado 93 mortes. E o que mudou, então, nos 38 anos seguintes? Basicamente investiu-se em formação dos agentes policiais e

passou a existir um maior cuidado no tratamento destes dados e na sua mensuração (até aí, esta simplesmente não era feita). Resultado: o número de pessoas mortas desceu para 11, o que representa um decréscimo de 2750%, que não pode deixar de impressionar. Além disso, e ainda de acordo com os – poucos – estudos disponíveis (a Amnistia Internacional, por exemplo, não tem deste tipo de dados) a verdade é que a polícia americana recorre ao uso da força em apenas 8% das situações (como se pode ler no estudo *Analysis of Police Use-of-Force Data*, de 2000, do Departamento de Justiça norte-americano). Uma última nota ainda sobre as precisões de cálculo estatístico: o número médio de civis mortos por cada 1000 ofensas à integridade da polícia é de 0,9 (como se pode ler no estudo *National Data Collection on Police Use-of-Force Data*, do mesmo Departamento de Justiça norte-americano). Talvez esta seja uma forma matematicamente mais clara de enquadrar o problema; é, pelo menos, uma forma mais justa. Até porque nesta questão do uso da força pela polícia – convirá dizê-lo de forma clara –, nem todos somos Fitz Quintela.

E a polícia protege-nos. É verdade. Mas, e afinal, quem protege a polícia?

96.

## REDES VIRTUAIS SÃO ESPAÇO SEM LEI – 1-05-2009

---

Existem implicações da segurança nas nossas vidas privadas que, se por vezes menos faladas, merecem uma especial atenção e iguais cuidados. Cabem precisamente neste domínio as redes sociais virtuais e a criminalidade – a que chamarei invisível – que estas potenciam.

Se a maioria das pessoas encara estas tecnologias com *bona fide*, e a comprová-lo estão justamente os milhões de utilizadores de redes sociais virtuais em todo o mundo, não pode deixar de ser espantosa a facilidade com que essas mesmas pessoas aí expõem a sua intimidade. Uma atitude que, aliás, contrasta com as preocupações dos políticos acerca de uma eventual perda de privacidade. Como explicar o paradoxo? Vejamos, a este propósito, duas situações que recentemente envolveram dois dos colaboradores do DN. Numa delas – e em editorial – o Diretor João Marcelino refletia sobre o jornalismo e a privacidade, a propósito de um local onde tinha almoçado e de como, por via de uma rede social da Internet chamada twitter (que, basicamente, permite que grupos de pessoas sigam outras a custo zero) os seus colegas já sabiam onde, e com quem, tinha estado. A outra situação, também envolvendo o twitter, tem a ver com as notícias acerca dos SMS que Fernanda Câncio – Colunista e Grande Repórter do DN – teria publicitado através do seu espaço no twitter, na circunstância respondendo a um outro colega de profissão a propósito de uma polémica recente. Invoco estes dois casos – que envolvem figuras notórias e adultas – porque entendo que são bem reveladores da vulnerabilidade a que as pessoas (públicas ou anónimas, maiores ou menores de idade) se encontram expostas.

A verdade é que com a descida dos custos e a conseqüente massificação dos acessos à Internet, acompanhada por uma maior literacia informática particularmente das gerações mais jovens, exatamente as maiores utilizadoras destas redes sociais virtuais, a Internet passou a ser um instrumento de diversão e de comunicação por excelência. Não surpreende, pois, que as redes sociais virtuais tenham crescido exponencialmente: segundo o Estudo da ComScore o *Facebook* cresceu 270% entre 2006 e 2007, passando para mais de 52 milhões de utilizadores, e o *MySpace* cresceu 72% contando com mais de 114 milhões de utilizadores. Também não espantará que, em sondagem publicada no jornal inglês *The Guardian* em Junho do ano passado, 89% dos britânicos se tenham mostrado favoráveis a uma regulação da informação e dos dados que se encontram gravados nos servidores deste tipo de redes. Mais: o *International Network Against Cyber Hate* tem emitido diversos avisos acerca da utilização destas redes para a expansão de grupos de radicais e a *Internet Keep Safe Coalition* apresenta no seu sítio na Internet conselhos acerca do modo como os pais de crianças e de adolescentes podem evitar contactos indesejáveis por esta via. Em Portugal, o sítio Internet Segura ([www.internetsegura.pt](http://www.internetsegura.pt)) procura ajudar os utilizadores das redes sociais a pensar na sua segurança alertando – de forma que considero muito avisada e de serviço público – para alguns dos cuidados a ter numa rede social virtual, como sejam: não fornecer inadvertidamente dados pessoais; não aceitar pedidos de amizade de que se desconfie; não responder a comentários ou conteúdos ofensivos; e, sobretudo, ter a clara noção de que tudo o que é colocado na Internet deixa de ser privado.

A Internet permite uma comunicação instantânea e simultânea entre pessoas, sem que estas se vejam ou, sequer, se conheçam. Por isso mesmo, ela é terreno fértil para predadores emocionais e sexuais, para burlões, e para sofisticados piratas informáticos. E permite mesmo a mobilização virtual, e quase instantânea, de grupos para fins que podem colocar em causa a segurança. Lidar com as tecnologias com bom senso, e conseguir manter algum distanciamento em relação a uma natural tendência socializante da natureza humana parecem ser, portanto, desideratos lógicos. Mas não basta. Regulação: precisa-se, e em tempo útil.

97.

## NO BOM CAMINHO – 17-04-2009

---

O início da instalação de dispositivos integrados de vigilância por câmaras de vídeo em algumas ruas do País, nomeadamente em Lisboa na Baixa Pombalina, é uma medida que se saúda. E só peca por tardia. São até de estranhar as razões para este atraso – a que voltaremos numa próxima crónica – porque a videovigilância, de acordo com os estudos e boas práticas internacionais é um sistema com um efeito dissuasor do crime e uma eficácia na deteção de comportamentos anti-sociais. Aliás, todos encaramos com naturalidade a gravação de imagens e de som (no cumprimento do legalmente estipulado no n.º 2 do art. 13º do DL n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro) quando entramos numa loja, num centro comercial, num hospital, nas redes de metropolitano, num posto de abastecimento de combustível, ou num parque de estacionamento. Não há razão para ser diferente com uma rua.

E dos considerandos que têm vindo a público nesta discussão alguns são de duvidosa honestidade intelectual. Vamos então a factos. No caso de Londres, o mais debatido e usado nos argumentos a favor e contra a videovigilância, e de acordo com o Estudo da *Urbaneye*, de 2002, a instalação das primeiras cinco câmaras no metropolitano data de 1961; hoje existem mais de quinhentas, que auxiliam a monitorização do fluxo de mais de 170 milhões de passageiros que, por ano, utilizam o *Tube*. No aeroporto de Heathrow, em 1996, teve de se remediar uma falha de segurança depois de dois anos antes ter sido roubado mais de um milhão de libras num parque de estacionamento (as anteriores câmaras de vídeo eram uma imitação); só então se instalou um sofisticado sistema de noventa e seis câmaras com algoritmos de rápido acesso a imagens, em tempo real. E nos ataques terroristas de 2005 (de 7/7) foi o sistema de videovigilância que permitiu a identificação e a captura dos terroristas. Sem alimentar polémicas, o *Home Office* inglês (organismo equivalente ao nosso Ministério da Administração Interna) encomendou, em 2005, e no âmbito da sua estratégia nacional de redução da criminalidade, um estudo a dois peritos independentes, que avaliaram cientificamente a videovigilância. e quais foram os resultados? 70% das pessoas inquiridas eram favoráveis à implementação dos programas na sua zona de residência; após a instalação do sistema os crimes contra a propriedade registaram diminuições na ordem dos 80%; e a vitimação e o sentimento de insegurança subjetiva também diminuíram. Num artigo do passado dia 2 de Março, a propósito dos receios de perda da privacidade, e quando interrogado acerca do seu comportamento na principal sala de controlo de videovigilância em Londres, um dos profissionais explicava ao jornalista do *The Guardian* que este é um “trabalho igual aos outros”, em que rapidamente se aprende a distinguir o que é normal do que está fora do padrão, sem tempo para *voyeurismos*. Apenas se fica com menos vontade de ser TV no final do dia...

Neste debate também vieram a lume as afirmações, de 2008, do Inspetor-Chefe Neville da polícia inglesa. Mas estas têm surgido fora de contexto. Ao apontar uma aparente ineficácia dos sistemas de videovigilância no combate ao crime o Inspetor pretendia, isso sim, alertar para o uso impróprio destes sistemas: desde uma má manutenção dos equipamentos até à ausência de cassetes ou DVDs de gravação. Aliás, as suas palavras foram proferidas no quadro da Estratégia Nacional de Videovigilância do *Home Office* inglês. Outro dos argumentos contra a videovigilância

tem sido o do “negócio”. Negócio? Só com alguma leviandade de raciocínio se pode falar nestes termos se considerarmos um sistema que apresenta custos médios de instalação e de manutenção de cento e vinte a cento e cinquenta mil euros (Ver o DN de 20 de Março e infografia no site). Ora se pensarmos que uma obra pública relativamente simples – como seja a repavimentação de uma estrada – facilmente se cifra por custos superiores a um milhão de euros, este tipo raciocínio cai por terra.

Para além de todas estas especulações, a verdade é que se a videovigilância não substitui esquadras, ela previne o crime e salva vidas. E isso é que não tem preço.

98.

## UM DEBATE MORNO – 3-04-2009

---

No último programa Prós e Contras da RTP1 – preparado com a competência que é reconhecida a Fátima Campos Ferreira e à sua equipa – debateu-se, uma vez mais, a segurança. Pelo interesse e pela intensidade do tema alguns poderiam pensar que se trataria de um debate quente. Mas o tom geral foi morno.

Quem lida com as questões da segurança interna com serenidade compreende que, pela sua natureza, estas são pouco compatíveis com o ruído mediático. Contudo, e longe de dececionante, o confronto de ideias entre o Ministro da Administração Interna Rui Pereira e o deputado do PSD Fernando Negrão foi elucidativo nos pormenores. E convergente no essencial: têm-se tomado muitas medidas nos últimos anos na segurança interna, mas é necessário fazer mais. Continuar a qualificar as Forças de Segurança, pugnar por soluções multidisciplinares para a nova criminalidade globalizada, ligar a segurança às comunidades e estabelecer parcerias autárquicas. E se o pretexto para o programa era o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) também neste ponto a intervenção, serena, do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna Mário Mendes, ao acentuar a criação de equipas de investigação ao crime mistas (com elementos de diversas Polícias) tocou num ponto nodal. Além disso – e descontando a tentativa, pouco feliz aliás, de alarmismo feita pela deputada Helena Pinto do BE em relação à Lei das Armas – os intervenientes concordaram que os dados do RASI são passado. Acima de tudo, importa agora olhar para o futuro acautelando situações de alarme.

Na verdade, e como oportunamente escrevi no site do DN (DN.pt) na passada sexta-feira, os dados do RASI apresentam duas diferenças, importantes, em relação aos anos anteriores. A primeira, menos tranquilizadora, refere-se naturalmente aos números da criminalidade violenta e grave. Um aumento de 10,8%, e a sua particular concentração em Distritos com malhas urbanas densas (Lisboa, Porto, Setúbal, Braga e Aveiro) demonstram um padrão e sugerem uma demografia do crime que, seguramente, não será imune a condicionantes sociais e económicas. Porque são complexas, estas requerem desde já uma atenção e um investimento na prevenção. Medidas situacionais de combate ao crime, o “jargão” técnico para uma perspetiva integrada e integradora em que o criminoso percebe que o “crime não compensa”, são agora inadiáveis. Aqui – e não haverá como fugir – a responsabilidade é partilhada por todos, autarcas incluídos. Uma outra diferença deste Relatório, esta mais positiva, refere-se a uma contextualização científica do sentimento de insegurança. Tomando-se como referência os estudos mais recentes, neste RASI lê-se uma evidência estatística: mais de 50% dos portugueses considera o País (relativamente) seguro. Ao apontarem estes dados os redatores do RASI demonstram a preocupação, a meu ver importante, em dar coerência a um fenómeno a que as sociedades modernas e de risco dificilmente escapam: a racionalidade (ou irracionalidade) do medo do crime. Sendo terreno pantanoso, é de assinalar a sua ligação, no texto do RASI, a “mudanças sociais estruturais” e a fenómenos como o aumento regular do número de crimes reportados às Forças de Segurança entre 1993 e 2008. Naturalmente será legítimo que os cidadãos esperem uma resposta – rápida e adequada – do sistema de segurança interna a este aumento da criminalidade: por exemplo, e entre outras, com a implementação operacional e no terreno do policiamento de proximidade e da

videovigilância. Para além do necessário investimento tecnológico nos sistemas de reconhecimento de matrículas.

Por tudo isto, o reconhecimento de que finalmente se começa a olhar para a segurança interna com uma perspectiva estratégica, e com elevado sentido de Estado, constitui um importante avanço e um desafio para a ação. E também, muito provavelmente, pretexto para outros debates.

99.

## A CULPA DOS NÚMEROS – 20-03-2009

---

A divulgação – feita em primeira-mão pelo DN na semana passada – dos resultados referentes à criminalidade registada e reportada pelas Forças de Segurança suscitou um grande desassossego mediático. Pelo menos em parte, este compreende-se: numa matéria sobre a qual existe pouca informação e em que os dados são constantemente procurados pelos jornalistas este tipo de “caixa” é sempre motivo de destaque. Esta voracidade informativa é, no fundo, resultado da falta de uma cultura de informação que se comprometa com a publicitação regular (em cada trimestre ou semestre) dos dados sobre segurança e criminalidade. É um passo a pensar num futuro próximo.

Mas a pressa com que assistimos às interpretações situacionistas de alguns políticos e comentadores sobre as estatísticas de 2008 tem um preço: o aumento do nível de alarme social dos cidadãos. A única, e eventual, vantagem que se vislumbra neste afã terá sido um exercício de oportunismo político com, admito, vantagens circunstanciais para quem o praticou.

Ora as estatísticas da criminalidade participada – que servem sobretudo para revelar tendências – são sempre um indicador muito incompleto, porque apenas parcial, de uma realidade multidisciplinar e multifacetada. Mais: hoje sabe-se que o registo da criminalidade acompanha a própria evolução das sociedades modernas. Na realidade, as próprias formas de reportar e de registar os crimes evoluíram, acompanhando o progresso tecnológico e formativo: nos dias que correm, polícias, juizes, advogados e cidadãos em geral têm uma conceção diferente (provavelmente mais completa) do que pode ser considerado um crime. Além disso, o reporte e os registos da criminalidade são influenciados por fenómenos diversos e que, de algum modo, escapam a uma linguagem simplista dos números. E precisamente para ilustrar este raciocínio permitam-me que recorra a um estudo, que considero tão elementar quanto revelador. Em 2002, o Professor Ziggy MacDonald da Universidade de Leicester analisou a relação entre a criminalidade reportada e a situação social das vítimas. Surpreendentemente, percebeu que existe uma relação entre os crimes reportados às Forças de Segurança e a condição económica e social: uma pessoa desempregada tem, de acordo com o seu estudo, 7% menos de probabilidades de apresentar queixa se for vítima de roubo; em contrapartida, uma pessoa com um nível de rendimentos mais elevado apresenta 8% mais de probabilidades de reportar o mesmo tipo de ofensa.

Por maioria de razão, também na leitura dos dados da criminalidade violenta e grave em Portugal (que inclui, entre outros, os homicídios, as ofensas graves à integridade física, e os roubos como o *carjacking*) devemos ser tão atentos quanto cautelosos. Se esta aumentou 10,7% em 2008 (como exercício de boa memória, recorde-se que a criminalidade violenta e grave tinha diminuído 10,5% em 2007) um tal acréscimo nunca deve ser interpretado fora do contexto em que ocorre (nas grandes cidades? no mesmo tipo de crimes? nas mesmas zonas?). As causas para este tipo de variações são geralmente tão amplas quanto complexas. E ainda é cedo para se poder dizer se estamos perante um fenómeno conjuntural e de curto prazo – uma “onda” que teve o seu pico e que irá diminuindo de intensidade – ou se se trata de uma mudança

estrutural no padrão e nas tendências da criminalidade no nosso País. Repito: ainda é cedo para percebermos a dimensão do problema; apenas sabemos que a intervenção localizada das Forças de Segurança teve resultados. Se apresento estes argumentos, note-se bem, eles não são desculpa para a inércia. Considero que se deverá ter uma outra frieza e distanciamento nas leituras. Sobretudo para que não se tomem decisões precipitadas ou, pior, fundadas em interpretações situacionistas.

Podemos sempre “torturar os números”. É certo. Mas tentar extrair-lhes alguma “culpa” é ultrapassar uma linha fina: aquela que separa a política, e os políticos sérios, da demagogia circunstancial. Pode render votos, mas nada resolve.

## **TERRORISMO, SEGURANÇA E ALARME PÚBLICO – 13-08-2008**

---

Nos últimos meses, a discussão no espaço público sobre as matérias de segurança tem vindo a ganhar uma crescente visibilidade. Ultrapassando anteriores ortodoxias e dogmáticas há, sobretudo, que reconhecer o tratamento mais profundo de que têm sido objeto quer a segurança interna quer o terrorismo. De facto, a segurança é hoje um tema a que a generalidade dos portugueses não pode estar indiferente. Esta nova atitude da opinião pública – se bem que ainda distante, por exemplo, dos nossos vizinhos espanhóis que colocam, por razões compreensíveis, a segurança no topo das suas preocupações – tem já um significado objetivo. E quando se interrogam os portugueses acerca das suas preocupações e receios objetiváveis, a segurança surge num dos três primeiros lugares.

Esta circunstância tem, naturalmente, um significado político que deve ser destacado. *Primo*, é por demais evidente, como aliás salientou o Professor Fernando Reinares em entrevista ao Expresso – que Portugal se encontra atualmente na lista pequena dos alvos de grupos terroristas. *Secondo*, esta circunstância é um estímulo não para o aumento do alarmismo na opinião pública – que, como bem sabe quem trabalha em segurança, não é um bom instrumento de trabalho – mas deve ser, justamente, um incentivo para a aceleração dos processos de preparação para lidar com este tipo de sinais.

A frente de ameaças à segurança de pessoas e bens é hoje tão vasta quanto a complexidade de respostas a este tipo de problemas. Importa, por isso, entender de forma clara que o investimento na prevenção e nos sistemas de deteção de riscos e de ameaças são a única forma de gerar resultados credíveis. E daqui decorre que uma das principais, se não a principal razão de ser e de agir das forças de segurança e dos serviços de informações passa, no nosso ponto de vista, pela construção de mecanismos – sustentados com meios e no tempo – de mitigação desses riscos e ameaças. Ora é por esse motivo que estas estruturas requerem uma orgânica da segurança interna assente numa coordenação eficaz e num suporte ágil, que lhes permita fazer a diferença nos momentos de crise.

Por tudo isto, compreende-se a necessidade, em Portugal, da existência de uma intencionalidade estratégica e tática no plano da governação, de modo a que todos nos sintamos mais tranquilos quanto aos recursos e às capacidades de resposta das forças de segurança e dos serviços de informações. É que, como argumentámos, o combate à insegurança e ao terrorismo faz-se sem alarmismos. Mas com a preocupação, o sentido de urgência e a seriedade que os temas exigem. Quer no plano dos recursos quer, e em particular, no plano da discussão política.